

Nota 100 (Média)

Curitiba jun. 2008



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE TURISMO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TURISMO**

DANIELLE CORDEIRO

**A IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DO MUSEU ÉTNICO NO MUNICÍPIO DE
PONTA GROSSA: PATRIMÔNIO CULTURAL E ATRATIVIDADE TURÍSTICA.**

**Curitiba
2007**

DANIELLE CORDEIRO

**IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DO MUSEU ÉTNICO NO MUNICÍPIO DE
PONTA GROSSA: PATRIMÔNIO CULTURAL E ATRATIVIDADE TURÍSTICA.**

Monografia de apresentada ao Curso de
Especialização apresentado à Universidade
Federal do Paraná para obtenção de título de
Especialista em Planejamento e Gestão de
Turismo.

Orientador: Prof^o. Ms. Laura Alice Rinaldi
Camargo

**Curitiba
2007**

AGRADECIMENTOS

À Deus, por ter me dado força e perseverança para concluir o curso;

Aos meus pais, pela dedicação e incentivo que possibilitaram minha formação;

À minha avó Paulina Denysiuk, pela experiência de vida que me passa a cada momento;

À minha tia Olga dos Santos e a minha prima Cristiane Sonego, por me ajudarem e sempre me incentivarem;

A Laércio Cordeiro Júnior e Danilo Cordeiro pelo apoio, incentivo, dedicação e carinho incondicional;

À orientadora deste trabalho professora Laura, pela orientação e contribuição com seus conhecimentos e sugestões na orientação deste trabalho;

A todos os entrevistados, cujos conhecimentos e carinho possibilitaram a conclusão desta pesquisa;

Muito Obrigada!

RESUMO

DANIELLE CORDEIRO¹

A presente pesquisa objetivou analisar a possibilidade da construção de um museu étnico em função das características culturais étnicas, particularmente dos grupos de imigrantes europeus (italiano, alemão e eslavo), ainda presentes no município de Ponta Grossa, como referencial do patrimônio cultural local e a possibilidade de tornar-se um instrumento para o desenvolvimento da atividade turística. Usou-se do referencial teórico para o desenvolvimento da análise macroambiental e da pesquisa oral, entrevistando alguns especialistas. Em Ponta Grossa ainda encontram-se bens patrimoniais que representam a cultura desses grupos e que podem mostrar características da vida cotidiana dos primeiros imigrantes europeus no município, adaptando-se a uma nova realidade, mas preservando suas tradições nos métodos construtivos de suas casas, nas vestimentas, na língua, nos objetos, na gastronomia, nas festas, etc. Fugidos das guerras do século XIX e também da Segunda Guerra Mundial (Século XX) ou mesmo em busca de uma vida melhor, cada grupo de imigrante construía seu local de morada com valores que compunham seu cotidiano em seu país de origem, desse modo, simbolicamente, reconstruindo aqui sua identidade cultural. Constata-se, então, a importância da valorização desse patrimônio cultural tangível e intangível para a comunidade étnica e para o desenvolvimento da atividade turística uma vez que esses traços culturais, vistos como patrimônio cultural, adquirem valores científicos, estéticos, memoriais, sociais e urbanos.

Palavras chaves: museu étnico, patrimônio cultural e turismo.

¹ Acadêmica do Curso de Especialização da Universidade Federal do Paraná

ABSTRACT

To present research it aimed at to analyze the possibility of the construction of an ethnic museum in function of the ethnic cultural characteristics, particularly of the European immigrants' groups (Italian, German and Slav), still presents in the municipal district of Ponta Grossa, as reference of the local cultural patrimony and the possibility of becoming an instrument for the development of the tourist activity. It was used of the theoretical referencial for the development of the analysis macro-environmental and of the oral research, interviewing some specialists. In Ponta Grossa they still meet patrimonyal goods that represent the culture of those groups and that they can show characteristics of the first European immigrants' daily life in the municipal district, adapting to a new reality, but preserving your traditions in the constructive methods of your houses, in the vestiments, in the language, in the objects, in the gastronomy, in the parties, etc. Fled of the wars of the century XIX and also of Second World War (Century XX) or even in search of a better life, each immigrant group built your home place with values that composed your daily one in your country of origin, in that way, simboliclly, reconstructing your cultural identity here. It is verified, then, the importance of the valorization of that tangible and intangible cultural patrimony for the ethnic community and for the development of the tourist activity once those cultural lines, seen as cultural patrimony, they acquire values scientific, aesthetic, memorial, social and urban.

Key words: ethnic museum, cultural patrimony and tourism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 01	- IMIGRAÇÃO NO BRASIL (1820-1975)	30
QUADRO 01	- COLÔNIAS UCRANIANAS E POLONESAS NO PARANÁ	33
QUADRO 02	- COLÔNIAS NO PARANÁ	39
MAPA 01	- LOCALIZAÇÃO DE PONTA GROSSA	40
FOTO 01	- VISTA PARCIAL DE PONTA GROSSA NO SÉCULO XIX.....	45
QUADRO 03	- NÚMERO DE VISITANTES	46
QUADRO 04	- ORIGEM DOS VISITANTES	46
QUADRO 05	- MOTIVO DA VIAGEM	47
GRÁFICO 02	- MOTIVO DA VIAGEM	48
GRÁFICO 03	- OBTENÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE PONTA GROSSA	49
GRÁFICO 04	- ATRATIVOS TURÍSTICOS	49
GRÁFICO 05	- ATENDIMENTO	50
GRÁFICO 06	- ESTRUTURA	50
GRÁFICO 07	- PREÇO	50
GRÁFICO 08	- EXPECTATIVAS	51
QUADRO 05	- MUSEUS BRASILEIROS CRIADOS NO SÉCULO XIX	58
QUADRO 06	- SELEÇÃO DOS MUSEUS BRASILEIROS COM POTENCIAL TURÍSTICO TENDO EM VISTA A QUALIDADE DE SUAS EXPOSIÇÕES E DE SEU ACERVO COMO UM TODO	60 à 63

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO I – A RELAÇÃO ENTRE PATRIMÔNIO CULTURAL E A	10
ATIVIDADE TURÍSTICA	10
1.1 Patrimônio cultural e preservação.....	10
1.2 Turismo cultural e turismo étnico	17
CAPÍTULO II– CONTEXTO HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL, NO	21
PARANÁ E EM PONTA GROSSA E O DESENVOLVIMENTO DA	21
ATIVIDADE TURÍSTICA NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA.....	21
2.1 Imigração no Brasil.....	21
2.2 Imigração no Paraná.....	30
2.3 Imigração em Ponta Grossa	40
2.3.1 Turismo em Ponta Grossa	45
III CAPÍTULO: O MUSEU ÉTNICO E SUA RELEVÂNCIA COMO PATRIMÔNIO	53
CULTURAL E INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO	53
DO TURISMO CULTURAL/ÉTNICO	53
3.1 Museus.....	53
3.2 Museu étnico em Ponta Grossa.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	74
REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS	77
APÊNDICE A – ENTREVISTAS.....	78
ANEXO A – FOTOS	96

INTRODUÇÃO

A atividade turística vem ao longo do tempo buscando sua cientificidade, mas apesar dos diversos e avançados estudos a seu respeito, por muitos é vista ainda apenas como uma atividade econômica ou mesmo como uma indústria, tendo portanto, que necessariamente gerar crescimento econômico na região onde é desenvolvida. Diversos conceitos simplistas e de cunho no mais das vezes somente econômico tentam explicar uma atividade que é interdisciplinar e complexa.

Para tanto, a pesquisa pretendida buscou analisar o turismo como uma atividade de cunho sócio-cultural, tratando do tema turismo cultural, mais particularmente o turismo étnico, uma vez que o turismo étnico inclui relacionamento, necessidade social, calor humano, troca e história.

A presente monografia partiu da observação do município de Ponta Grossa, mas não se encerra nela. Poderá servir de análise para outros locais.

Assim configurou-se como objeto de estudo, formas que viabilizassem o desenvolvimento do turismo étnico no município, tendo por problemática central a análise das características culturais, ainda presentes em Ponta Grossa, dos grupos étnicos, como patrimônio cultural. Foi feito um recorte temático para que o trabalho tivesse por objetivo analisar a relevância da construção de um museu étnico interativo em Ponta Grossa, como referencial do patrimônio local e a possibilidade de tornar-se um instrumento para auxiliar no desenvolvimento do turismo cultural/étnico, tendo como amostragem os seguintes grupos étnicos: eslavo², alemão e italiano. Para tanto os objetivos específicos foram: proporcionar uma reflexão sobre a valorização da cultura étnica presente no município; contribuir para preservação dos elementos culturais dos imigrantes; apresentar para a população e também para turistas a cultura étnica num espaço de preservação e memória; proporcionar um espaço interativo de história e participação.

Para compreender a diversidade cultural étnica de Ponta Grossa foi necessária uma análise oferecendo uma contextualização de sua formação histórica, além do processo imigratório que ocorreu no Brasil e no Paraná. Apesar da riqueza de todo o patrimônio étnico, coube a essa pesquisa somente a análise dos bens patrimoniais tangíveis e intangíveis referente a esses três grupos étnicos.

O presente trabalho se classifica como exploratório e descritivo e utilizou as fases do planejamento turístico: análise macro-ambiental, caracterização, inventário, diagnóstico e

² Compreendida nesta pesquisa pelos poloneses e pelos ucranianos.

prognóstico, tendo como ponto inicial um levantamento do referencial teórico que contribuísse para a contextualização histórica, analisando o que trouxe esses imigrantes para o Brasil, mais particularmente para Ponta Grossa e como se adaptaram a essa nova realidade. Também se utilizou bibliografia referente à questão cultural, cultural étnica e da cidade de Ponta Grossa, além da bibliografia referente à atividade turística, ao universo museológico e à política de imigração do Brasil e do Paraná.

Uma vez que a observação parte da cidade de Ponta Grossa configura-se um estudo de caso que segundo Godoy (1995, p. 25) “enquanto técnica de ensino, procura estabelecer relação entre a teoria e a prática”, onde utilizou-se como técnica de coleta de dados a observação participante que de acordo com Chizzotti (1998, p.90) “é obtida por meio do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para recolher as ações dos atores em seu contexto natural, a partir de sua perspectiva e seus pontos de vista.” Ainda a respeito da observação participante Rizzini, Castro e Sartor (1999, p. 71) afirmam que “o pesquisador observa e participa do contexto sócio-cultural de um grupo ou comunidade. O simples fato de andar pela comunidade poderá proporcionar dados que não se obteriam de outra forma, e que contribuem para a compreensão do cotidiano de uma comunidade ou grupo”.

Esta técnica foi apropriada, pois a autora além de estagiar no Museu Campos Gerais por dois anos, conviveu com a comunidade princesina durante seis anos, tendo, portanto, contato com algumas famílias de imigrantes. E, ainda, para reduzir a subjetividade da autora buscou-se a pesquisa oral entrevistando especialistas³, utilizando um gravador de áudio para a obtenção de dados relevantes sobre a cultura de cada grupo e, mas pertinente sobre a importância da construção do espaço museológico em questão, deixando claro que a entrevista teve por objetivo fazer uma análise de conteúdo, para a tabulação dos dados, a respeito da relevância e viabilidade do museu étnico por meio dos referenciais étnicos ainda presentes no município, utilizando questões pertinentes a aspectos culturais étnicos e sua relação com o patrimônio cultural e a atividade turística. Respondendo, por tanto a algumas questões abertas. Todos responderam as mesmas perguntas com exceção o sujeito 4, pois não se achou apto a responder uma pergunta que envolve a dimensão econômica.

Essas entrevistas foram do tipo semi-estruturada que de acordo com Rizzini, Castro e Sartor (1999, p. 63) “é [utilizada] em conjunto com outras técnicas, como a observação participante, grupo focal, etc [...] e mesmo quando se utiliza um roteiro, as entrevistas oferecem ao entrevistador uma amplitude considerável de questões.”.

³ Foram entrevistadas três pessoas que fazem parte do contexto patrimonial e étnico de Ponta Grossa, e, ainda uma terceira pessoa que foi considerada “a pessoa neutra da pesquisa”.

O sujeito 1 (S1) é graduado em história e pedagogia pela UEPG, mestre em História e Sociedade pela Unesp/Assis, chefe e professor do Departamento de Turismo da UEPG e Diretor do Departamento de Turismo da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo da Prefeitura de Ponta Grossa. O segundo sujeito (S2) é graduado em História pela UEPG, mestre em História e Sociedade pela Unesp, doutor em História pela Unesp, diretor da Divisão de Assuntos Culturais da Pró-reitoria de Extensão da UEPG e Professor do Departamento de Turismo da UEPG. O sujeito 3 (S3) é graduado em História pela UFPR, mestre em História pela UFPR, doutor em História pela Puc/SP, Diretor do Museu Campos Gerais em Ponta Grossa e professor do Departamento de História da UEPG. E o último sujeito (S4) é graduado em Serviço Social pela UEPG e mestre em Ciências Sociais pela UEPG.

Também se buscou um referencial iconográfico para confirmar e ilustrar o patrimônio cultural étnico existente no Município de Ponta Grossa, sendo possível verificar alguns objetos que podem fazer parte do acervo do museu. E para esboçar uma análise entorno da atividade turística no município buscou a captação de dados secundários por meio de pesquisas elaboradas pelo Centro de Informações Turísticas e pelo *Convention & Visitors Bureau*.

O proposto trabalho utilizou como suporte a pesquisa qualitativa, pois, segundo Minayo (1998, p.21), a pesquisa qualitativa “[...] trabalha o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos”.

Então, com o desenvolvimento dessa monografia, objetivou-se o conhecimento da cultura desses grupos étnicos de uma maneira que se pudesse entender o motivo de determinados particularidades, ampliando o assunto na forma de superar o discurso do fazer-saber, para o saber-fazer, como destaca Moesch (2000, p.13):

A produção do saber turístico de modo geral, e de modo específico no Brasil, tem se constituído num conjunto de iniciativas, prioritariamente, do setor privado/empresarial e menos da academia, sejam universidades e/ou faculdades, públicas ou privadas. O saber turístico assim produzido é reduzido às informações e sistemáticas sobre o seu setor produtivo. Este contexto permite delinear a hipótese de que o saber turístico é um fazer-saber, não existindo saber além daquele que resulta de um fazer-saber.

Dessa forma, a técnica para o desenvolvimento deste trabalho científico se constituiu em: fontes bibliográficas, entrevistas, análise de dados primários e secundários, referencial iconográfico, além da observação participante.

Dividiu-se o trabalho em três capítulos, no primeiro capítulo, que tem por título “A Relação do Patrimônio Cultural e a Atividade Turística” discutiu-se a respeito de patrimônio cultural, sua difícil preservação e em que sentido a atividade turística pode contribuir para que isto aconteça.

O capítulo II, intitulado “Contexto Histórico de Imigração no Brasil, no Paraná e em Ponta Grossa”, buscou-se contextualizar o processo migratório que ocorreu no Brasil, no Paraná e em Ponta Grossa, explanando sobre aspectos importantes desse momento histórico relevantes para a proposta da monografia, e, ainda foi feita uma análise da atividade turística no município.

E o capítulo III, sob o título “O Museu Étnico e sua Relevância como Patrimônio Cultural e Instrumento para o Desenvolvimento do Turismo Cultural/Étnico” começou com uma descrição histórica e conceitual de museus abrangendo a proposta de construção do museu étnico como patrimônio cultural e possível atrativo turístico.

Cabe, portanto a este trabalho pontuar a importância de um espaço em que estas particularidades culturais étnicas sejam ao mesmo tempo expostas e preservadas de maneira que os próprios imigrantes e descendentes possam “apresentar” sua história. Sem a pretensão de discutir entorno de questões mais específicas que se insere na área museológica e/ou museográfica⁴, tão pouco explanar sobre burocracias do processo de implantação, mas tentar mostrar a relevância de um museu étnico como patrimônio cultural local.

Para que se possa viabilizar formas de desenvolvimento do turismo proposto, buscar-se-á, primeiramente a valorização da cultura dessas etnias, para posteriormente propor o desenvolvimento do turismo planejado como agente de desenvolvimento – mediante a aprovação dos grupos étnicos.

Se esses grupos assim quiserem, o turismo por meio da interpretação que segundo Murta e Goodey (2002, p.13) é “o processo de acrescentar valor à experiência do visitante, por meio do fornecimento de informações que realcem a história e as características culturais e ambientais de um lugar”, pode ser um instrumento/elemento para a valorização da sua cultura e conseqüentemente agregar renda a essas famílias por meio da venda de seus artesanatos, de sua gastronomia, e ainda obter um retorno sócio-cultural pela troca de experiência e conhecimento que a maioria dos turistas⁵ atualmente procura. Goodey (2002,

⁴ Museografia é referente às técnicas de apresentação das exposições dos museus.

⁵ Turista é entendido nesta pesquisa como sendo tanto visitantes de fora da região bem como a própria comunidade de Ponta Grossa.

p.50) argumenta que “algumas características centrais da comunidade local são exatamente o que o visitante quer ver, experimentar, compartilhar e talvez levar consigo”.

Segundo Murta e Albano (2002, p.10):

Investir em interpretação significa agregar valor ao produto turístico. A valorização do meio ambiente urbano e natural, da história, dos saberes e fazeres culturais contribui para a diversificação do produto, abrindo mercados para diferentes nichos turísticos. No caso do Brasil, além de praias e magníficos lugares de lazer, temos muito mais a oferecer aos nossos visitantes nos campos de ecoturismo, do turismo cultural e rural.

Portanto, a presente pesquisa visa “explorar” o Patrimônio Cultural⁶ desses imigrantes e descendentes de imigrantes, de uma maneira viável e que possivelmente agregue valor à cidade de Ponta Grossa e à atividade turística.

CAPÍTULO I – A RELAÇÃO ENTRE PATRIMÔNIO CULTURAL E A ATIVIDADE TURÍSTICA

1.1 Patrimônio cultural e preservação

Uma vez que os grupos de imigrantes, mais particularmente os italianos, os alemães e os eslavos foram analisados, por esta pesquisa, como sendo parte integrante do patrimônio cultural de Ponta Grossa, se faz pertinente discutir o significado de patrimônio cultural, sua preservação e sua intrínseca relação com a atividade turística.

Para tanto, patrimônio cultural é considerado, por este trabalho, como sendo tanto o patrimônio histórico quanto o patrimônio natural, uma vez que mesmo se tratando de aspectos humanos, esses grupos estão inseridos no ambiente natural, mesmo porque pelo contexto histórico, os imigrantes, num primeiro momento, construíram suas casas em meio à mata fechada e foram transformando o espaço.

Segundo a revista científica Turismo Visão e Ação (2000, p. 20) patrimônio cultural “é o conjunto de bens materiais, culturais, simbólicos e espirituais de uma sociedade, nos quais se incluem: os conjuntos urbanos, arquitetônicos e os sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico, paleontológico e científico.” Barreto (2000, p. 11) destaca que

⁶ Patrimônio Cultural refere-se a qualquer manifestação material ou imaterial do homem, bem como o meio em que vive. É tanto o patrimônio histórico quanto o patrimônio natural.

patrimônio cultural “[...] inclui não apenas os bens tangíveis como também os intangíveis, não só as manifestações artísticas, mas todo o fazer humano, e não só aquilo que representa a cultura das mais classes abastadas, mas também o que representa a cultura dos menos favorecidos.”

Ainda a respeito do significado de patrimônio o Brasil adotou o que foi estabelecido na Constituição de 1988 no artigo 216º, que expressa o conceito de patrimônio cultural nacional:

Artigo 216º - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

E em 1937 foi assinado por Vargas o Decreto Lei nº 25 que determina que: “Patrimônio histórico e artístico nacional é o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.” No mesmo ano surgiu o Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) por intervenção do, na época, ministro da educação Gustavo Capanema, com o intuito de proteger a memória nacional. Foi o primeiro órgão federativo dedicado à preservação no Brasil e cujo qual mais tarde mudou de Serviço para Diretoria (DPHAN) e finalmente na década de 1970 transformou-se em Instituto, criando, assim o (IPHAN).

Desde a Idade Média, passando pelo Renascimento Italiano e o período do barroco, pode-se dizer que havia esforços pela conservação do patrimônio cultural.

E quanto ao Brasil em 1742 já se pensava em preservação do patrimônio cultural, quando o Vice-Rei do Estado do Brasil (D’André de Melo e Castro) se pôs contra a decisão do governo de Pernambuco de demolir o Palácio das Torres, em Recife, argumentando que o preço, que julgavam alto para reformar o prédio, não justificava a destruição e com isso a perda de toda a nação. Pode-se perceber neste fato histórico que o Vice-Rei usou um argumento apelando para a preservação enquanto bem coletivo. Em 1923, o deputado Luiz Cedro elaborou um projeto objetivando organizar a defesa dos monumentos históricos e artísticos. No ano de 1925 pensava-se na defesa não apenas dos imóveis mas também dos “móveis”. A primeira manifestação oficial dos poderes públicos no Brasil em prol da

preservação do patrimônio ocorreu em 1933 quando, pelo Decreto nº 22.928, Ouro Preto foi considerada monumento nacional.

Porém essas manifestações eram isoladas e incapazes de promover uma política preservacionista. Para configurar tamanha complexidade François Choay comenta, em seu livro *A Alegoria do Patrimônio*, o que aconteceu na França com a demolição de *Lês Halles* em 1970 e ressalta que por mais “importante” que eram as vozes que protestaram contra a demolição, era apenas uma minoria diante da indiferença geral.

Cabe explicar que quando se referencia patrimônio natural o termo usado quanto à proteção deste é conservação, e já com relação ao patrimônio histórico estes dois termos são questionáveis. Para estudiosos do patrimônio o conceito de preservação é entendido como o processo de restauro, conservação e manutenção de bens culturais. Em contraposição, países anglo-saxões atribuem à conservação do patrimônio como uma forma mais dinâmica, bem como Barreto sugere em seu livro *Turismo e Legado Cultural* que as possibilidades do planejamento de preservar o patrimônio implica mantê-lo estático e intocado, ao passo que conservar implica integrá-lo no dinamismo do processo cultural.

O presente trabalho, não teve a pretensão de uma discussão mais profunda desse universo conceitual com relação ao patrimônio, e, portanto, entende que se utiliza do termo conservação para designar uma intervenção física, assegurando a integridade do bem por meio da restauração que significa recuperar totalmente com os métodos construtivos originais, sendo, portanto um instrumento da preservação. E o termo preservação para designar uma intervenção legal e o reconhecimento oficial de um bem histórico.

Alguns fatos relevantes ao processo histórico do patrimônio cultural quanto a sua busca de uma conceituação e preservação são:

No ano de 1907 estabeleceu-se na Prússia uma lei contra a desfiguração de cidades, proporcionando uma relativa segurança aos bens edificados. “A partir da Carta de Atenas de [1933], há uma constante preocupação pela conceituação e preservação do patrimônio cultural das diversas nações”, Telles (1977, p. 43), em 1964 em Veneza surgiu pela primeira vez uma carta internacional para a conservação e restauração de monumentos e em 1965 por iniciativa da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) cria-se o ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios).

Devido a toda complexidade que envolve as questões patrimoniais, e num cenário onde o valor coletivo submete-se ao individual, percebe-se a necessidade de além de uma discussão mais ampla a esse respeito, a necessidade também de se estabelecer a proteção desses patrimônios da humanidade por meio de leis, elaborando uma espécie de constituição.

Para tanto, em 1972 aconteceu a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura que aponta considerações importantes para se refletir e perceber o quão frágil se torna o patrimônio, onde além de infortúnios naturais, o patrimônio cultural precisa ser protegido de mãos que ao mesmo tempo em que constroem, destroem.

É realizada no mesmo ano a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, que foi aprovada pela Unesco, a qual estabelece que são considerados como patrimônio cultural:

Monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência”;

Os conjuntos: grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse: obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (CURY, 2000, p. 178/179).

E, ainda, em 1996 a UNESCO promoveu, em Oslo, Noruega, o I Congresso Internacional “Memória do Mundo”, que estava alicerçado em salvaguardar e promover a herança documental do mundo, preservando e dando condições de acesso a estes.

Se no Brasil a preservação oficial data de 1937, no Paraná inicia-se em 1953, com a Lei 1.211, que na realidade é uma cópia do Decreto-Lei nº 25/37. Já em Ponta Grossa, medidas oficiais são concretizadas em 1998, com a Lei 6.189, que institui o COMPAC (Conselho Municipal do Patrimônio Cultural), que será analisado adiante.

Em Ponta Grossa, como em outras regiões, parte dessa cultura étnica se perdeu. Fato que pode ser percebido com a destruição de seu patrimônio edificado e mais ainda em função da vergonha que os imigrantes tinham de sua língua e alguns de seus costumes, devido à nova realidade em que se encontravam e da discriminação social que enfrentaram, num primeiro momento. Porém, ainda existe um referencial significativo de seus traços culturais que representam parte da restauração e manutenção da identidade desses grupos étnicos.

“Estamos (re)aprendendo a olhar para o patrimônio como um bem que representa identidade e que exterioriza o valor de uma cultura, de algo que pode ser a expressão de uma conjuntura histórica, a leitura de uma concepção social ou a manifestação de uma tradição”

A preservação desses bens patrimoniais pressupõe uma relação conflitante entre o interesse público e o privado, na qual os interesses privados subjugam os interesses coletivos. É uma relação que poderia ser harmoniosa se ficasse de lado interesses puramente

particulares, no mais das vezes de cunho meramente econômico, danificando bens culturais que fazem parte da memória, portanto, da história da cidade.

Portanto, a preservação desses referenciais étnicos pode ser considerada como um instrumento para a valorização dos próprios bens, sejam eles tangíveis e/ou intangíveis e da memória de Ponta Grossa, contribuindo para que a própria identidade local não seja perdida. Com essa valorização os pontagrossenses e mais particularmente os imigrantes e descendentes possivelmente sentirão orgulho de pertencer ao local e de fazer parte do contexto histórico da cidade.

Faz-se necessário ressaltar a questão simbólica presente nos bens culturais étnicos, pois é possível perceber em alguns objetos, em sua gastronomia, em suas vestimentas, na sua língua e na sua arquitetura traços que expressão a personalidade de cada grupo de imigrante. Por exemplo a gastronomia italiana mais do que o ato propriamente de alimentar-se e de restauração das energias, tem a intenção de unir a família entorno de algo comum a sua cultura.

Com o passar do tempo pode-se confirmar que a preservação do patrimônio não se faria por si só, uma vez que inúmeros bens que pertenciam à história da humanidade foram destruídos. Foi preciso uma intervenção legal para preservar a identidade, a história e a natureza assegurando o direito das gerações futuras conhecerem o passado de forma original e convincente.

O instrumento legal de preservação do patrimônio cultural originou-se de um estudo com relação à política de proteção patrimonial dos países europeus, feita por Mário de Andrade, em que o bem tangível ou intangível que fosse considerado de valor histórico ou científico teria sua inscrição feita em um dos quatro Livros Tombo⁷, correspondente a sua categoria.

Tombamento é o ato final de procedimento administrativo, resultante de poder discricionário da Administração, por via do qual o Poder Público, intervindo na propriedade, institui uma servidão administrativa, traduzida na incidência de regime especial de proteção sobre determinado bem, em razão de suas características especiais, integrando-se em sua gestão com a finalidade de atender ao interesse coletivo de preservação da cultura ou da natureza. (PIRES, 1994 apud SIMÃO, 2001, p. 42).

Ou ainda, segundo Sales (apud TELLES 1977, p. 35): “Tombar é inventariar bens de raiz com todas as demarcações. É preservar, é defender algo de interesse público.”

⁷ Livro Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro Tombo Histórico; Livro Tombo das Belas Artes e Livro Tombo das Artes Aplicadas.

A partir de 1970 a política de preservação do patrimônio cultural e seu conseqüente tombamento passou a intervir não somente em patrimônios isolados, mas pensava-se agora na preservação de conjuntos e ainda conciliar essa preservação com o crescimento de atividades econômicas, principalmente o turismo. Com essa nova concepção surgiu em 1973 o Programa de Cidades Históricas (PCH); criado pelo Ministério do Planejamento e pelo Ministério da Educação e Cultura o programa visava à preservação das cidades históricas como um todo.

Com a dinamização da política preservacionista brasileira, a qual intencionava um melhor “relacionamento” entre o ato do tombamento e a melhor utilização do bem tombado, foi criado em 1975 o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC). Este Centro teve a adesão do Banco do Brasil S.A. e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) entre outros, objetivando formar um sistema referencial para análise da dinâmica cultural brasileira.

Com relação à preservação de conjuntos arquitetônicos e urbanísticos, embasado no contexto histórico e artístico local e sua política de tombamento, Santos (2000, p.42) esclarece que:

A coisa a ser tombada não mais poderá ser enfocada isoladamente; toda uma gama de circunstâncias especiais-ambientais, de compromissos com os remanescentes históricos, com a arte, a ciência, a paisagem, a ecologia, a etno-história, a vocação das comunidades envolvidas e o bem-estar das comunidades menos favorecidas, são algumas das principais preocupações dos dirigentes das entidades voltadas a proteção do bem patrimonial e da produção cultural.

É preciso deixar claro que o processo de tombamento não significa desapropriação nem a perda do direito de propriedade, nem tão pouco restrições a esse direito, mas sim a conservação do imóvel pelo proprietário. O tombamento implica ao proprietário cuidar do bem mantendo as características que o levou a ser considerado de interesse para a história da cidade e por conseqüência um patrimônio da memória coletiva, e comunicar ao COMPAC (com relação ao município de Ponta Grossa), toda e qualquer modificação que se deseje fazer com relação ao aspecto físico da casa.

É certo que algumas leis da política de preservação são de certa forma rígidas com relação ao proprietário, porém poderiam ser amenizadas com medidas que levassem a população contribuir com a política preservacionista nacional, para tanto, este trabalho vem apontar algumas delas:

- Todo o proprietário de um bem tombado devido o seu valor e interesse público poderia abater do imposto de renda as importâncias destinadas ao restauro e manutenção do seu bem.

- A pessoa (proprietário ou não) que destinasse verbas em prol da preservação do patrimônio cultural da sua cidade ou estado ou mesmo federal teria desconto no imposto de renda. Seria uma espécie de “fundo cultural”.
- Grandes empresas poderiam destinar uma parte de seu imposto de renda a esse “fundo cultural” sob forma de “imposto cultural”. Em contrapartida receberiam o selo social ou um outro “selo” que indicasse que a empresa “investe” no patrimônio cultural.
- Ou mesmo seguir a lei da transferência de potencial construtivo como é utilizado em Curitiba e Porto Alegre, na qual o proprietário de um bem tombado tem direito de construir em outro terreno o que ele quiser dentro da legislação competente, para compensar suas despesas.

No município de Ponta Grossa foi criado em junho de 1999 o COMPAC (Conselho Municipal do Patrimônio Cultural) de caráter deliberativo e consultivo, composto por 21 membros da comunidade pontagrossense, das mais diversas áreas, proporcionando uma ampla visão a respeito do patrimônio cultural local. Este conselho tem por objetivo a preservação do patrimônio do espaço em questão, protegendo, mesmo que contra a vontade do proprietário, parte da história de Ponta Grossa.

Para contribuir com as despesas que o proprietário de um bem tombado terá com relação à manutenção do referencial edificado, o COMPAC proporciona o projeto de restauro gratuitamente, e a Prefeitura Municipal contribui reduzindo em 70% do total do IPTU do imóvel.

O tombamento municipal tem o mesmo significado e força que o tombamento federal, com a diferença que cabe ao município uma legislação que regulamente este ato.

Para que todo esse potencial possa ser “aproveitado” de modo sustentável pela atividade turística se faz fundamental a sua preservação e a valorização por parte dos imigrantes, dos descendentes dessas etnias e também pela população da cidade de Ponta Grossa, uma vez que dessa proteção depende a manutenção de sua história.

E, ainda a união do poder público e do privado com a população local e um planejamento adequado, tornando possível uma melhor política preservacionista e também contribuindo para que a atividade turística se estabeleça e se desenvolva na região.

1.2 Turismo cultural e turismo étnico

A preservação do patrimônio cultural e a atividade turística possuem uma relação intrínseca de existência, pois o turismo exige e acaba provocando a restauração de valores e a sua necessidade de preservação.

Não se sabe exatamente quando a atividade turística se iniciou, uma vez que o ser humano desde sempre teve vontade de viajar, ou como afirma Carvalho (1999, p. 100 In YÁZIGI): “As pessoas, historicamente, procuram a interação com outras pessoas fora de seus lugares.”

Alguns autores afirmam que o turismo tenha começado na Grécia, quando as pessoas se deslocavam para assistirem aos Jogos Olímpicos. Outros acreditam que as viagens que os povos antigos faziam em busca das novas terras e posteriormente colonização e exploração das mesmas, marca na história uma manifestação de realizar a prática hoje conhecida como turismo. Ou ainda, pode se encontrar nas viagens realizadas por cunho religioso, as cruzadas, na Idade Média, uma menção à atividade turística.

O fato é que o turismo como atividade organizada teve início com em 1841 por conta de Thomas Cook, o qual organizou uma viagem de trem para 500 pessoas, até um congresso que tinha por tema o alcoolismo. Com o sucesso deste empreendimento, no mesmo ano foi fundada a primeira agência de viagens do mundo: a Thomas Cook & Sons.

E que a atividade turística independentemente da época que tenha se iniciado, ganhou impulso com a Revolução Industrial, pois por consequência desta revolução surgiram as leis trabalhistas as quais garantiam às pessoas, além de outros direitos, o direito a um maior tempo livre. Com este tempo livre, com a expansão dos transportes e com os avanços tecnológicos, as pessoas passaram a viajar mais, contribuindo no desenvolvimento do turismo como atividade de prestação de serviços.

Uma vez que a atividade turística vem ao longo do tempo buscando sua cientificidade, vários são os conceitos que tentam explicar esta complexa atividade, na maioria das vezes definições simplistas de cunho essencialmente economicista. O próprio conceito estabelecido pela OMT (Organização Mundial do Turismo), o qual considera o turismo como a “soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário motivados por razões alheias a negócios ou profissionais”, torna simplista uma atividade que é interdisciplinar e ocasiona relações sociais.

Para tanto este trabalho, buscando uma concepção humana-social, considera mais pertinente à temática o conceito de Moesch (2000, p. 09), afirmando que:

O turismo é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações intelectuais. O somatório dessa dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turismo.

Moesch ressalta em seu conceito as relações sociais e a troca de experiência entre as diferentes culturas conseqüentes da prática turística, avançando assim, na construção da base teórica desta complexa atividade, que além de possibilitar benefícios econômicos é também uma atividade sociabilizadora.

Krippendorff (1989, p.26) coloca que “o turismo poderia, eventualmente, ser um enriquecedor humano, um estímulo para um dia a dia melhor, para uma sociedade superior”

Não se tem a pretensão de discutir sobre os inúmeros e distintos conceitos de turismo nem tão pouco situar a atividade no tempo e no espaço, mas sim evidenciar o que a atividade turística pode proporcionar quanto à preservação e valorização do patrimônio cultural, tendo como foco principal a cultura étnica do município de Ponta Grossa. Portanto cabe a este trabalho uma discussão mais particularmente sobre o turismo cultural.

Em relação a turismo cultural a Secretaria da Cultura e do Esporte do Paraná (1986, p. 10) afirma que o:

[...] conceito de patrimônio cultural não se limita mais ao mero conhecimento das manifestações e registros materiais de um grupo, de uma comunidade ou de um povo, e sim da descoberta de um delicado tecido onde o homem, seu ambiente e sua história entrelaçam fios de cores e texturas diferentes. Assim essa miscigenação cultural étnica no município de Ponta Grossa pode se tornar um instrumento de desenvolvimento do turismo étnico.

Para Barreto (2000, p. 20) o turismo cultural pode ser definido como: “todo turismo em que o atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura humana. Esse aspecto pode ser a história, o cotidiano, o artesanato ou qualquer outro dos inúmeros aspectos que o conceito de cultura abrange.” Neste trabalho o conceito de turismo cultural difere da referida autora, pois considera os elementos naturais como parte integrante do patrimônio cultural, dessa maneira afirmando que a natureza também pode agregar valor ao turismo cultural.

E ainda, Freire e Pereira (2002, p. 127) In Murta, afirmam que “[...] o turismo cultural é compatível e comprometido com o fortalecimento da identidade, a preservação da memória e do patrimônio cultural em lugares [...].”

O avanço da tecnologia faz com que quase tudo possa ser feito sem sair do ambiente de nossa casa. Nesse contexto o turismo adquire uma nova essência, mais que uma atividade econômica passa a ser uma atividade sócio-cultural, pois proporciona às pessoas contato humano e cultural, troca de experiência e o prazer de descobrir o desconhecido.

Para se ter uma idéia, já no século XVII as famílias bem abonadas mandavam seus filhos viajarem para completar sua educação. Nessa viagem aprendiam línguas e costumes de outros povos, e quando voltavam para casa transmitiam o que havia aprendido.

Hoje como sugere Gastal (2002, p. 33) “...a exemplo do *grand tour*, os turistas modernos percorrem as cidades em busca de um produto muito especial, a cultura, levando os teóricos a descrever esse novo momento do turismo a partir de um binômio que coloca, lado a lado, a cultura e a cidade.”

Portanto, se o turismo cultural objetiva conhecimento, troca de experiências, contato humano, pode-se dizer que essas viagens com intuito educativo já faziam menção aos princípios do turismo cultural.

O patrimônio histórico não deve ser visto apenas como um recurso econômico turístico, apesar do reducionismo econômico dominante na abordagem do tema. É necessário ver o turismo, nesta particular realização, como aquela atividade em que se processa e intensifica-se a realização de uma essência humana, de uma relação do homem com a humanidade através de espaços e tempos mais amplos, mais diversos, em contraponto ao reducionismo, à especialização do *homo economicus*, incluindo aí a mercadorização/taylorização do seu tempo de lazer e turismo. (CARVALHO 1999, p. 109 In YÁZIGI).

Se analisarmos a prerrogativa da carta patrimonial Normas de Quito de 1967 (Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico), percebe-se que o turismo cultural adquire valor econômico, já que os Estados Americanos querem lucrar com seus monumentos. Esta, segundo a visão deste trabalho, não seria a melhor forma de se empregar os inúmeros benefícios do turismo cultural, porém pode chamar a atenção, principalmente dos interesses privados, quanto à preservação do patrimônio cultural.

Os imigrantes alemães, italianos e eslavos vieram para Ponta Grossa carregados de uma carga cultural expressa, visivelmente em seu cotidiano, que pode ser apropriada pela atividade turística, agregando valor ao desenvolvimento do turismo cultural ou avançando para o turismo étnico como uma segmentação da atividade.

[...] em vários pontos esses imigrantes aceitaram valores culturais brasileiros, incorporando-os ao seu modo de vida, o que era de se esperar, em face das próprias condições de adaptação ao ambiente. Mas, também lhes transmitiram valores seus, trazidos na sua bagagem cultural. (DIÈGUES, 1964, p. 94).

Poucos autores mencionam o turismo étnico como uma das diversas segmentações da atividade turística, geralmente segmentam o turismo cultural. Segundo Beni (2000, p. 425), turismo étnico-histórico-cultural:

Refere-se ao fluxo de turistas nacionais e internacionais que se deslocam centrados na motivação de suas origens étnicas locais e regionais, e também no legado histórico-cultural de sua ascendência comum. Incluem-se aí ainda aqueles que se deslocam com objetivos eminentemente antropológicos para conhecer *in loco* as características étnico-culturais daqueles povos que constituem o interesse de sua observação.

Para tanto, o turismo étnico consiste no conhecimento de lugares/regiões que em algum momento de sua história foram marcados pela vinda de imigrantes e que só é possível desenvolvê-lo se esse legado étnico for preservado por parte desses grupos e respeitado pela comunidade como um todo.

Esse referencial étnico que faz parte do contexto histórico de Ponta Grossa pode ser um diferencial para o município, porém precisa ser preservado e valorizado, pois do contrário pode acontecer o que Telles (1977, p. 13) comenta citando as palavras de Mário Quintana:

As cidades estão perdendo a fisionomia e a alma. Cada vez mais se parecem umas com as outras, quer se trate de um monstro como Tóquio, de Porto Alegre ou de uma cidadezinha como Alegrete⁸. Aqui mesmo (nesta praça da alfândega) você pode ver o que é uma cidade em processo de perda de identidade. Olhe os casarões que estão sendo derrubados. Veja como eram bonitos, cada um com sua arquitetura, sua personalidade. Agora veja, esses prédios de cimento, duros, rígidos, retos, todos com a mesma cara.

Isto é exatamente o que não pode acontecer, pois os turistas adeptos do turismo cultural, querem conhecer cidades com alma, autênticas, buscam conhecer a história da cidade, esse diferencial é o atrativo da atividade turística. Telles (1977, p. 12) afirma ainda que uma cidade sem seus velhos edifícios, no caso as edificações étnicas é como um homem sem memória, portanto, uma cidade sem sua cultura particular torna-se uma cidade sem história

Segundo Wainberg (2000, p. 13) In Castrogiovanni a cidade “É uma obra de arte viva, e seus atores móveis são os seus habitantes. Há cores e odores. Hábitos e costumes. História e memória. No campo estranho, todo detalhe é relevante na composição do todo.”

⁸ Alegrete é um município do Rio Grande do Sul.

Se esses grupos assim quiserem, o turismo por meio da interpretação que segundo Murta e Goodey (2002, p.13) é “o processo de acrescentar valor à experiência do visitante, por meio do fornecimento de informações que realcem a história e as características culturais e ambientais de um lugar”, pode ser um instrumento/elemento para a valorização da sua cultura e conseqüentemente agregar renda a essas famílias por meio da venda de seus artesanatos, de sua gastronomia, e ainda obter um retorno sócio-cultural pela troca de experiência e conhecimento a respeito de sua história e os métodos construtivos e o saber-fazer empregados em toda sua cultura, possibilitando portanto, o que a maioria dos turistas⁹ atualmente procura. Goodey (2002, p.50) argumenta que “algumas características centrais da comunidade local são exatamente o que o visitante quer ver, experimentar, compartilhar e talvez levar consigo”.

Com relação a turistas Doia (2002, p. 128), considera que:

O turista cultural, [...], chega pedindo licença, e assim pode visitar a história não só conhecendo as evidências materiais do passado, presentes em sítios, monumentos e objetos consagrados como patrimônio, mas também escutando ou lendo relatos e lembranças dos que vivenciaram e fizeram a história do lugar.

Investir em turismo cultural é uma maneira de evitar os prejuízos advindos da sazonalidade da atividade turística, visto que sendo o patrimônio preservado, ele agrega valor à visitação e ainda estabelece um diferencial para cada cidade construindo sua história muito particular.

CAPÍTULO II – CONTEXTO HISTÓRICO DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL, NO PARANÁ E EM PONTA GROSSA E O DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

2.1 Imigração no Brasil

Para explicitar esse diferencial e essa história muito particular podemos analisar o processo de imigração que ocorreu no Brasil, onde as regiões que receberam essas levas,

⁹ Turista é entendido nesta pesquisa como sendo tanto visitantes de fora da região bem como a própria comunidade de Ponta Grossa.

construíram cada uma sua cultura, agregando características culturais da população local e dos grupos étnicos.

Antes de iniciar a política imigratória a estrutura sócio-econômica brasileira se configurava com o latifúndio, geralmente nas mãos dos portugueses, o índio, que abruptamente vinha passando pelo processo de aculturação e o negro escravo que significava a mão-de-obra essencialmente servil.

A política de imigração no Brasil teve seu ponto inicial com a vinda da família real (1808) para o Rio de Janeiro e a Abertura dos Portos Brasileiros, facilitando, assim, a entrada de estrangeiros. No mesmo ano D. João VI permitiu o acesso à propriedade da terra para imigrantes, fato que incentivou o movimento imigrantista para o Brasil, já que o estrangeiro saía de seu país de origem em busca de uma vida melhor. Esse movimento trouxe mudanças ao cotidiano nacional.

Nessa época figuravam no Brasil ingleses, alemães, italianos e franceses, mas não significaram propriamente imigração, geralmente eram apenas viajantes. Só depois da Independência do Brasil, mais precisamente em 1827, é que em São Paulo registrou-se a entrada de estrangeiros como imigrante.

O Brasil era um país novo com escassez de mão-de-obra para ajudar na expansão econômica, e necessitava também de pessoas para preencher os vazios demográficos existentes por todo o território. Então, o Governo Imperial percebeu na imigração a solução desses problemas.

Por isso é que inicialmente o Brasil dava preferência a imigrantes que suprissem a mão-de-obra necessária às suas fazendas de café ou para colônias agrícolas. Somente mais tarde é que a figura do imigrante poderia ser considerado como artesão, operário industrial, comerciante, etc.

Alguns fatores como a extinção do tráfico negreiro, a abolição da escravatura, as duas grandes guerras, as crises de depressão no exterior, contribuíram para o processo imigratório. E ainda, segundo Diégues (1964, p. 22):

O aperfeiçoamento dos transportes marítimos com a introdução do vapor, e a facilidade das comunicações, com o uso dos telégrafos, participaram do processo de estímulo à imigração, sobretudo porque se difundiam, de modo mais amplo, conhecimentos e notícias sobre as novas terras e os novos Países.

Esse movimento imigratório no Brasil teve uma grande relação com a escravidão, portanto, pode ser dividido em três períodos bem característicos:

- Primeiro Período (1808 a 1850)

Nesse período o Governo Imperial começou a criar condições favoráveis ao processo migratório, para que este se desenvolvesse satisfatoriamente. Uma delas foi a abertura dos portos brasileiros, em 28 de Janeiro de 1808, marcando o início da imigração, uma vez que o estrangeiro poderia, a partir desta data, entrar no país sem pesadas restrições.

A escravidão era a mão-de-obra nacional desse período. Grande parte do serviço era feito pelos escravos, os quais mantinham uma relação totalmente servil. A intenção seria então, ir aos poucos introduzindo o imigrante nesses serviços, como trabalhador livre, uma vez que já se cogitava o fim da escravidão.

O imigrante passou a receber auxílio do Governo para se estabelecer no novo contexto espacial, alguns recebiam um lote de terra (particularmente na região sul), outros uma quantia em dinheiro ou mesmo eram empregados nas fazendas de café (particularmente em São Paulo).

A primeira experiência para o estabelecimento de núcleos coloniais formados com imigrantes estrangeiros, sendo também a primeira tentativa oficial, foi a fundação da colônia de Nova Friburgo no Rio de Janeiro por suíços e depois a colônia de São Leopoldo no Rio Grande do Sul por alemães, e assim por diante. Algumas prosperaram outras não.

Em algumas colônias criou-se o sistema de parceria, no qual o imigrante recebia uma porcentagem sobre a colheita. Neste sistema de parceria era dividido apenas o trabalho e não a propriedade. Com o passar do tempo começaram a surgir atrito entre os colonos empregados nas fazendas de café sob esse sistema, e os fazendeiros, pois estes não cumpriam o contrato estabelecido e ainda acusavam os colonos de poucos trabalhadores e muito exigentes.

Já em outras o imigrante, em troca do trabalho, poderia adquirir sua propriedade, esse sistema justificava uma melhor relação com o imigrante, uma vez que cultivando sua própria terra, produziria mais.

Com a abdicação de D. Pedro I (1831) foi transferido às províncias a administração com relação à colonização, mas como as terras pertenciam ao Império as províncias não tinham mais o direito de fundar colônias agrícolas. Não possuíam condições nem experiência.

O Governo tentando facilitar a integração desses imigrantes na sociedade brasileira, cria em 1832 a Lei Genérica sobre naturalização de estrangeiros, porém com algumas restrições.

Nesse início do processo migratório o volume de estrangeiros era pequeno. Dos imigrantes que entraram no país até 1950, o período entre 1808 a 1850 corresponde a apenas 0,39%. Vindo para o Brasil principalmente alemães, suíços e portugueses.

- Segundo Período (1850 a 1888)

Esse período foi marcado, principalmente, pela extinção do tráfico negreiro, fato que auxiliou o movimento de imigração. Já que teoricamente diminuiria a mão-de-obra negra-escrava.

Na Europa estava acontecendo uma série de movimentos revolucionários de caráter liberal, refletindo na vinda de imigrantes para o Brasil. O país mais marcado por esses conflitos, nessa época, foi a Alemanha.

Não vieram só imigrantes destinados a trabalhar na atividade agrícola, pois com o fluxo migratório alemão vieram também alguns intelectuais que influenciaram na ascensão política dos imigrantes já estabelecidos no Brasil.

O Governo, em 1848, começou a conceder a cada Província, terras a serem destinadas aos imigrantes. Assim, os governos das respectivas províncias passaram a incentivar mais o processo de colonização pelos imigrantes. E o sucesso desse processo dependia da política adotada pelos respectivos governadores.

É nessa época também que principia a idéia de abolir a mão-de-obra escrava, uma vez que o Governo queria substituir o negro escravo pelo imigrante livre, que era considerado mão-de-obra superior ao negro.

Para ocupar os vazios demográficos surge o sistema de colonização, que segundo Diégues (1964, p.41) sua finalidade era “[...] localizar os imigrantes em pequenas propriedades agrupadas em núcleos, visando ao povoamento do País e a formar agrupamentos de onde sairiam, de futuro, os trabalhadores necessários.” E ainda, queria substituir a mão-de-obra escrava voltada para a atividade agrícola. A esse sistema Diégues (1964, p. 41) denominou: “‘imigração’, sendo seu objetivo imediato prover de braços o trabalho agrícola, com o que resolvia o problema da mão-de-obra ameaçada com a diminuição do número de escravos.”

Apesar de o Governo auxiliar no processo migratório buscando o desenvolvimento do país, existia por trás desse auxílio, interesses particulares, principalmente em São Paulo em virtude das fazendas de café. Os proprietários queriam mão-de-obra com qualidade e ao mesmo tempo barata, com o intuito do desenvolvimento econômico. A iniciativa privada passou, mesmo que por interesse particular, a contribuir no incentivo à imigração.

Nesse período inicia novos fluxos migratórios com os austríacos, russos¹⁰ e poloneses e aumenta a participação de alemães e italianos, fundando assim, novos núcleos coloniais e os núcleos primitivos vão aos poucos se transformando em vilas e cidades.

A região que mais prosperou com a presença dos imigrantes foi a Região Sul¹¹, por estar baseada no processo de colonização e devido ao desenvolvimento da pequena propriedade rural¹², já as Regiões Norte e Nordeste não obtiveram o mesmo sucesso com os imigrantes, pois estavam baseadas no latifúndio e não concediam terras aos colonos.

O sistema da pequena propriedade rural influenciou no plano econômico e social do país, pois originou a classe média rural com condições estáveis, fixou o colono e colaborou no crescimento da produção e da diversidade agrícola.

Nessa época ainda, ocorre uma reação do exterior contra a imigração para o Brasil, restringindo o fluxo migratório. E, no Brasil, surgem leis que incentivaram a abertura de crédito e auxílio à imigração como a isenção da obrigatoriedade do passaporte para a circulação dentro do país.

- Terceiro Período (1888 a 1950)

Esta fase, em que começou o sistema republicano, foi marcada principalmente pelo encerramento do ciclo do trabalho escravo. Fato que acentuou as correntes migratórias para o Brasil.

Os estados tinham, agora, mais liberdade quanto ao processo migratório, entretanto as ações de incentivo dependiam do governo de cada presidente, a consequência disso foi uma instabilidade no que diz respeito ao fluxo migratório, pois enquanto alguns presidentes, quando no seu mandato, impulsionavam esse fluxo, outros restringiam. E, quando o “problema” da imigração deixou de ser do governo federal, reduziram-se as verbas destinadas e encerrou-se o financiamento.

A economia cafeeira se expandia, principalmente no estado de São Paulo, portanto ainda havia a necessidade de trabalhadores. Devido a esse contexto, São Paulo tornou-se o principal centro imigrante do Brasil.

Nesse período a crise nos países de origem dos imigrantes, principalmente na Europa, aumenta. E em 1914 explode a Primeira Guerra Mundial, diminuindo a entrada de imigrantes

¹⁰ A maioria da imigração russa era na verdade polonesa.

¹¹ Até então São Paulo fazia parte da Região Sul.

¹² Nesse sistema não se inclui São Paulo, apesar de ainda fazer parte da região sul.

no Brasil, entretanto, sendo notada a entrada de escravos que se estabeleceram no Paraná. O surto industrial brasileiro contribui para atrair imigrantes, porém, em 1939 acontece a Segunda Guerra Mundial, declinando novamente o movimento imigratório para o Brasil.

A presença de imigrantes se expandiu desde São Paulo até Rio Grande do Sul, passando pelo Paraná e por Santa Catarina. A princípio com alemães e italianos, seguidos por russos, poloneses, ucranianos, turco-árabes e japoneses.

No sul os imigrantes tinham a finalidade de povoar, então, eram mandados a regiões de mata fechada, devido a esse isolamento preservaram suas tradições. Adquiriram financiamento do Governo ou particular para comprar lotes próprios.

A região sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) beneficiou-se com o sistema de colonização, que tinha por base a pequena propriedade agrícola voltada para a policultura que deveria atender ao auto-consumo e ao pequeno comércio, formando-se vários núcleos coloniais, com isso obteve uma diversidade tanto agrícola quanto étnica. Como consequência Diégues (1964, p. 94) afirma: "Naqueles três Estados, ou mais exatamente em zonas daqueles três Estados, os alienígenas¹³, e ainda hoje seus descendentes, assinalaram a sua presença tanto na característica física como na marca cultural da paisagem regional."

Enquanto em São Paulo, a imigração não se destinava a formar núcleos e sim distribuir mão-de-obra pelas fazendas de café e depois nas atividades urbanas e industriais, o imigrante, portanto, não tinha acesso à terra própria e era explorado apenas como mão-de-obra superior à escrava, porém não mais privilegiada.

A esse assunto Diégues (1964) explica que os modos de vida e os hábitos alimentares estrangeiros foram propagados pelos núcleos coloniais e não pelos trabalhadores que foram para as fazendas.

Com a síntese de cada período pode-se perceber que a implantação da política de colonização brasileira se choca com os interesses dos aristocratas rurais, dividindo opiniões. De um lado o parlamento, que já era constituído em sua maioria pelos latifundiários, os quais afirmavam que o governo estava tratando o problema da imigração de forma socialista, desrespeitando o domínio do latifúndio. Defendiam, portanto a imigração espontânea. Já o governo via na colonização uma maneira de desenvolver o Brasil.

Segundo Lazzari (1980, p. 71) "a reação parlamentar está orientada essencialmente pela ideologia latifundiária", defendendo os interesses particulares e não necessidades nacionais. A preocupação maior era que se preservasse o tradicional sistema rural do Brasil.

¹³ É como o autor denomina os imigrantes.

A origem e a causa dos povos, particularmente, europeus terem imigrado para o Brasil configurou-se semelhante, uma vez que a Europa, antes e depois da Segunda Guerra Mundial apresentava problemas sócio-econômicos graves, ameaçando até mesmo a perda da nacionalidade desses povos devido às imposições decorrentes dos constantes conflitos. Os problemas que permeavam a Europa, principalmente a Itália, a Alemanha, a Polônia e a Ucrânia, eram: opressão política e econômica, perseguições contra a própria língua e cultura¹⁴, invasões e estado de miséria.

Vieram, portanto, para o Brasil em busca de uma vida mais digna, com terras onde eles pudessem trabalhar, viver e reconstruírem sua origem étnica¹⁵, pois segundo Horbatiuk (1983, p. 4) “[...] todo o indivíduo sente necessidade de reconstruir sua identidade cultural.”

Pensar em viver em outro país já era complexo, mas uma das maiores preocupações dos estrangeiros ficava por conta da travessia marítima da Europa até o Brasil. A viagem se realizava em condições precárias, além do sentimento de isolamento presente no imigrante, uma vez que vinham povos de distintas nacionalidades, havia muita gente em uma só embarcação que por vezes além de pessoas, transportava entulhos, constantemente enfrentavam a falta de higiene, as acomodações eram pequenas e sem ventilação e ainda eram mal alimentados.

Já aportados no Brasil, buscaram a adaptação numa terra “estranha”, um ambiente hostil e desconhecido. Inicialmente ficavam alojados em hospedarias para estrangeiros no Rio de Janeiro, para posteriormente dirigirem-se até as suas devidas “terras prometidas”.

Quando os imigrantes chegaram em seus respectivos terrenos encontraram apenas mata fechada, portanto, o começo não foi fácil, a adaptação demorou, aponto de alguns imigrantes voltarem para seu país de origem, mas os que persistiram conseguiram uma vida mais justa, mesmo tendo de obedecer às imposições da colonização portuguesa no Brasil.

Depois da surpresa do terreno encoberto pela mata fechada, o imigrante, com esforço, construiu ele próprio, provisoriamente, uma casinha, que de acordo com que aumentava sua renda, aumentava ou construía sua moradia é claro que com o material disponível no Brasil, mas seguindo métodos construtivos próprios da sua cultura, deixando o mais próximo possível da sua casa de origem.

¹⁴ Segundo TELLES (1977, p. 9) cultura é: “soma de conhecimentos adquiridos pelo homem ao longo de sua existência.”

¹⁵ Segundo o Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse Seleções etnia significa “grupo de famílias em uma área geográfica variável, cuja unidade repousa na estrutura familiar, econômica e social comum, e na cultura comum”.

O Brasil objetivava na imigração um instrumento para a ocupação dos vazios demográficos que ameaçavam o domínio português, pois o território era extenso e difícil de controlar as invasões, bem como mão-de-obra barata, pois o processo da abolição da escravidão já chegava ao seu fim.

Mas também há intelectuais que ao fazer uma discussão sobre a política imigrante brasileira, apontam dois distintos objetivos: os fazendeiros, que eram grandes proprietários de terra, queriam mão-de-obra para a agricultura de exportação, ou seja, tinham interesses particulares; enquanto o Governo objetivava um “embranquecimento” do povo brasileiro, uma vez que, por uma idéia preconceituosa, o branco era tido como superior ao negro.

Segundo Novais (1997, p. 293): “Preocupados, ao contrário, com o mapa social e cultural do país, a burocracia imperial e a intelectualidade tentavam fazer da imigração um instrumento de ‘civilização’, a qual, na época, referia-se ao embranquecimento do país”.

Para alcançar os objetivos da imigração, o governo promete aos colonos europeus que quisessem se estabelecer no Brasil gratuidade no transporte, doação de um lote rural, instrumentos de trabalho, sementes, ajuda em dinheiro para os primeiros anos, assistência médica, religiosa e outras vantagens. (LAZZARI, 1980, p. 32).

As promoções feitas do Brasil para o exterior apresentavam-se exageradas, a tal ponto inventarem lendas de terra prometida onde afirmavam que o Brasil era o verdadeiro paraíso, “[...] a natureza parece ter destinado o Brasil a ser uma das principais nações agrícolas do mundo.” (PARANÁ, 1986, p. 22). E, ainda, segundo Seyferth (1990, p. 29), “A propaganda falsificou bastante as condições climáticas e geográficas, apresentando o Sul como algo semelhante à Europa”. Somente no planalto paranaense a temperatura configurou-se semelhante. Por vezes o imigrante não conseguia tudo o que a falsa propaganda prometia.

Adaptar-se a uma nova realidade social e geográfica tão distinta dos respectivos grupos étnicos que vieram buscar no Brasil um lugar melhor para viverem, não foi fácil. Um meio que o imigrante encontrou para se adaptar no Brasil foi o de criar Associações Recreativas, Profissionais e Benéficas, que a princípio eram freqüentadas somente por imigrantes, pois, objetivavam a manutenção e o convívio de sua cultura, entretanto hoje qualquer pessoa pode participar.

Diégues (1964) confirma a importância tanto dessas Associações quanto à formação de núcleos étnicos isolados, quando afirma que em São Paulo a assimilação foi maior, pois se encontravam em partes urbanas e não constituíram colônias isoladas. E, ainda, nota-se que o elemento imigrante viu, também, em suas escolas um instrumento de preservação de sua

cultura. Uma vez que a escola brasileira não era capaz de ao mesmo tempo integrar e educar os imigrantes.

Assim, como as associações contribuíram para introduzir o elemento imigrante nessa nova realidade sem que eles perdessem seus costumes e tradições, a atividade profissional foi o elemento mais eficaz da integração do imigrante.

Além de trazerem novas técnicas agrícolas, o imigrante contribuiu na construção de estradas, desenvolveu a atividade artesanal, fato que possibilitou a formação de uma classe média urbana e ainda, contribuiu no processo industrial. Portanto, se tornaram não só mão-de-obra agrícola ou apenas operários, mas também pequenos e grandes empresários, adquirindo uma ascensão social.

De 1945 até 1958 ainda vinham estrangeiros agrícolas, mas em maior número vinham operários qualificados e técnicos, ou seja, mão-de-obra especializada para incrementar o desenvolvimento industrial no Brasil.

Percebe-se no decorrer desta análise, quanto ao início e ao desenvolvimento do processo migratório, que as colônias eram auto-suficientes uma vez que era produzido tudo que a família do colono necessitava.

Quanto ao contexto do movimento de imigração para o Brasil, Diégues (1964, p. 290), argumenta:

[...] essa fusão de elementos vindos de várias origens criou um ambiente novo, em que a estrutura original sofreu, como era natural, modificações. E essas modificações deram margem ao panorama que hoje encontramos no Brasil contemporâneo: o de um pluralismo étnico e cultural, oriundo sobretudo do sentido de criatividade cultural com que se desenvolveu o processo transculturativo.

O processo migratório trouxe, portanto, significativas transformações políticas sociais, econômicas, espaciais e principalmente culturais, na estrutura brasileira dominada pelos portugueses, como afirma Diégues (1964, p. 245): “[...] o imigrante foi introdutor de novos hábitos e de costumes novos, que, em grande parte, vieram modificar a estrutura luso-brasileira.”

Nesta análise, percebe-se, portanto, que o elemento imigrante contribuiu na transformação do cotidiano nacional, incorporando novos hábitos, mas também disseminando, principalmente na região sul e em São Paulo, seus costumes e tradições. É devido a todo esse processo de imigração que o Brasil possui hoje uma significativa diversidade cultural.

Uma vez que a região sul, respectivamente Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, foi a que obteve uma maior contribuição dessas etnias, faz-se justificado o estudo

sobre a imigração no Estado do Paraná, para chegarmos à análise sobre o município de Ponta Grossa.

O Gráfico a seguir ilustra o número de imigrantes que entraram no Brasil e seus respectivos anos:

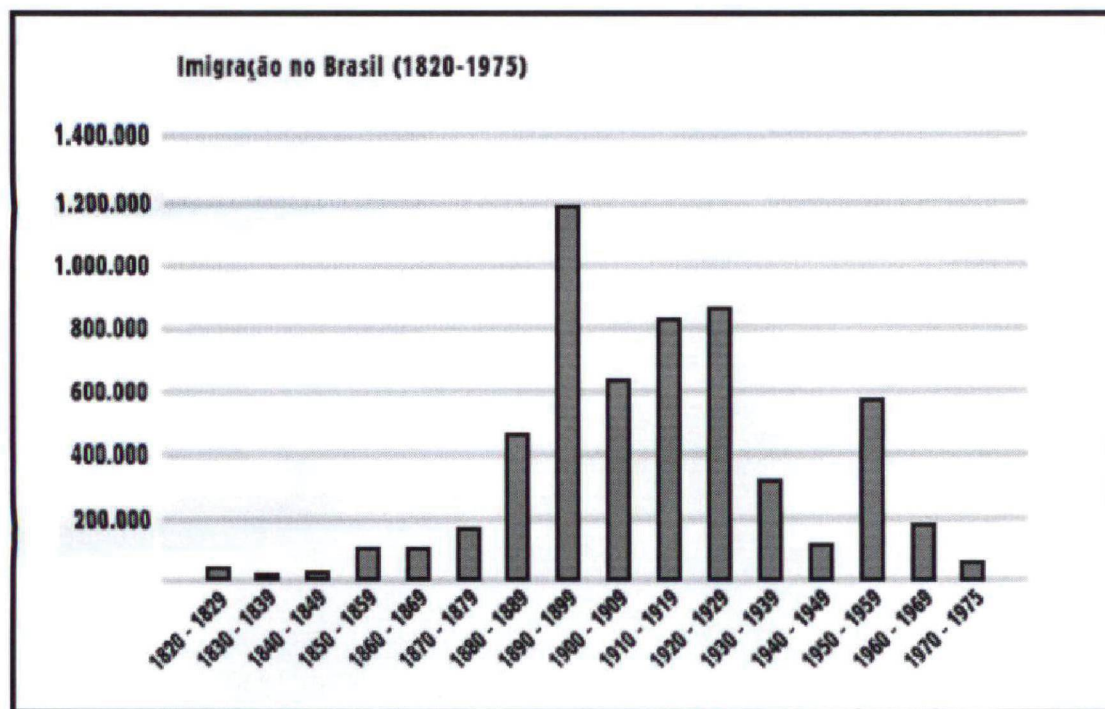


Gráfico 01 – Imigração no Brasil (1820-1975) - Fonte: dados do IBGE.

2.2 Imigração no Paraná

Como foi analisado, no item anterior a política de imigração da região sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) se desenvolveu de maneira significativa, transformando a estrutura nacional. Diferentemente das outras regiões do Brasil aonde os imigrantes vieram para suprir mão-de-obra para a atividade agrícola, na região sul¹⁶ eles se estabeleceram no intuito da colonização, sendo possível identificar a formação de núcleos étnicos ou colônias isoladas, como era mais conhecido. E, posteriormente, passaram a abastecer a região.

Para tanto o foco analisado neste item é o Estado do Paraná, que no início do século XIX era uma região pouco povoada e constantemente ocorriam conflitos entre os proprietários de terra lá instalados e o povo indígena, considerado hostil.

¹⁶ Exceto São Paulo, que na época também fazia parte da região sul.

Os imigrantes que foram para São Paulo se estabeleceram nas fazendas de café, já no Paraná o imigrante quando chegou encontrou mata fechada, intempéries climáticas (principalmente os que ficaram no litoral) e em algumas regiões solos impróprios para a agricultura.

Principalmente o solo dos Campos Gerais foi considerado impróprio para a atividade agrícola devido à sua acidez e por ser arenoso, ou seja, era pobre em elementos nutritivos necessários à agricultura. Era, portanto, preciso a aplicação de técnicas agrícolas para o desenvolvimento da agricultura paranaense.

Com a contribuição do imigrante a paisagem natural do Paraná se transformou, as florestas foram destruídas e no lugar foram "impostos" campos, mesmo que em algumas regiões o solo não fosse propício a isso.

Além desses obstáculos os colonos teriam, ainda, que enfrentar os ataques de grupos indígenas.¹⁷ Fato que, entre outros, ocasionou o fracasso da primeira tentativa para formar uma colônia, que foi o caso de Rio Negro em 1829.

Antes mesmo da fundação da Província do Paraná a imigração para a região já acontecia. As primeiras tentativas de formação de núcleos étnicos paranaenses se deram por iniciativas particulares. Primeiramente, João da Silva Machado organizou em 1829 a colônia de Rio Negro formada por alemães, depois João Maurício Faivre funda, em 1847, às margens do Ivaí a colônia Teresa¹⁸ com imigrantes franceses. E em 1852, Carlos Perret Gentil atrai imigrantes suíços, alemães e franceses e funda a colônia Superagui (que hoje constitui o município de Guaraqueçaba).

Observando que os núcleos de Santa Catarina, mais precisamente Blumenau e Dona Francisca (Joinville) prosperaram, o Paraná reivindicou junto ao governo imperial a instalação de núcleos similares, começando, portanto a política imigratória organizada pelo governo. Decidiu-se, portanto, colocar o Paraná na "rota" da colonização brasileira.

Tentou-se estabelecer imigrantes no litoral paranaense, mais precisamente nos municípios de Paranaguá, Morretes e Antonina. Mas a colonização proposta no Litoral não prosperou, devido a fatores como o clima e a dificuldade de acesso aos centros distribuidores. Os imigrantes, na sua maioria de nacionalidade italiana, transferiram-se, então, para as proximidades de Curitiba (Colombo, Santa Felicidade, Piraquara e Água Verde).

¹⁷ Pode-se dizer que as elites do Paraná queriam que os imigrantes afugassem os índios.

¹⁸ Percebe-se a discordância entre os historiadores com relação ao nome correto desta colônia, alguns dizem Teresa outros Terezinha.

A pedidos da elite paranaense o governo fundou a colônia de Assungui (formada por várias nacionalidades) ao norte de Curitiba. A colônia deveria ser exclusivamente agrícola baseada no regime da pequena propriedade. O problema dessa colônia foi justamente sua localização, pois os colonos não tinham acesso a um centro urbano para distribuir sua produção, fazendo com que os imigrantes procurassem outro lugar para morar.

A falta de estradas fazia com que houvesse freqüentes reclamações chegando ao extremo de abandonarem os núcleos e ainda significava descrédito da Europa com relação ao Brasil.

Percebendo o foco do problema, Lamenha Lins, ao assumir o governo do Paraná, adotou uma concreta política imigratória que consistia em: fundar núcleos perto dos grandes centros, construir estradas em que as carroças pudessem passar, e dizer a verdade a respeito da nova pátria, pois as propagandas do Brasil para atrair estrangeiros por vezes eram exageradas.

Com essas medidas Lamenha Lins criou várias colônias ao redor de Curitiba: Santa Cândida (1875), Orleans (1875), Santo Inácio (1876), Riviere (1876), D. Augusto (1876), D. Pedro (1876), Lamenha (1876) e Tomás Coelho (1876), sendo em sua maioria formada por colonos de origem polonesa.

No Paraná o colono trabalhou, portanto, não só na atividade agrícola, mas também na abertura de estradas e na construção de estradas de ferro, uma vez que necessitava escoar a sua produção, e era no momento a mão-de-obra nacional. E diferentemente de outras regiões do país, o imigrante tinha direito a ter a sua própria terra para cultivar.

No início da política de imigração paranaense cogitou-se a idéia de empregar imigrantes chineses no cultivo do chá, inclusive jornais na época chegaram a mencionar essa possibilidade, mas a verdade é que isso não chegou de fato a acontecer.

Inicialmente os, até então considerados Russos-Alemães¹⁹, se estabeleceram nas piores terras, as quais julgaram serem regiões constituídas por terras inférteis. Este fato gerou um atrito entre o governo paranaense e os alemães. Uma vez que esses colonos foram considerados “preguiçosos”, por não conseguirem desenvolver a atividade agrícola no estado. Muitos foram embora, e os que permaneceram na região começaram a dedicar-se ao transporte, principalmente da erva-mate.

¹⁹ Julgava-se que os Alemães que se estabeleceram, antes de aportarem no Brasil, na região do Volga na Rússia, tinham dupla nacionalidade. Eram, portanto, chamados de Russos-Alemães, que posteriormente, com a devida análise, convencionou-se chamá-los de alemães do Volga.

Esse foi um dos motivos que fez com que a imigração paranaense declinasse e só recomeçasse devido ao empenho do então presidente Alfredo d'Escagnolle Taunay, o qual estimulou principalmente o retorno do elemento polonês.

Com a vinda do elemento polonês e ucraniano²⁰ para o Paraná, formaram-se várias colônias:

COLÔNIAS	DATA
São Mateus	1890
Água Branca	1891
Santa Bárbara	1891
Palmira	1891
Rio Claro	1891
Eufrosina	1892
General Carneiro	1892
Canta Galo	1892
Antônio Olinto	1895
Prudentópolis	1896
Mallet	1896
Ivaí	1907
Entre Rios	1951 ²¹

Quadro 01 – Colônias Ucranianas e Polonesas no Paraná
Fonte: pesquisa particular.

A fase áurea da colonização paranaense foi entre 1868 a 1878 quando se instalaram mais de 60 núcleos coloniais, tanto oficiais como particulares.

Segundo Romário Martins entraram no Paraná do ano de 1829 ao ano de 1934:

²⁰ Não se sabe precisamente quais eram poloneses e quais eram ucranianos, devido aos constantes conflitos nessas duas regiões, ou mesmo por terem entrado no Brasil sem identificação certa.

²¹ Desta vez essa colônia prosperou.

Durante a Comarca (1829-1853)	460 estrangeiros
Durante a Província (1853-1889)	19.215 estrangeiros
Durante o Estado (1889-1934)	81.656 estrangeiros

Chegando ao total de 101.331 estrangeiros, que se analisarmos por grupos imigratórios, nesse período, configuram:

Poloneses	47.731
Ucranianos	19.272
Alemães	13.319
Italianos	8.798
Outras nacionalidades	12.211

A estatística de Manoel Ferreira Correia de 1900 diz que o Paraná possuía aproximadamente 331.509 habitantes, desse total mais de 100.000 estrangeiros, dos quais:

Polacos	65.000
Italianos	20.000
Alemães	10.000
Outras nacionalidades	5.000

E, ainda, segundo Léo Waibel, que considerava a etnia e não a nacionalidade²², em 1934 o quadro imigratório estava disposto da seguinte forma:

Estrangeiros	245.000
Alemães	100.000
Eslavos	92.000
Italianos	53.000 ²³

²² Nacionalidade está relacionada a fatores jurídicos e etnia relacionada com o aspecto sociológico.

²³ * Os dados não são tão precisos, fato que se justifica pela falta de análises no decorrer de toda a imigração brasileira.

Com esses dados Wilson Martins (1989) discute o pessimismo de Romário Martins com relação à entrada de imigrantes no Paraná e a imprecisão das estatísticas relativas a esse assunto.

Nos anos que cabe à Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918) o fluxo imigratório diminuiu significativamente no território paranaense. E após a Primeira Guerra Mundial, com a chamada imigração moderna, o elemento japonês foi o que predominou, principalmente no norte do Paraná.

Em 1936 o governador Manoel Ribas empregou sua política imigratória argumentando sobre uma política de fixação do trabalhador rural ao solo. Ou seja, mais que uma política imigrantista, mas uma política de colonização.

Desde o ano de 1829, quando ocorreu a primeira experiência de colonização no Paraná, pode-se verificar a entrada de um número diversificado de imigrantes. Alguns entraram no estado com maior intensidade sendo que outros, poucos representaram sua nacionalidade. Vieram, portanto, para o Paraná as seguintes etnias:

- Alemães: foram os pioneiros no Paraná, chegando no Paraná no ano de 1829. Segundo Chico Luluca (historiador) eram de uma “frieza inconcebível”, preferiram se instalarem nas cidades, obtendo mais rápido uma ascensão social e uma maior assimilação. Devido a essa “vocação” urbana as colônias rurais alemãs se diluíram.
- Poloneses: Vieram para o Paraná nos anos que precederam a Primeira Guerra Mundial sob argumento religioso em que afirmavam que Maria, compadecida do sofrimento desse povo lhes apontou a terra nova. Ou ainda diziam que o Papa havia lhes entregado a nova terra. Mas como a maioria dos povos europeus, emigrou devido à crise econômica que assolava este continente. Tinham tendência rural, fato que impôs uma difícil assimila  o, prova disso se faz nas estatísticas do Serviço Nacional de Recenseamento de 1953, onde comprovaram que mesmo os descendentes poloneses nascidos no Brasil falavam somente a língua polonesa.
- Italianos: foi a etnia mais aceita pelos brasileiros, pois se integraram profunda e rapidamente à vida nacional. Dedicaram-se à atividade agrária e industrial.
- Russos: eram confundidos com os alemães do Volga, portanto foram contados estatisticamente como russos e como alemães. Na época os jornais brasileiros diziam que eles eram de nacionalidade russa, mas falavam o alemão. Empregaram-se no

transporte com os carroções, principalmente da erva mate, uma vez que se instalaram em terras paranaenses inférteis.

- Japoneses: é o grupo mais recente, está no estado desde 1930. Vivem em grupos fechados e compactos persistindo principalmente nos traços lingüísticos.
- Holandeses: Carambeí foi a colônia que prosperou com essa etnia. Mesmo com o solo impróprio para a atividade agrícola eles optaram por uma vida bucólica. Criaram gado e desenvolveram a produção de leite.
- Franceses: formaram em 1847 a colônia Teresa, mas preferiram as cidades, geralmente trabalharam como artesão.
- Ingleses: foram encaminhados em 1860 para a colônia de Assungui, a qual posteriormente abandonaram.
- Portugueses: não formaram colônias agrícolas no Paraná, uma vez que preferiram a vida urbana.
- Americanos: viram poucos americanos para o estado.
- Suíços: vieram em pequeno número.
- Suecos: em 1871 formaram a colônia São Venâncio.
- Sírio-Libaneses: dedicaram prioritariamente ao comércio.

Estas etnias fundaram colônias por todo o território paranaense, como podemos verificar no quadro abaixo.²⁴

INÍCIO COLÔNIA	COLÔNIA	IMIGRANTES
1829	Rio Negro	alemães
1847	Colônia Tereza	franceses - fundador: Dr. João Maurício Faivre
1852	Colônia do Superagüi	suíços, alemães e franceses
1852	Guaraqueçaba	alemães, suíços, franceses

²⁴ Alguns dados do *site* estavam em desacordo com o autor Wachowicz, ou mesmo estavam faltando. Foram, portanto modificados pela autora.

		e outros
1856	Colônia Teófilo Otoni	alemães
1860	Colônia do Assungui	ingleses, franceses, italianos e alemães
1869	Colônia Angelina	alemães, suíços, franceses e argelinos
1870	Colônia Pilarzinho	alemães, poloneses e italianos
1871	Colônia São Venâncio	alemães, poloneses e suecos
1873	Colônia Abranches	alemães e poloneses
1875	Colônias: Colônia Santa Cândida	poloneses, suíços e franceses
1875	Colônia Orleães	poloneses, italianos, suíços, franceses e outros
1875	Colônia Alexandra	italianos
1875	Colônia Pereira	italianos e espanhóis
1876	Colônia Santo Inácio	poloneses, silesianos e galícios
1876	Colônia Lamenha	alemães e poloneses
1876	Colônia D. Augusto	poloneses
1876	Colônia Rivière	alemães, franceses e poloneses
1876	Colônia Tomás Coelho	poloneses
1876	Colônia D. Pedro	poloneses

1876	Colônia Lamenha	poloneses
1877	Colônia Nova Itália	italianos
1877	Colônias: Sesmaria, Cari, Marques, Rio Sagrado	italianos
1877	Colônias: Ipiranga, Zulmira e Turvo	italianos
1878	Colônia Santa Felicidade	italianos
1878	Colônia Sta. Maria do Novo Tirol	italianos
1878	Colônia Muricy	poloneses e italianos
1878	Colônia Antonio Rebouças	italianos e poloneses
1878	Colônia Octávio/ Ponta Grossa	alemães do Volga
1878	Colônia Octávio/ núcleos: Tibagy, Guaraúna, Uvaranas, Floresta, Eurídice	alemães do Volga
1878	Colônia Virmond	alemães do Volga
1890	Colônia Contenda	poloneses
1890	São Mateus	poloneses e ucranianos
1891	Colônia Sta. Bárbara	alemães, poloneses, ucranianos e italianos
1891	Colônias: Augusta Victoria e Lucena	alemães e poloneses
1891	Colônia Água Branca	ucranianos e poloneses
1891	Colônia Palmira	ucranianos e poloneses
1891	Colônia Rio Claro	ucranianos e poloneses

1892	Colônia Apucarana	poloneses e ucranianos
1892	Colônia Eufrosina	ucranianos e poloneses
1892	Colônia Santa Galo	ucranianos e poloneses
1892	Colônia General Carneiro	ucranianos e poloneses
1895	Campo da Galícia	ucranianos
1895	Colônia Antônio Olinto	ucranianos e poloneses
1896	Colônia Prudentópolis	poloneses, alemães, ucranianos e outros
1886	Colônia Mallet	ucranianos
1907	Colônia de Ivaí	ucranianos e poloneses
1908	Colônia Irati	alemães, poloneses, holandeses e ucranianos
1910	Colônia Cruz Machado	poloneses, alemães e ucranianos
1911	Colônia Carambeí	holandeses
década de 1920/30	Colônias e fazendas cafeeiras, no norte velho do Paraná	espanhóis
1924	redondezas do bairro Uberaba, Campo Comprido, Araucária	japoneses
1927	Colônia Dantzig	poloneses e alemães
1927/1932	Gleba Três Barras	japoneses
1933	Gleba Roland	alemães
1937	Colônia Esperança	eslavos e japoneses
1940	Colônia Cafezal	japoneses

Quadro 02 – Colônias no Paraná - Fonte: [\imigracao_parana_arquivos\](#)

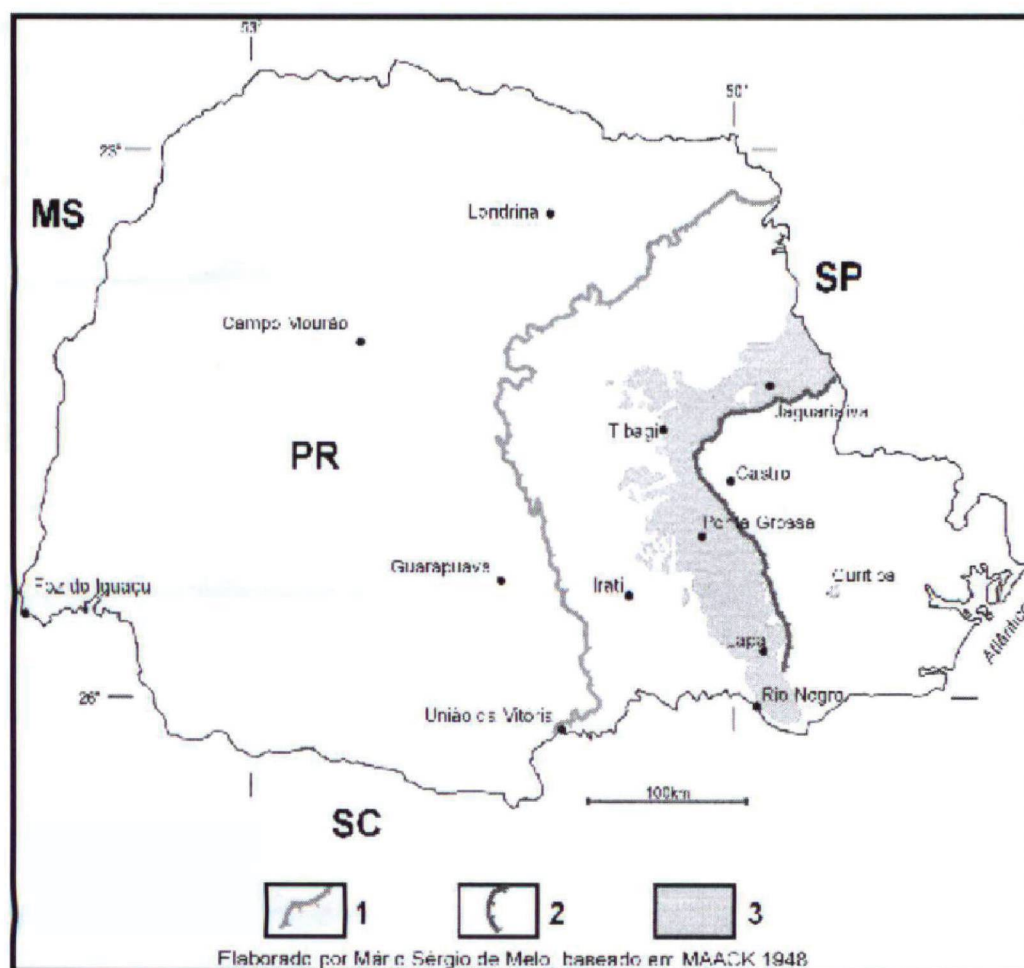
Ao Paraná vieram, pessoas de várias nacionalidades, principalmente européia, trazendo ao estado padrões culturais diferentes e adaptando traços do cotidiano paranaense para si.

A presença em território paranaense de grupos étnicos tão numerosos e das mais diversas procedências, deu ao Estado uma característica toda especial. Provavelmente, o Paraná é o maior 'laboratório' étnico do Brasil. Esses imigrantes representados pelas novas gerações, praticamente integram-se à sociedade brasileira, uns mais, outros menos, todos porém dando sua colaboração para a transformação da cultura original luso-brasileira." (WACHOWICZ, 1988, p. 151)

Pode-se afirmar, portanto que os imigrantes contribuíram com algumas transformações da sociedade tradicional paranaense: o surgimento de uma classe média rural e urbana, desenvolveram o transporte com os carroções em substituição dos lentos carros de boi, desenvolveram a agricultura devido às técnicas inovadoras, difundiram o artesanato, iniciaram inúmeras indústrias, forneceram mão-de-obra para construção de estradas e ainda criaram uma arquitetura predominantemente européia.

2.3 Imigração em Ponta Grossa

Antes de começar a discussão entorno do processo de imigração no município de Ponta Grossa, faz-se pertinente levantar dados com relação a sua localização geográfica.



Mapa 01 – Localização de Ponta Grossa - Fonte: www.uepg.br, acesso em 10 de Junho de 2007.

O município localiza-se no 2º Planalto ou Campos Gerais, possuindo 975 m de altitude, numa área de 2.112,6 km². O clima é ameno no verão e frio no inverno, com incidência de geadas, sendo a temperatura média no verão de 20,9° C e no inverno, 14,1° C. Está localizada a aproximadamente 120 km de Curitiba e há menos de 200 km do Litoral. A estimativa de sua população é de 295.383²⁵ habitantes.

O processo imigratório se fez sentir por todo o território brasileiro, porém foi no sul que ele tomou ênfase devido às condições climáticas favoráveis. Diferentemente das outras regiões que eram constantemente focos de epidemias fazendo o imigrante viver de forma insalubre, a região sul possuía um clima mais ameno e proporcionava ao colono a possibilidade de obter seu próprio terreno.

A partir de 25 de fevereiro de 1711 o Paraná desmembrou-se da Capitania do Rio de Janeiro, ficando sob jurisdição de São Paulo, como 5ª Comarca.

Desde a entrada jesuítica no estado já existia um oratório em honra a Santa Bárbara. Em 1729 uma Capela de pau a pique e reboco substituiu o oratório. A vida religiosa da região

²⁵ Fonte IBGE.

passou a convergir para este local. Funcionou também como Cartório Distrital. Portanto, a história de Ponta Grossa tem seu marco inicial nesse lugar.

Em 1855 a Freguesia de Ponta Grossa que pertencia a Castro foi elevada á categoria de Vila de Ponta Grossa. Em 1862 vira uma cidade e em 1876 Ponta Grossa foi declarada sede de comarca. O Bairro de Ponta Grossa foi elevado a Freguesia e Paróquia em 15/09/1823.

A cidade que se originou a partir do Caminho das Tropas, teve a base de sua ocupação na pecuária o que configurou a formação de uma sociedade campeira. Destaca-se que, a partir do incremento da atividade ervateira a localidade alcançou foro de cidade e conheceu um grande avanço no seu processo de urbanização. No final do século XIX e início do século XX, Ponta Grossa recebeu os trilhos da Estrada de Ferro, o que a tornou um grande empório comercial e referência como cidade, foi a época da iluminação pública, da instalação da telefonia, das indústrias, entre outros. Sendo a mais importante cidade do interior paranaense do período, além da ferrovia recebe também ligações por estradas de rodagem transformando-a em um entroncamento ferroviário e rodoviário.

Porém, assim como em todo o Brasil, Ponta Grossa precisava de mão-de-obra para a lavoura, além de mão de obra para a Estrada de Ferro, bem como para a abertura de estradas, que ligassem a cidade com o interior do Paraná. Nesse contexto, a figura do imigrante passa a ser muito importante, e eles chegam, trazendo muitas contribuições e transformando Ponta Grossa em centro polarizador.

Quando os imigrantes chegaram em Ponta Grossa o cotidiano dos moradores se configurava nas fazendas de criar e na atividade tropeira²⁶.

Enquanto os fazendeiros pregavam uma certa monotonia, com uma rotina quase imutável, a atividade tropeira dinamizava a cidade, a ponto a fazer por consequência surgir pousos de tropeiros, e com isso a fixação de moradores destinados ao comércio.

As atividades econômicas desenvolvidas até 1870 eram a criação de gado, o tropeirismo, o comércio e uma fraca lavoura de subsistência, que auxiliaram na formação de uma sociedade conservadora que tinha por base de sustentação a Igreja Católica e a família.

Os imigrantes vieram colonizar Ponta Grossa, preenchendo áreas desabitadas e encobertas pelas florestas e criando uma agricultura de subsistência, pois principalmente os imigrantes europeus eram conhecedores de técnicas agrícolas.

²⁶ Tropeirismo era a atividade econômica baseada na venda de animais. Os tropeiros viajavam do Rio Grande do Sul até Sorocaba em São Paulo no lombo de animais (burros ou cavalos) para comercializarem seu gado.

O primeiro grupo étnico que se estabeleceu no município foi o grupo dos alemães reimigrados da Colônia Rio Negro e de Santa Catarina, aproximadamente no ano de 1878. Logo depois vieram se estabelecer em Ponta Grossa os Alemães do Volga.

Com exceção dos alemães do Volga, as outras levas de alemães vieram antes da unificação da Alemanha, portanto eram oriundos de diversas regiões que pertenciam à República Federal Alemã, à Polônia, à República Tcheca e à Eslováquia.

Esses imigrantes tiveram muitas dificuldades em adaptação com relação ao solo que afirmavam ser infértil, pois estavam acostumados com a cultura do trigo. Foi comprovado que o local em que eles se instalaram não possuía terras propícias para a atividade agrícola, pelo menos não a cultura do trigo.

Mas o fato é que os alemães não souberam adaptar seus métodos agrícolas às condições locais ambientais, possuíam uma tendência urbana e o problema era maior, pois os políticos pontagrossenses chamavam os alemães de preguiçosos, gerando descaso por parte do governo.

Alguns anos depois de já estabelecidos foram perdendo suas terras para fazendeiros. Devido a um incêndio no cartório de Guaragi os colonos não puderam provar que eram donos dos terrenos. Muitos partiram para os Estados Unidos da América e para a Argentina ou mesmo voltaram para o seu país de origem, mas os que persistiram aos poucos formaram uma elite, alicerçada no nível cultural e de riqueza, solidificando sua posição na sociedade.

Uma vez que a atividade agrícola não prosperou nas mãos desses colonos, eles se empregaram na abertura de estradas, como oleiros, como alfaiates, como sapateiros, como carpinteiros, açougueiros, mas principalmente exerceram a atividade ligada ao transporte de cargas, mais particularmente o transporte da erva mate, por meio de seus carroções²⁷, que mais tarde seriam usados também pelos escravos.

Segundo afirma Lange (1998, p. 128) “Os carroceiros eram conhecidos por sua honestidade, merecendo toda a confiança do comércio, servindo também de estafeta de correio.”. Além disso, eram pontuais.

E Segundo Gonçalves (1983, p. 177) “A comercialização de seus produtos e aquisição de outros, dos quais necessitavam para sua subsistência, resultou como fator de integração do imigrante no meio social.”

O nome do Bairro de Nova Rússia é consequência do considerável número de “russos” que entraram no município desde o ano de 1878.

²⁷ Os carroções possuíam quatro rodas, grandes dimensões, estrutura forte, encoberto por toldos e era puxado por até dez burros ou cavalos.

Os imigrantes instalados em terras melhores cultivaram milho, feijão, batata, etc., para seu sustento próprio e ainda com alguns excedentes.

Os italianos quando chegaram ao Paraná se estabeleceram no litoral, mas devido a fatores climáticos e a falta de estradas para escoar sua produção aos centros de distribuição logo vieram se instalar em Curitiba e nos Campos Gerais. Em Ponta Grossa grande parte dos italianos se destinou ao “Potreiro de Uvaranas” depois Colônia de Uvaranas, hoje atual bairro de Uvaranas.

Os eslavos²⁸ imigraram para o Brasil em número mais significativo a partir do término da Segunda Guerra Mundial, mas desde o início da imigração européia faz-se possível encontrar esse grupo étnico. Devido a documentos errôneos como, por exemplo, o passaporte, e ainda por conta dos constantes conflitos na Polônia, na Ucrânia e na Áustria tornasse complexo distinguir com certeza a identidade cultural desses grupos, sendo, portanto, neste trabalho considerados eslavos. Uma característica peculiar desse grupo é que são católicos por excelência.

Os sírios-libaneses vieram para Ponta Grossa no final do século XIX sob imigração espontânea. Com vocação urbana essa etnia desenvolveu significativamente o comércio da cidade, junto com os judeus, que vieram para o cenário princesino no ano de 1950.

Os holandeses que escolheram o município para viver em 1907/08 posteriormente foram transferidos para Irati.

No início da política de colonização pontagrossense tentou-se agrupar imigrantes de várias etnias, promovendo colônias mistas. Mas não se obteve muito sucesso, pois a cultura alemã e a holandesa eram consideravelmente distintas da cultura dos poloneses e ucranianos.

Os grupos étnicos que vieram com a intenção de buscar uma vida melhor, colonizaram a até então, pouco povoada cidade de Ponta Grossa, transformaram a paisagem e trouxeram vários padrões culturais diferentes. Um deles foi o caráter associativo, um instrumento de manutenção das respectivas culturas, fazendo com que o município obtivesse uma considerável quantia de clubes e associações, tais como: Germânia - Clube Guairá, Germânia - Clube princesa dos Campos (atual Verde), Verein Germânia (atual Guairá), Jungdeutsche Orden (Ordem de alemães Novos), Sociedade de Gymnastica Teuto-Brasileira, Deutsche Ausschuss, Dante Alighieri, Sociedade Odrodzenie ou Renascença, Clube Sírío Libanês, Zoriá, entre outras tantas.

²⁸ Ucranianos e poloneses.



Alguns núcleos étnicos fundados: Uvaranas, Neves, Botuquara, Itaiacoca, Uvaia, Taquari dos Russos, Taquari dos Polacos, Guaragi, Guaraúna, D. Luiza, Ronda, Olaria, Moema, Rio Verde, Adelaide, Floresta, Eurídice, entre outros.

Apesar de fazerem parte da história de Ponta Grossa etnias como: japoneses, franceses, gregos, ingleses, suíços, escandinavos, austríacos, etc, optou-se por analisar o grupo étnico italiano, alemão e eslavo, devido à significativa mudança que proporcionaram na paisagem²⁹ arquitetônica na cidade de Ponta Grossa.

Foto 01 - Vista parcial de Ponta Grossa no Séc. XIX.

Fonte: Livro *Germânia – Guairá: um século de sociedade na memória de Ponta Grossa*.

2.3.1 Turismo em Ponta Grossa

Quando pensamos no desenvolvimento da atividade turística em Ponta Grossa lembramos do Parque de Vila Velha, Buraco do Padre, Cachoeira do rio São Jorge, Cachoeira da Mariquinha, Capão da Onça, entre outros espaços naturais

Nos livros *Ponta Grossa Um Século de Vida (1823-1923)* e *Os Campos Gerais e sua Princesa*, os respectivos autores Gonçalves e Lange apontam que até por volta do ano 2000 a comunidade pontagrossense utilizava estes espaços, incluindo o Jockey Club Pontagrossense³⁰, como áreas de lazer, onde as famílias se encontravam em seus piqueniques.

²⁹ Paisagem segundo o livro *Turismo Visão e Ação* é o sistema geográfico formado pela influência dos processos naturais e das atividades antrópicas e configurado na escala da percepção humana. E ainda paisagem edificada é o conjunto formado pelos símbolos ou expressões culturais, pelas características físicas construídas do espaço humanizado (urbano ou rural) e seu entorno natural.

o conjunto formado pelos símbolos ou expressões culturais, pelas características físicas construídas do espaço humanizado (urbano ou rural) e seu entorno natural.

³⁰ O Jockey Clube de Ponta Grossa foi construído em 1927, a fachada do Pavilhão foi tombada pelo poder municipal em 09/12/2003 com grau de proteção 1, devendo ser respeitada as características do volume externo da construção. Este espaço possui caráter de patrimônio cultural municipal.

O Jockey atraía, inclusive pessoas das regiões circunvizinhas, em função de suas corridas, gerando assim, mesmo que timidamente, um fluxo turístico.

Destes espaços apenas o Parque de Vila Velha se configura como produto turístico devido sua estrutura, porém dificilmente as pessoas que visitam o Parque pernoitam no município de Ponta Grossa, voltando ou indo, portanto para a cidade de Curitiba. E apesar de Ponta Grossa possuir duas Faculdades (Universidade Estadual de Ponta Grossa e Faculdades Santa Amélia-Secal) que formam bacharéis em turismo, esta atividade ainda é pouco desenvolvida, não possuindo força significativa para se firmar como atividade socioeconômica.

Até mesmo para elaborar projetos e pesquisas referentes à atividade turística é difícil obter dados com relação ao fluxo turístico e ao desenvolvimento desta atividade no município. O Centro de Informações Turísticas (C.I.T.), vinculado a Prefeitura Municipal reuniu esforços para realizar, no ano de 2006, uma pesquisa de demanda na cidade, obtendo os seguintes dados:

Mês de Referência	Número de Visitantes
Janeiro	405
Fevereiro	331
Março	174
Abril	232
Maio	165
Junho	193
Julho	243
Agosto	223
Setembro	190
Outubro	214
Novembro	128
Dezembro	142
TOTAL	2640

Quadro 03 – Número de visitantes por mês

Fonte: Adaptação dos dados do CIT.

Origem dos Visitantes	1º Semestre	2º Semestre	TOTAL
PR	1208	881	2089
RS	87	22	109
SC	56	11	67
SP	92	88	180
Outros	12	100	112
Estrangeiros	45	38	83

Quadro 04 – Origem dos Visitantes

Fonte: Adaptação dos dados do CIT.

Motivo da Viagem	1º Semestre	2º Semestre	TOTAL
Passeio/Turismo	553	288	841
Estudo/Trabalho	239	142	381
Outros	0	32	32
Moradores	708	678	1386

Quadro 05 – Motivo da Viagem

Fonte: Adaptação dos dados do CIT.

Conforme levantamento da demanda no C.I.T, realizado em 2006, por meio do controle de frequência constatou-se que 2640 pessoas visitaram o local, sendo que 52,5% desse total são moradores da cidade; o turismo como motivo de viagem correspondeu a 31,8%, seguido de atividades como estudo e trabalho com 14,4%. Com relação à origem dos visitantes 85,8% vieram da região sul do país, desta porcentagem 92,2% são do estado do Paraná e o CIT calculou que do total de visitantes no ano de 2006, apenas 3,1% eram estrangeiros. E, ainda, pôde-se estabelecer com o resultado desta pesquisa que os meses de Janeiro e Fevereiro correspondem aos meses com maior número de visitantes.

Logicamente esta pesquisa não consegue alcançar o município de Ponta Grossa como um todo, visto que só é efetuada com pessoas que, de uma forma ou de outra, se utilizaram dos serviços prestados no CIT, que se localiza no centro do município (Praça Barão do Rio Branco), deixando de atender boa parte do fluxo turístico.

O presente trabalho utilizou-se, ainda, de dados obtidos pelo *Convention & Visitors Bureau*, por meio de fichas distribuídas nos meios de hospedagem da cidade com o intuito de analisar a percepção dos visitantes de Ponta Grossa, também no ano de 2006. Com isso obtiveram-se os seguintes dados representados pelos gráficos abaixo:

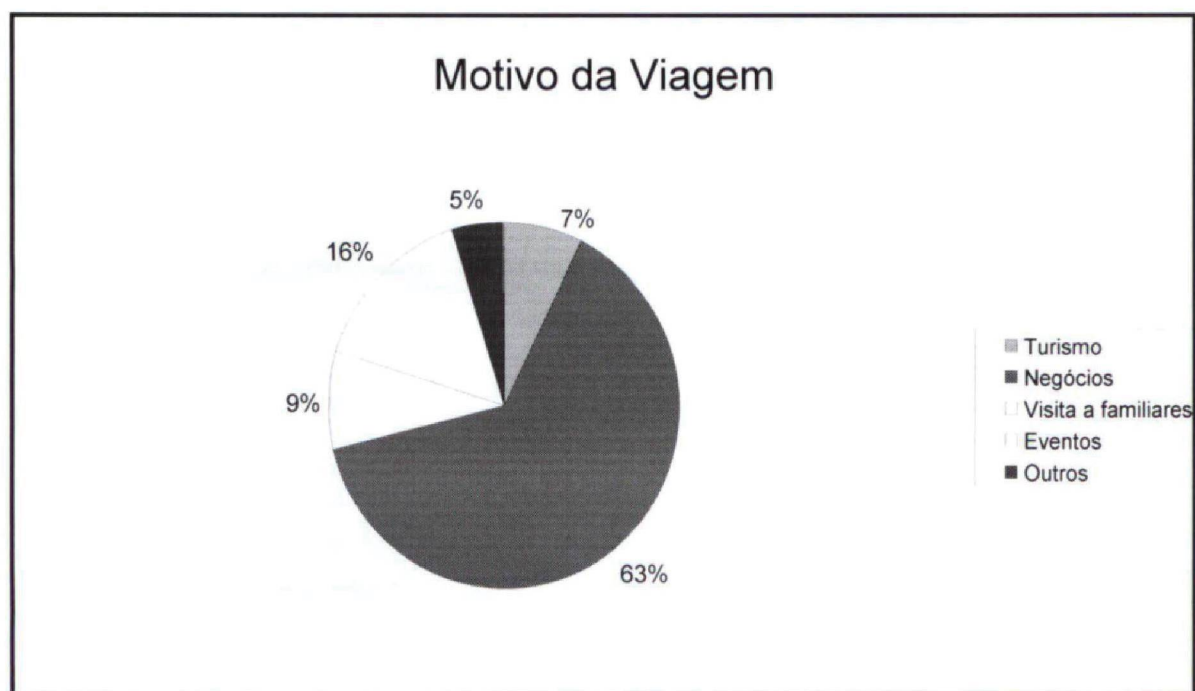


Gráfico 02 – Motivo da viagem

Fonte: *Convention e Visitors Bureau*.

Este gráfico indica que 63% dos hóspedes dos hotéis de Ponta Grossa vem ao município em função de negócios, 16% vem participar de eventos e apenas 7% em função da atividade turística.

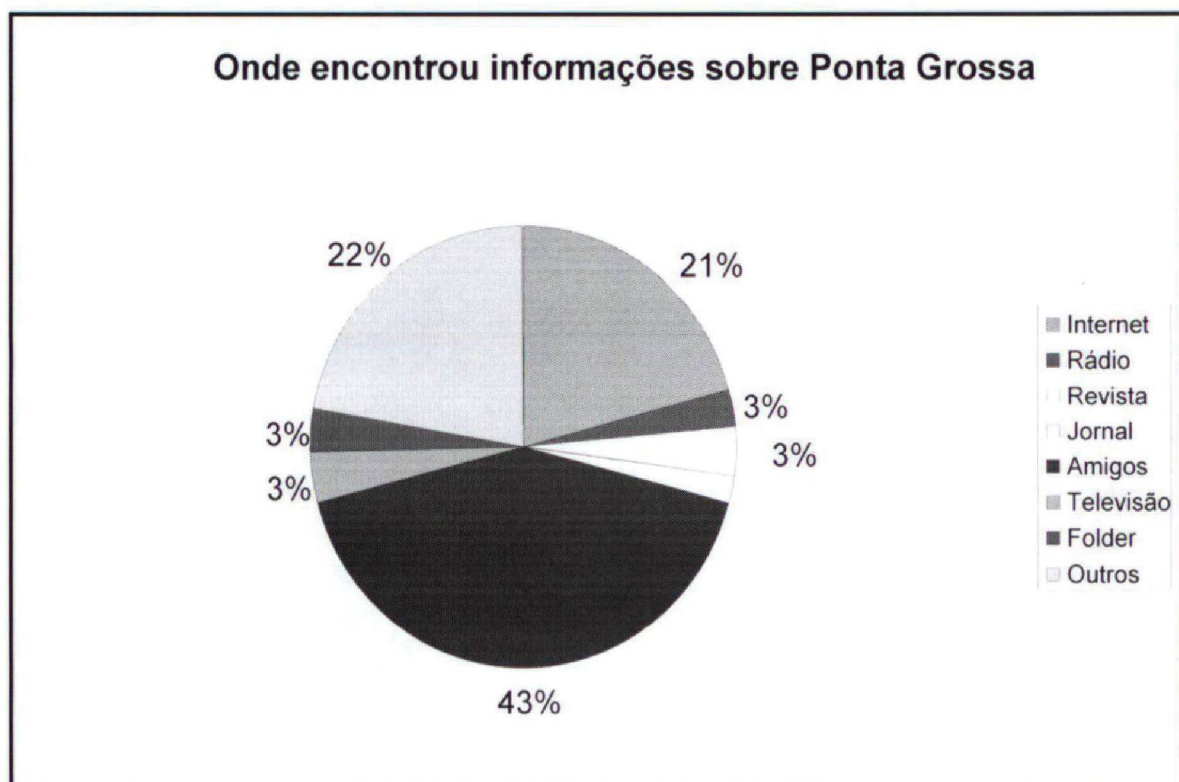


Gráfico 03 – Obtenção de informações sobre Ponta Grossa.

Fonte: *Convention e Visitors Bureau*.

O gráfico 03 indica que 43% das pessoas que visitam o município obteve informações a respeito de Ponta Grossa com amigos e 21% pela *internet*.

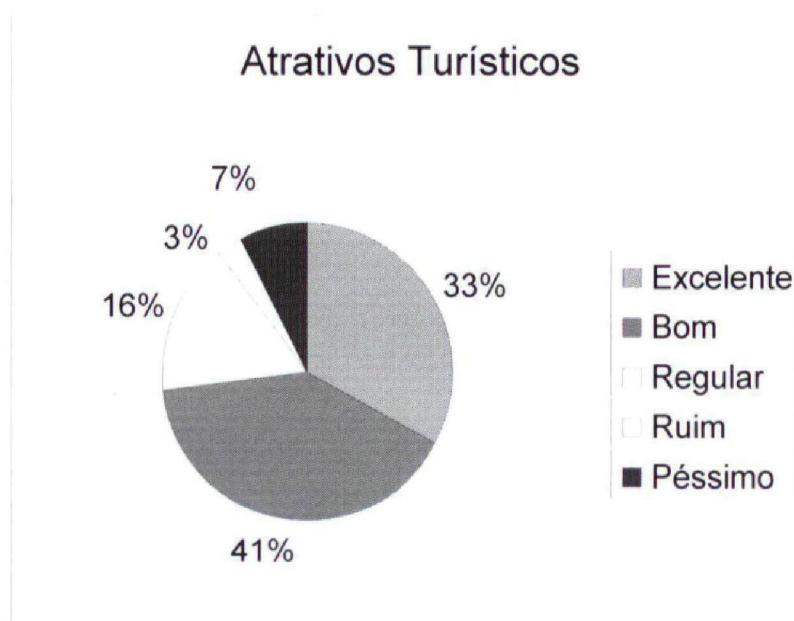


Gráfico 04 – Atrativos turísticos

Fonte: *Convention e Visitors Bureau*.

Com relação aos atrativos turísticos que compõe a cidade 41% dos turistas acharam bons, 33% excelentes e apenas 3% acharam ruins.

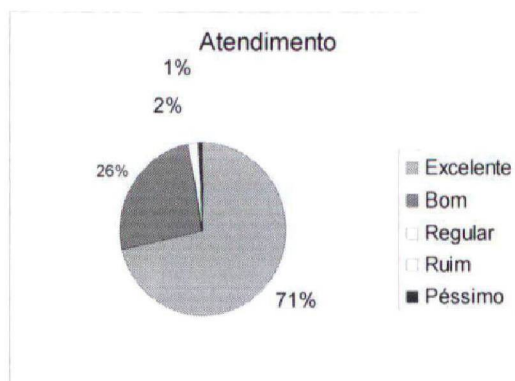


Gráfico 05 Atendimento-
Fonte: *Convention e Visitors Bureau*.

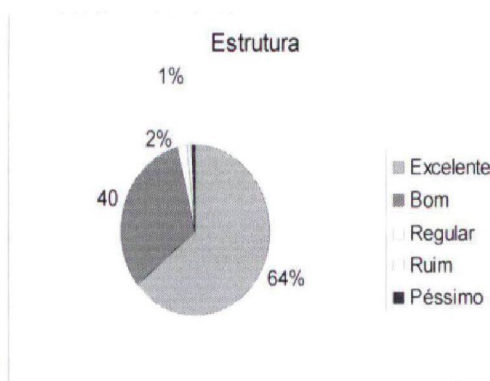


Gráfico 06 - Estrutura
Fonte: *Convention e Visitors Bureau*.

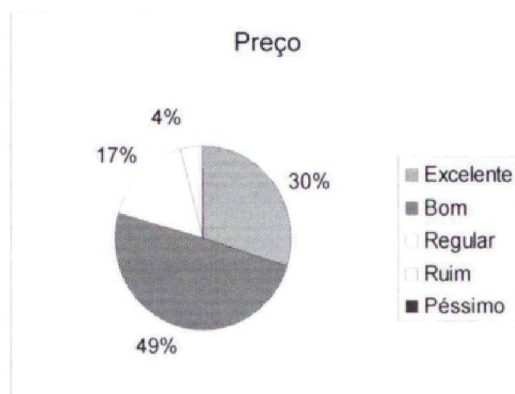


Gráfico 07 - Preço
Fonte: *Convention e Visitors Bureau*.

Quanto aos serviços prestados pelos hotéis cujos quais se aplicou este método de avaliação 71% dos hóspedes alegaram que são excelentes com relação ao atendimento, 64% acharam excelente a estrutura dos hotéis e 49% admitiram que os preços estão bons.

E quanto interrogados se a viagem ao município de Ponta Grossa atendeu às expectativas 87% disseram que atendeu e 11% disseram que a viagem superou as expectativas; como mostra o quadro abaixo:

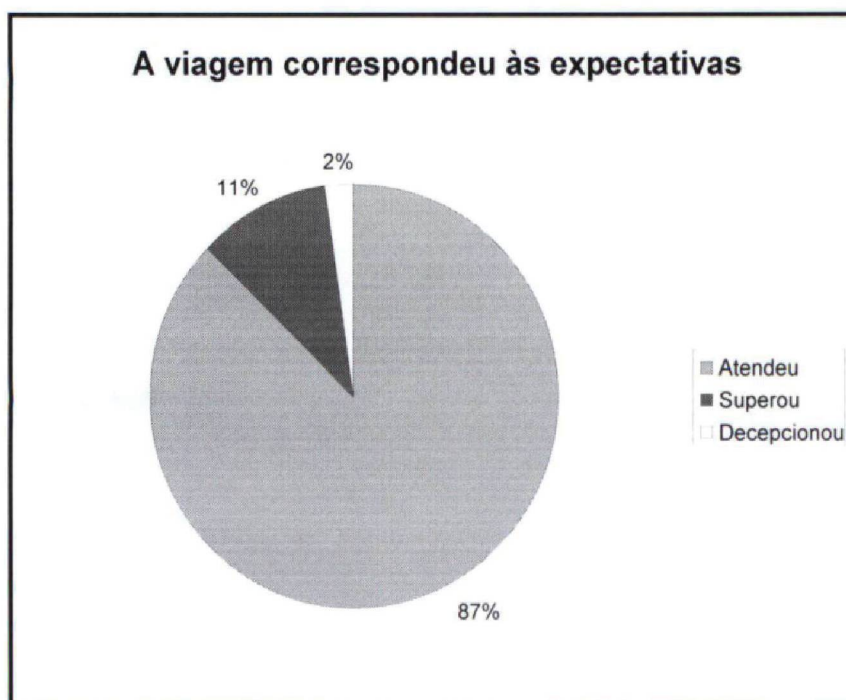


Gráfico 08 - Expectativas

Fonte: *Convention e Visitors Bureau*.

Estes dados mostram, principalmente que 63% das pessoas vieram até a cidade em função do turismo de negócios, portanto essa pesquisa abrange na maioria das vezes a percepção dos chamados “homens de negócios”, tendo portanto motivações e percepções distintas dos outros tipos de turistas.

Diante deste quadro de falta de informações e pesquisas sólidas, o Departamento de Turismo da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo da Prefeitura de Ponta Grossa estabeleceu em seu Plano Diretor de Turismo uma linha de ação que visa: “desenvolver um turismo sustentável em Ponta Grossa, de forma a reforçar a *imagem identitária* do município e sua *integração* nos Campos Gerais.”

Com a análise do Plano Diretor de Turismo de Ponta Grossa foi possível obter dados do cenário atual do município com relação ao efetivo desenvolvimento da atividade turística com relação à carência de equipamentos e serviços turísticos para atendimento satisfatório dos turistas; dificuldade de acesso aos atrativos turísticos do município, uma vez que os naturais além de não terem infra-estrutura adequada, são geralmente de origem particular e não possuem uma integração entre si; Ponta Grossa e os municípios da sua região de influência trabalham isoladamente as suas propostas de atividades turísticas, possuindo um trabalho ainda incipiente de divulgação de suas ofertas e potencialidades turísticas.

Para tanto o Departamento de Turismo propôs no Plano Diretor de Turismo da cidade alguns Programas como:

- Programa de conscientização turística que visa “promover a conscientização da população quanto à importância da atividade turística como instrumento de geração de emprego e renda, de melhoria da qualidade de vida local, de conhecimento do potencial do município e de preservação de seu patrimônio natural e cultural.”

- Programa de desenvolvimento integrado do turismo que tem a intenção de “integrar o desenvolvimento do turismo na esfera municipal, evitando-se que os setores da economia e da sociedade atuem de forma isolada e desarticulada na implementação de seus projetos e atividades turísticas.”

- Programa de geração de emprego e renda que visa “direcionar a atividade turística de modo que esta impulse um ritmo crescente de geração de emprego e renda no município.”

- Programa de qualificação de recursos humanos que objetiva “fomentar e implementar ações voltadas para a formação, capacitação e atualização de profissionais envolvidos no desempenho das diversas atividades relativas ao turismo, em todos os níveis e especialidades.”

- Programa de resgate e preservação histórico-cultural visando “resgatar e preservar o patrimônio histórico-cultural - material e imaterial - do município e da região, num esforço de torná-lo um atrativo de destaque para a população visitante e, também, de fortalecer a identidade local.”

- Programa de conservação e preservação da natureza que estimula “a valorização das características naturais do município, salientando suas potencialidades turísticas e apontando a necessidade de um uso sustentável, que busque a conservação e a preservação destas. Busca também, formar uma consciência ambientalista, tanto da população local como do turista/visitante, incentivando o ecoturismo em detrimento de um turismo predatório.”

- Programa de caminhos turísticos temáticos que objetiva “ordenar e integrar os atrativos naturais e culturais do município através da criação de pólos e caminhos temáticos. Este ordenamento e integração permitem ainda estabelecer uma segmentação do mercado turístico, além de reforçar a imagem turística “Ponta Grossa: Encontro de Caminhos”.”

- Programa de apoio a equipamentos e serviços turísticos objetivando “elevar quantitativamente e melhorar qualitativamente os equipamentos e serviços turísticos do município adequando-os às vocações de suas regiões.”

- Programa de infra-estrutura de acesso visando “a melhoria das condições de acesso aos atrativos turísticos do município e região, fator determinante para o sucesso do sistema turístico.”

- Programa de integração regional do turismo que tem a intenção “estimular a integração das atividades turísticas locais às da região dos Campos Gerais, visando a sinergia do turismo.”

- Programa de marketing turístico que tem como foco “contribuir à promoção turística do município e da região, através de ações de divulgação do potencial turístico destes.”

Ao discorrer a respeito do contexto migratório pode-se confirmar que grupos significativos de imigrantes vieram auxiliar na construção de uma cultura singular em Ponta Grossa e, ainda se fazem presentes, e, mesmo com a ênfase dada no aspecto natural o município tem, também, potencial para “promover” o turismo cultural, devido ao contexto histórico da formação da cidade. Justificando, assim, o estudo do referencial cultural étnico que possui o município, para agregar valor ao turismo.

A cidade de Ponta Grossa tem em seu contexto histórico a figura do imigrante, que vindo na maioria das vezes do Continente Europeu, ajudou no processo de desenvolvimento sócio-econômico e político-cultural do município. Esses grupos étnicos deixaram na paisagem do município uma significativa diversidade cultural. Diversidade esta percebida nos traços de seus materiais construtivos, nos costumes, nos hábitos, nas danças, em suas vestimentas, na língua e na gastronomia.

III CAPÍTULO: O MUSEU ÉTNICO E SUA RELEVÂNCIA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL E INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO CULTURAL/ÉTNICO

3.1 Museus

Para tanto o presente trabalho objetiva reunir esta cultura que se encontra espalhada por todo o município, e “apresentar” por meio de um museu, e inicia este capítulo com uma rápida exposição histórica e conceitual.

O termo museu vem da palavra grega *mouseion* ou casa das musas, que era na antiguidade clássica o local destinado ao saber da filosofia. As musas, na mitologia grega, eram as filhas de Zeus, portanto, nesse sentido, os *mouseions* tinham mais intenção de adoração às divindades do que propriamente admiração por parte dos visitantes. Os museus estão relacionados com o ato de colecionar do homem, que em busca de completar toda uma série, constroem um acervo que pode ser resguardado num espaço museológico.

Estes acervos eram geralmente privativos e, portanto, refletiam o poder econômico e político, os quais eram denominados galerias de arte. E ainda, existiam os gabinetes de curiosidade destinados ao estudo, meditação e contemplação, pois eram compostos de animais, camafeus, armas, objetos exóticos, etc. Enquanto os primeiros deram origem aos museus de belas-artes, os gabinetes de curiosidade originaram os museus de história natural.

Na sua concepção histórica o museu tinha por objetivo guardar objetos valiosos da classe dominante, obtidos por meio de suas viagens de conquista. Fato que explica os museus em Roma estarem intimamente relacionados com força e poder, uma vez que em suas conquistas territoriais guardavam objetos dos povos conquistados. Também a Igreja na Idade Média, nessa concepção de força e poder, era quem detinha esse poder econômico e político de colecionar e guardar, formando verdadeiros tesouros.

Em 1956 a definição de museu segundo o *site* do Iphan era: “Museu é um estabelecimento de caráter permanente, administrado para interesse geral, com a finalidade de conservar, estudar, valorizar de diversas maneiras o conjunto de elementos de valor cultural: coleções de objetos artísticos, históricos, científicos e técnicos, jardins botânicos, zoológicos e aquários.”

Já em 1972 o ICOM³¹, na Assembléia Geral de Copenhague definiu o espaço museológico como: “Instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade.”

E em 2005 o Iphan em conjunto com o Ministério da Cultura, visando desenvolver uma política museológica, estabeleceu que:

O museu é uma instituição com personalidade jurídica própria ou vinculada a outra instituição com personalidade jurídica, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e que apresenta as seguintes características:

³¹ *International Council of Museums*, 1946, instituição civil, ou seja não-governamental, ligada à Unesco que visa discutir os rumos da museologia, promovendo e desenvolvendo os museus internacionalmente.

- I - o trabalho permanente com o patrimônio cultural, em suas diversas manifestações;
- II - a presença de acervos e exposições colocados a serviço da sociedade com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade, a produção de conhecimentos e oportunidades de lazer;
- III - a utilização do patrimônio cultural como recurso educacional, turístico e de inclusão social;
- IV - a vocação para a comunicação, a exposição, a documentação, a investigação, a interpretação e a preservação de bens culturais em suas diversas manifestações;
- V - a democratização do acesso, uso e produção de bens culturais para a promoção da dignidade da pessoa humana;
- VI - a constituição de espaços democráticos e diversificados de relação e mediação cultural, sejam eles físicos ou virtuais.

Logicamente que o conceito de museu foi sendo alterado de acordo com as funções atribuídas a ele ao longo de sua história.

Por volta do século II antes de Cristo, tem-se notícia de um *mouseion* em Alexandria, no Egito, que objetivava reunir o conhecimento humano em diversas áreas do saber (filosofia, medicina, história, astronomia, etc).

No século XVII poucas eram as pessoas que podiam apreciar o interior do espaço museológico, apenas convidados e cientistas. Em 1700, mediante pagamento o público poderia entrar na Galeria Imperial de Viena, no Palácio Quirinal de Roma e no Escorial da Espanha.

O Asmolean Museum, de Oxford, na Inglaterra, cuja inauguração data de 1683, foi considerado o primeiro espaço museológico público, porém permitia somente a entrada de especialistas, estudiosos e estudantes universitários. E, ainda, os museus que dependiam da Igreja só entravam convidados especiais, artistas e a elite governante.

Em 1750, no Palácio de Luxenburgo, em Paris, parte do acervo real francês foi aberto ao público, porém apenas dois dias por semana. Em 1755, na Rússia, o Palácio Hermitage foi aberto à visitação desde que as pessoas fossem devidamente vestidas.

O museu do Louvre, na França, que surgiu em 1793 como resultado da estatização de coleções da realeza e do clero após a Revolução Francesa, foi considerado o “museu do povo”, onde qualquer pessoa poderia visitar sem pagar.

Após a Revolução Francesa incorporou-se no universo museológico a idéia de patrimônio, que juntamente com a filosofia iluminista, cuja qual a intenção era de levar conhecimento (luz) aos “ignorantes”³², estabeleceu ao espaço museal um objetivo mais

³² Esta ignorância era fruto do poder autoritário da nobreza e do absolutismo, no qual pregava que quanto menos a população pensasse e soubesse mais fácil seria dominá-los.

voltado à educação, mesmo que com uma grande intenção política voltada para a classe dominante da época, a burguesia. Fato este que explica o Museu dos Monumentos exaltar o neoclassicismo advindo de uma França revolucionária, em detrimento do patrimônio medieval.

Diferentemente da situação da Inglaterra onde os museus não tinham apoio, situação esta que somente foi revertida com a Grande Exposição de 1851, de produtos industriais. E em 1970, na Europa Ocidental, os museus de indústria além dos produtos/objetos, inseriram o contexto da história social do período de industrialização local.

Em 1950 se cogitava a idéia da utilização dos museus para a sociedade, porém essas idéias e conseqüentes modificações só obtiveram respaldo em 1970, em virtude da crise que os museus enfrentavam. Essa crise museológica se projetou em função da revisão de conceitos, principalmente na área da antropologia que durante anos se reportava somente às evidências da cultura material. Quando o foco dessa ciência passou a ter um interesse pela pesquisa de campo e o estudo do comportamento dos grupos étnicos, os museus se fizeram, na década de 60, pelo seu contexto, desnecessários.

Percebendo que estavam perdendo força como instituição, na década de 60 com o estudo do comportamento de grupos, e as reivindicações em prol da democratização da cultura os museus passaram a discutir temas do cotidiano da sociedade como um todo, rompendo seu isolamento histórico. Nesta nova realidade a França realiza uma pesquisa a respeito da demanda dos museus de arte europeus. E em 1970 começou-se a romper com estruturas tradicionais dos museus, iniciativa do Museu das Crianças na França onde os visitantes poderiam tocar nos objetos e até mesmo discutir a respeito do contexto das exposições que compunham o museu.

No México, na década de 1970 desenvolveu-se um projeto que visava integrar o espaço museológico não só com alunos e professores, mas também com as famílias, configuraram-se como museus escolares. E, ainda, o país realizava exposições itinerantes com o propósito de tratar de temas relevantes para a comunidade ali envolvida. Estas duas iniciativas mexicanas alicerçaram o “Programa de Museus Comunitários” em 1983, inovando na metodologia e linguagem dos museus para com a população.

Segundo Barreto (2000, p. 66) “as discussões sobre qual deva ser o papel social dos museus datam do início do século e se agudizam muito nas décadas de 1970 e 1980, quando houve uma cobrança muito grande para que tivessem alguma utilidade na promoção de mudanças sociais. Ficou claro, porém, que os museus não têm poder para mudar as injustiças; só podem mostrá-las e discuti-las.”

Esta exposição histórica do início da idéia de museu vem a confirmar que estes espaços além de representarem o cotidiano cercado de luxo das classes dominantes, restringiam essa realidade a poucas pessoas, geralmente à própria elite. Subjetivando que o “povo” não se interessava em cultura, ou mesmo confirmando que não tendo, o resto da população, acesso a informações, desta maneira continuando leiga, era mais facilmente dominada. Portanto, tendo o museu uma função estática e distanciada da realidade, mais uma vez em nossa história a população ficava a margem da realidade cultural.

Já no século XX o grande desafio do universo museal foi tornarem-se espaços mais acessíveis para qualquer que fosse o visitante. Posição que tomou força após o fim da Segunda Guerra Mundial quando muitos eram os questionamentos em torno da função social de um museu.

A respeito dessa nova concepção de museu Barreto (2000, p. 62) argumenta que “as inovações começaram tentando redimensionar a função pedagógica e social do museu, buscando uma ruptura com o museu tradicional e uma intensificação das relações com o público.” E, ainda afirma que: “O processo de renovação dos *museus de história* aconteceu quando estes saíram da fase em que eram apenas depósitos da matéria-prima do historiador para entrar em outra, na qual o pesquisador interpreta os objetos e relata, por meio deles, uma história inteligível. (BARRETO, 2000, p. 66)

Discutir a respeito das transformações que os museus vêm sofrendo é complexo, pois no mundo encontramos, ainda, museus tradicionais, nos quais seu acervo reflete a classe dominante e encontramos também, museus que permitem o “diálogo” do público, expondo de forma crítica, objetos da cultura. Além disso, a comunidade museológica não chegaram a um acordo com relação à exata função social dos museus, como expõe Barreto.

A história museológica no Brasil começa em 1808, com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil que implicou na criação de lugares de memória: a Escola Nacional de Belas-Artes do Rio de Janeiro, conhecida como Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, a qual D. João VI doou quadros que trouxera de Portugal; a Biblioteca Nacional e o Museu Nacional, criado em 1818 como Museu Real, que teve por acervo inicial uma coleção de história natural. E, em 1838, foram instituídos o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Arquivo Nacional, responsáveis, respectivamente, pela criação da História e manutenção da memória histórica nacional.

Estes espaços criados no século XIX, incluindo os relacionados no quadro abaixo, e ainda os museus do século XX, data que criou a maioria dos museus brasileiros, serviram

como instrumentos da constituição da nacionalidade brasileira após a independência, exaltavam feitos heróicos e enalteciam a exuberante fauna e flora do Brasil.

Além destes espaços de memórias outros ainda foram criados no século XIX.

Museu do Exército	1864
Museu Paraense Emilio Goeldi	1866
Museu da Marinha	1868
Museu Paranaense ³³	1876
Museu Paulista ou Museu do Ipiranga	1892
Museu do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia	1894

Quadro 05 Museus brasileiros criados no século XIX

Fonte: dados do livro Turismo e Museus.

Em 1938, foi criado na cidade de Ouro Preto, pelo decreto-lei 965, o Museu da Inconfidência, o qual teve seu projeto elaborado pelo SPHAN. E em 1940, com o decreto-lei 2.077, foi criado o Museu das Missões, em São Miguel/RS. Outros museus foram criados por decretos-leis, tais como:

- Museu do Ouro, em Sabará-MG, pelo decreto-lei nº 7.483, em 1945;
- Museu do Diamante e a Biblioteca Antônio Torres, em Diamantina-MG, pelo decreto-lei nº 2.200 do ano de 1954;
- Museu Nacional de Imigração e Colonização em Joinville-SC, pelo decreto-lei nº 3.188, também em 1954;
- E o Museu da Abolição em Recife-PE, pelo decreto-lei nº 3.357, no ano de 1957.

Se no princípio os museus guardavam acervos particulares que refletiam todo o luxo e opulência da classe dominante, hoje adquiriu uma outra função, pois de acordo com Barreto (2000, p. 11) “[...] o patrimônio deixou de ser definido pelos prédios que abrigavam reis, condes e marqueses e pelos utensílios a eles pertencentes, passando a ser definido como conjunto de todos os utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças e forma de vida cotidiana de todos os segmentos que compuseram e compõem a sociedade”

Barreto (2000, p. 64) sugere que “a nova museologia propõe respeitar os interesses do público mais do que pensar as virtudes das coleções, como acontecia nos séculos anteriores.” E aponta os paradigmas da museologia deste século:

³³ Tornou-se público em 1883

- * Espaços físicos não tradicionais e descontraídos, o mais próximo possível do cotidiano das pessoas e da natureza.
- * Entrosamento com a problemática da comunidade/sociedade em que estão inseridos, procurando ser um canal de reflexa, objetivando soluções.
- * Pesquisa e análise dos conteúdos a serem mostrados de categoria rigorosamente científica.
- * Formas de exposição dinâmicas, acessíveis e lúdicas, que permitam a participação do público, seja mediante representações teatrais, oficinas, desafios especiais, seja pela utilização das TICs (informática, vídeo, robótica, realidade virtual, internet etc).
- * Autofinanciamento por meio da combinação de fundos privados e públicos, de técnicas de *marketing*, de patrocínio e aliança com atividades de mercado, principalmente com o turismo. (BARRETO, 2000, p. 72/73)

Mesmo que a função social do universo museal tenha se alterado para atender as expectativas do mundo globalizado, a frequência de visitação não sofreu uma mudança quantitativa na realidade brasileira. Em seu livro *Lazer e Turismo Cultural* Pires critica o ensino no Brasil, sobretudo o campo da história, argumentando que a aprendizagem passou da cultura de decorar para a cultura das grandes sínteses, demonstrando a falha do sistema educacional brasileiro. Se antes eram as datas que se faziam sinônimo de “inteligência”, hoje se deixa de lado figuras, fatos e obras significativas para desfragmentar nossa história e formar a história regional, somos levados à interpretação de nossos “mestres”.

O autor explica ainda, que esse processo de grandes sínteses “agiu como um verdadeiro rolo compressor em cima do que havia anteriormente”

Na França, por exemplo, a historiografia não passou por essa “guerra”, fato que ajuda a explicar o desenvolvimento do seu turismo cultural. Enquanto o Brasil ainda é visitado em função de suas praias, mulatas e do carnaval, subutilizando sua conjuntura cultural.

Com esse “colapso” na historiografia brasileira, visitar um museu tornou-se uma obrigação imposta pela sociedade quando deveria ser uma iniciativa na busca de conhecimento, explicações e crescimento pessoal.

Uma forma de desenvolver tanto o hábito de visitar museu, em função uma troca cultural, quanto auxiliar no desenvolvimento da atividade turística seria trabalhar o espaço museológico como um atrativo para o lugar, fato que já acontece em países europeus.

De acordo com que Vasconcellos propõe em sua obra “Turismo e Museus” é preciso haver uma relação harmônica entre os museus e o turismo cultural, para tanto, é necessário que os profissionais museológicos estejam abertos a um diálogo, a uma troca de conhecimento com os profissionais do turismo.

Talvez a dificuldade de unir estes dois campos do conhecimento se baseie no fato de as iniciativas museológicas estarem concebidas como uma função do Poder Público e a atividade turística ficar por conta da iniciativa privada.

O autor aponta que esta união é inevitável e desejável, principalmente para a realidade brasileira, pois tanto a atividade museológica quanto a atividade turística podem atingir um maior desenvolvimento³⁴ socioeconômico para o país. Um exemplo que deixa clara que uma atividade pode depender da outra é o caso da França, que é considerado o país mais visitado do mundo e conta com seus 1.200 museus oficiais como atrativos para o desenvolvimento do turismo cultural. Porém o autor considera essa relação em nosso país ainda bastante incipiente.

A história oral e o turismo cultural têm alguns aspectos em comum: a democratização do conhecimento sobre o passado e o reconhecimento das diferentes vozes que o traduzem no presente; o interesse em aproximar do ‘senso comum’ e em ampliar o acesso aos bens culturais e aos testemunhos da história; o interesse pela memória e a construção da identidade coletiva. (FREIRE; PEREIRA 2002, p. 128)

INSTITUIÇÃO	TIPO	LOCALIZAÇÃO
Masp	de Arte	São Paulo/SP
MAC-USP	de Arte	São Paulo/SP
Pinacoteca do Estado	de Arte	São Paulo/SP
Fundação Maria Luísa e Oscar Americano	de Arte	São Paulo/SP
Museu Lasar Segall	de Arte	São Paulo/SP
Museu Paulista	Histórico	São Paulo/SP
Museu da Casa Brasileira	Histórico	São Paulo/SP
Museu de Arqueologia e Etnologia da USP	Arqueológico	São Paulo/SP
Museu da Chácara do Céu	de Arte	Rio de Janeiro/RJ
Museu Nacional de Belas Artes	de Arte	Rio de Janeiro/RJ
Museu de Arte Moderna	de Arte	Rio de Janeiro/RJ
Espaço Museu da Vida (Fiocruz)	de Ciência	Rio de Janeiro/RJ
Museu de Astronomia	de Ciência	Rio de Janeiro/RJ
Museu Nacional	de Ciência	Rio de Janeiro/RJ
Casa de Rui Barbosa	Histórico	Rio de Janeiro/RJ

³⁴ Esta autora considera desenvolvimento não somente como crescimento econômico mas também e fundamentalmente relacionado à qualidade de vida.

Museu da República	Histórico	Rio de Janeiro/RJ
Museu Paraense Emílio Goeldi	de Ciência	Belém/PA
Museu de Arte (Pampulha)	de Arte	Belo Horizonte/MG
Museu de História Natural da UFMG	Arqueológico	Belo Horizonte/MG
Museu do Imigrante	Histórico	Bento Gonçalves/RS
Museu Portinari	de Arte	Brodósqui/SP
Museu do Barro e da Cerâmica	de Arte	Caruaru/PE
Museu Municipal	Histórico	Caxias do Sul/RS
Museu Paranaense	Arqueológico	Curitiba/PR
Museu de Arte Sacra dos Jesuítas	de Arte	Embu/SP
Museu de Antropologia	Arqueológico	Florianópolis/SC
Palácio Cruz e Souza	Histórico	Florianópolis/SC
Museu Antropológico – UFG	Arqueológico	Goiânia/GO
Casa de Cora Coralina	Histórico	Goiás/GO
Museu Professor Hugo Daros	Histórico	Gramado/RS
Museu Histórico e Arqueológico	Histórico	Iguape/SP
Museu do Marajó	Arqueológico	Ilha de Marajó/PA
Museu Republicano	Histórico	Itu/SP
Museu Nacional da Imigração e Colonização	Histórico	Joinville/SC
Museu Arqueológico do Sambaqui	Arqueológico	Joinville/SC
Memorial do Padre Cícero	Histórico	Juazeiro do Norte/CE
Museu Mariano Procópio	Histórico	Juiz de Fora/MG
Museu Arqueológico e de Mineralogia	Arqueológico	Lagoa Santa/MG
Museu do Imigrante	Histórico	Lauro Muller/SC
Museu Histórico	Histórico	Macapá/AP
Museu de Ciências Naturais da Amazônia	de Ciências	Manaus/AM
Museu Amazônico	Arqueológico	Manaus/AM
Museu do Índio	Antropológico	Manaus/AM
Museu de Arte Sacra	de Arte	Marechal Deodoro/AL
Museu Arquidiocesano	de Arte	Mariana/MG
Museu Histórico Municipal	Histórico	Mossoró/RN
Museu Câmara Cascudo	Antropológico	Natal/RN

Museu de Arte Contemporânea	de Arte	Niterói/RJ
Museu de Arqueologia de Itaipu	Arqueológico	Niterói/RJ
Museu de Arte Sacra	de Arte	Olinda/PE
Museu da Inconfidência	Histórico	Ouro Preto/MG
Casa dos Contos	Histórico	Ouro Preto/MG
Museu de Mineralogia	de Ciência	Ouro Preto/MG
Casa de Graciliano Ramos	Histórico	Palmeira dos Índios/AL
Museu do Sertão	de Arte	Petrolina/PE
Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas Mário Neme	Arqueológico	Piraju/SP
Museu das Lavras de Ouro	ao Ar Livre	Pinenópolis/GO
Museu de Arte do RS	de Arte	Porto Alegre/RS
Museu Júlio de Castilhos	Histórico	Porto Alegre/RS
Museu Ferroviário	Histórico	Porto Velho /RO
Museu do Homem do Nordeste	de Ciência	Recife/PE
Fundação Gilberto Freyre	Histórico	Recife/PE
Museu do Ouro	Histórico	Sabará/MG
Museu Carlos Costa Pinto	de Arte	Salvador/BA
Museu de Arte da Bahia	de Arte	Salvador/BA
Museu de Arte Sacra	de Arte	Salvador/BA
Museu de Arqueologia e Etnologia da UFBA	Arqueológico	Salvador/BA
Museu Histórico e Cultural Vicente Pallotti	de Ciência	Santa Maria/RS
Casa do Anhangüera	Histórico	Santana do Parnaíba/SP
Museu do Centro de Preservação de Arte Indígena	Antropológico	Santarém/PA
Museu das Missões	de Sítio Arqueológico	Santo Ângelo/RS
Museu do Mar	de Ciência	Santos/SP
Museu de Arte Sacra	de Arte	Santos/SP
Museu Nacional do Mar	de Ciência	São Francisco do Sul/SC
Museu Regional	Histórico	São João del Rei/MG
Museu de Arte Sacra	de Arte	São João del Rei/MG
Casa Euclideana	Histórico	São José do Rio Pardo/SP

Museu Visconde de São Leopoldo	Histórico	São Leopoldo/RS
Museu de Arte Sacra	de Arte	São Luís/MA
Museu Paleontológico e Arqueológico Walter Ilha	Arqueológico	São Pedro do Sul/RS
Praça do Sambaqui	ao Ar Livre	Saquarema/RJ
Museu do Homem Americano	de Sítio Arqueológico	São Raimundo Nonato/PI
Parque Nacional da Serra da Capivara	ao Ar Livre	São Raimundo Nonato/PI
Museu Arqueológico do RS	Arqueológico	Taquara/RS
Museu Histórico e Pedagógico-Sítio do Picapau Amarelo	Histórico	Taubaté/SP
Museu do Cangaço	Histórico	Triunfo/PE
Museu do Vinho	Histórico	Videira/SC
Museu do Solar Monjardim	Histórico	Vitória/ES

Quadro 06 – Seleção dos museus brasileiros com potencial turístico tendo em vista a qualidade de suas exposições e de seu acervo como um todo.

Fonte: Livro Turismo e Patrimônio Cultural.

Atualmente percebe-se uma valorização com relação à história regional, transparecendo nas pessoas uma busca por sua identidade, por seu sentimento de pertencer a um lugar, restaurando não só a memória individual, mas principalmente a memória coletiva, como sugere.

Portanto, os museus transformaram-se durante o século XX, deixaram de ser apenas depósitos de coisas velhas para mostrar seus objetos e fazer chegar sua mensagem ao público de uma forma dinâmica e até lúdica. Com esse novo perfil, o museu passou a ser complemento necessário do turismo, superando preconceitos de ambas as partes.

3.2 Museu étnico em Ponta Grossa

Por consequência do contexto histórico de imigração no Paraná, fizeram parte do cenário pontagrossense várias etnias (algumas em maior número que outras) que transformaram o cotidiano marcando a cidade com seus distintos padrões culturais³⁵

³⁵ Segundo Horbatiuk (1983, p. 16) “padrão cultural refere-se ao conjunto de idéias, conhecimentos, técnicas, instrumentos, padrões de comportamento, técnicas de trabalho, higiene, transporte e outras.”.

percebidos em seus respectivos idiomas, em suas vestimentas, em seus comportamentos, em suas culturas agrícolas e em suas gastronomias.

E levando em consideração as concepções museológicas de Vasconcellos (2006, p.37) onde “...o museu se apresenta como um lugar de convivência que abre suas portas para que toda e qualquer categoria de público possa usufruir um espaço não só de lazer, mas fundamentalmente de reflexão a respeito da memória histórica e de um simbolismo transcendente.”, e de Santos (2000, p. 50) em que “...o museu é tido como um centro cultural capaz, que tem como princípio o resgate da memória socioeconômica, política e cultural, identificando fatos, personagens e objetos, bem como estimulando a proteção da herança sociocultural da nossa sociedade”, confirmando, assim como Barreto e Vasconcellos a mudança da função social dos museus.

Para tanto a importância da “construção” de um museu étnico no município de Ponta Grossa se confirma quando Murta e Goodey (2002, p.14) apontam que “em qualquer cultura, as lembranças pessoais e as experiências passadas, as fotografias desbotadas e os registros de eventos familiares fornecem marcas de vidas individuais e são de grande valor para o processo de interpretação do patrimônio”, Ou como sugere o S4 “...abrir um espaço de troca de informações dos imigrantes é um momento de identificação da população, do povo de Ponta Grossa.”

Seria um meio de mostrar a riqueza da cultura étnica para os visitantes, sensibilizá-los da importância da preservação do seu patrimônio, e da importância histórica desses grupos de imigrantes no desenvolvimento de Ponta Grossa. É, então, uma maneira de implantar por meio da interpretação e da atividade turística noções de preservação para os grupos étnicos, para a comunidade pontagrossense e para os turistas.

A construção desse museu étnico poderia ser projetada a exemplo do Museu Nacional do Níger, que em 1958, num espaço de aproximadamente 24 hectares reconstruiu o aspecto étnico, cultural, artístico, zoológico, botânico, etc, de seu país. Logicamente seria necessário um espaço maior, onde na construção das casas típicas, que seriam as sedes dos grupos étnicos, seria “explorado” realmente o “saber-fazer”, técnicas originais apresentando a arquitetura típica de cada etnia, a exemplo da técnica de madeiras encaixadas do patrimônio edificado dos primeiros escravos, ou do estilo enxaimel dos alemães, ou como afirma o S1 “...a questão dos poloneses que fazem o telhado em duas águas ... poloneses e ucranianos...”. Desse modo seria possível apresentar cada cômodo da casa, valorizando seu significado simbólico e memorial.

No museu específico eslavo seria possível justificar e expor o significado do jardim e do quintal, geralmente acompanhado de um poço, uma privada e uma “chopa”.

No italiano reconstruir o porão que servia de espaço para a produção de vinho e ainda suas “cantinas”, apresentando todo o lado singular da gastronomia italiana.

No alemão se evidenciaria uma maior rigidez de formas, de técnicas e comportamento humano, fato explicado por sua conjuntura histórica, mas que não faz de sua gastronomia menos rica que a eslava e a italiana.

Esses espaços construtivos confirmam, assim, que os grupos étnicos, diferentemente do que acontecia no período industrial, moravam e trabalhavam no mesmo ambiente, portanto a família ficava grande parte do dia junta, explicando a relação familiar dos italianos, por exemplo.

Para um museu neste formato, Barreto sugere a denominação de ecomuseu, onde cita Georges Henri Riviere³⁶ que define o ecomuseu como ‘um instrumento concebido, moldado e operado conjuntamente pelo público (autoridades e população local)...É um espelho onde a população local vê a si própria para descobrir sua imagem e no qual procura uma explicação para o território do qual faz parte...É um espelho que a população mostra aos visitantes para ser melhor compreendida, de forma que [...], seus costumes e sua identidade inspirem respeito. Coloca o ser humano em seu ambiente natural [...].’

Também a respeito de ecomuseu Vasconcellos (2006, p. 25/26) cita Hugues de Varine Bohan que definiu, em 1976 ecomuseu com sendo:

O ecomuseu é uma instituição que administra, estuda, explora, com fins científicos, educativos e, em geral, culturais, o patrimônio global de uma determinada comunidade, compreendendo a totalidade do ambiente natural e cultural dessa comunidade. Por essa razão, o ecomuseu é um instrumento de participação popular no planejamento do território e no desenvolvimento comunitário. Para tanto, o ecomuseu emprega todos os recursos e métodos de que dispõe para fazer com que essa comunidade aprenda, analise, critique e domine de maneira livre e responsável os problemas que se apresentam a ela com todos os domínios da vida. O ecomuseu utiliza essencialmente a linguagem do objeto, do quadro real da vida cotidiana, das situações concretas. Ele é, antes de tudo, um fator almejado de mudanças.

Levando em consideração este conceito Vasconcellos (2006, p. 26/27) argumenta que “os ecomuseus caracterizam-se pela efetiva contribuição para a preservação de tradições e costumes de uma comunidade pela valorização *in loco*, não pela retirada de certos objetos importantes de seu contexto de uso para o local privilegiado das vitrines de um museu. O

³⁶ Riviere é considerado o pai da museologia francesa.

ecomuseu significa um roteiro que visa retratar a trajetória de um determinado período histórico daquela comunidade, integrando-a ao seu significado no presente.”

Este universo museal étnico contaria não só com artefatos, fotos, livros e documentos, mas também com encenações de danças, por exemplo, deste modo este espaço contaria com a colaboração de grupos folclóricos, que mesmo que alguns não sejam realmente imigrantes ou descendentes, e que seja apenas uma encenação, são pessoas que mantêm este lado cultural dos grupos ainda presentes. Poderia mostrar o modo de produção de um sapato holandês, ter uma pessoa de cada grupo para as explicações, pois já que segundo Murta e Albano (2002, p. 10) “o foco principal da interpretação é estabelecer uma comunicação efetiva com o visitante” nada mais sensato que um imigrante contar sua história de vida, como argumenta Murta e Goodey (2002, p.25) “A interpretação de lugares, de acervos, de saberes e fazeres culturais é, antes de tudo, um instrumento de comunicação com o morador, o visitante e o turista”.

Uma vez que o próprio imigrante e/ou descendente irá contar sua história, é preciso tomar certos cuidados com a mensagem transmitida pela exposição e de que forma será transmitida, levando em consideração a interpretação individual, coletiva e por meio de um interlocutor. No caso do museu étnico é possível que certos paradigmas históricos se choquem, pois quando um professor explica a conjuntura histórica da Segunda Guerra Mundial interpreta de forma diferente de um eslavo que a viveu, este por sua vez terá uma discussão distinta de um alemão. O fato é o mesmo, a essência cultural é que mudará. As versões históricas e os ideais são particulares de acordo com o grupo étnico. A esse respeito Freire e Pereira (2002, p. 126) ressalta que “nunca é demais lembrar que são muitas as memórias coletivas, numa diversidade que vai além da dicotomia entre memória oficial/memória subterrânea. Há, em todas as sociedades, uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas, todas, de uma forma ou de outra, ideológica e culturalmente determinadas.”

Outro grande mérito da história oral é poder dar conta, como nenhuma outra metodologia, da complexidade da realidade, permitindo que seja recriada a multiplicidade original de pontos de vista. A história oral oferece uma reconstrução do passado não apenas mais próxima do real, como também mais justa. Ao gerar novas histórias e novas interpretações, ela está contribuindo para o processo de dar voz a experiências vividas por indivíduos e grupos que foram excluídos ou marginalizados de narrativas históricas anteriores, ou seja, os esquecidos de sempre. (FREIRE; PEREIRA 2002, p. 124)

Neste projeto de museu étnico interativo a pessoa passa a ser figura principal e ativa, e os objetos, a gastronomia, a arquitetura vem a confirmar e ilustrar a história oral. S3 “Se

trabalha com pessoas que estão vivas, você trabalha com depoimentos, com a história oral”, transformando o espaço em um lugar de memória, pois como afirma (FREIRE E PEREIRA 2002, p. 124) “o uso da voz humana na apresentação da história, seja em conferências, exposições ou museus, tem o poder de trazer o passado para o presente com força sem igual, imprimindo vida à própria história.”

[...], a história oral presta-se, como nenhuma outra metodologia, a ser usada com propósitos sociais e individuais. Aos menos privilegiados, e muito especialmente aos idosos, pode trazer a dignidade e auto-estima, e dar um novo sentido a suas vidas, qual seja, o de transmitir às novas gerações informações valiosas sobre o passado que de outra forma se perderiam. (FREIRE E PEREIRA 2002, p. 124/125)

Para mexer com o imaginário das pessoas será preciso uma comunicação que as emocionem, que chame a sua atenção, pode-se então estabelecer mini-roteiros (deste que os visitantes tenham o direito de poderem interpretá-los sozinhas, se assim quiserem) mostrando ambientações características de cada grupo étnico que desperte curiosidade às pessoas, é necessário meios de interpretação como placas, painéis e letreiros, vídeos e até mesmo equipamentos computadorizados. Segundo Murta e Goodey (2002, p.26) “esses meios vêm sendo incorporados pela nova museografia, tornando sítios de visita mais atraentes e agradáveis para um público consumidor crescente”.

Então, a possibilidade, claro que envolve o tamanho da perna da gente, né, quanto recurso você tem, mas você ter a possibilidade de trabalhar no mesmo espaço simultaneamente e constantemente com a imagem, com o som, com os objetos, com a arquitetura, no sentido do material de grande porte mesmo. E dentro desses diferentes aspectos explorar o máximo, explorar como você mesma falou no início quando você tava me explicando, é desde a questão do cotidiano dentro da casa, a vida familiar, os valores familiares, a religiosidade, seja em termos dos objetos que são usados, dos ritos, e daí são os gestos, os costumes que as pessoas tem, isso também é parte do referencial étnico. (S3)

Um método de chamar a atenção e despertar o interesse das pessoas num museu é a ambientação, que pode ser complementada com instrumentos mecânicos e eletro-eletrônicos que produzem efeitos de som, luz, cheiro e movimento. Pode-se tocar músicas típicas por meio de um rádio ou mesmo o próprio imigrante produzi-la, pode-se também produzir aromas parecidos com os das comidas típicas dos imigrantes. Introduzir a técnica de narrações pertinentes à história desses grupos, narrando suas vidas nos seus países de origens, a chegada deles em Ponta Grossa, o contexto histórico que cada grupo estava inserido e suas vidas já num país estranho (Brasil).

O museu seria um espaço aberto a conversas, chás, aprendizagem, pesquisa, lazer, onde as pessoas pudessem, mesmo que por pouco tempo, voltar a valorizar mais o contato humano, por muitas vezes esquecidos na correria do dia-a-dia e em função da facilidade estabelecida pela evolução tecnológica.

Com a implantação deste museu poder-se-ia interpretar o passado desses imigrantes, o presente e problemas atuais e talvez o futuro. E ainda auxiliar o desenvolvimento da atividade turística na cidade de Ponta Grossa implantando o turismo como algo maior, algo que realmente beneficie socialmente a comunidade local e os turistas, por meio de trocas de experiências e de conhecimento, promovendo também o turismo social.

Cabe a este trabalho ponderar que o museu étnico sozinho não tem a força de atração para desenvolver um significativo fluxo turístico na cidade, mas “preservar características desses povos é importante num processo de contextualização histórica do município e também como agregar valor pra atividade turística.” (S1). Foi analisado no Plano Diretor de Turismo de Ponta Grossa que não há uma articulação que mencione uma integração regional, pois se houvesse esta união com os municípios da região, o turista poderia visitar formas de apresentação da cultura étnica em diferentes espaços, por exemplo, Castrolanda, Curitiba, Witmarsum, etc. A concepção deste espaço museológico em Ponta Grossa sugere que ele seja um instrumento/elemento que auxilia e agrega valor, tanto para a preservação do patrimônio como para a atividade turística da região.

Espera-se que a atividade turística além de diversificar e quantificar a demanda na cidade de Ponta Grossa sirva de instrumento para proporcionar uma reflexão quanto a preservação deste diferencial cultural étnico, pois possivelmente será este o atrativo do museu étnico.

Para o desenvolvimento deste universo museal faz-se necessária a união do poder público, do setor privado, da comunidade pontagrossense e dos grupos étnicos aqui ainda presentes, visando o planejamento local integrado. Além da cobrança de entrada, podem ser montadas feiras no espaço do museu para que os imigrantes vendam seus produtos: artesanatos e gastronomia.

O sujeito 3 diz que “hoje em dia o que eu vejo, que é muito freqüente e os museus públicos dependem muito disso é a abertura de editais de financiamentos através de Lei Rouanet”. E o sujeito 2 acredita que os grupos étnicos “venderiam” seu saber fazer, portanto “seria um museu vivo com apresentações, por exemplo, de músicas, por exemplos grupos folclóricos vamos dizer esse grupos étnicos com apresentações mensais. Teria um espaço, por exemplo, de degustação, gastronômica, uma vez por mês, uma vez a cada dois meses. Teria

ali a venda e a comercialização de produtos para a manutenção desse museu. Vasconcellos (2006, p. 21) aponta “até hoje, no que diz respeito aos museus norte-americanos, prevalece a parceria entre o setor público e o privado, com maior ênfase para este último, a partir da atuação das importantes e famosas Sociedades de Amigos de Museu.”

Com relação à participação dos imigrantes, os entrevistados acreditam que os grupos ajudariam com sua força de trabalho:

[...]se eu soubesse que tem um espaço, Dani, que é só pra isso, que é só pra referenciar a cultura étnica, eu me dis...porque como descendente eu me colocaria a disposição de ajudar a montar, de ajudar a organizar. Isso sendo organizado dentro dos critérios museológicos, museográficos, eu mesma doaria essas peças, porque eu sei que elas não iriam pra um lugar qualquer. (S1)

Tem muitas pessoas aí em que estão naquilo que chamam hoje, a terceira idade, ou na melhor idade, né e que querem dar o seu testemunho, querem trabalhar, são pessoas que se oferecem para desenvolver atividades. Tenho certeza que estas pessoas contribuiriam neste sentido, naquilo que eles podem dar, que é, na maioria das vezes, o seu tempo, a sua força de trabalho. Por quê? Porque essas pessoas preservam e gostam de lembrar, de contar as suas histórias, as suas memórias. (S2)

“Eu não sei em termos de doações de peças, porque às vezes você tá tratando de objetos, de materiais que muitas vezes são afetivos. Mas o envolvimento, em termos da participação no sentido da questão da informação, do resgate da memória familiar, eu acho que isso é plenamente viável, nesse aspecto.” (S3)

“[...] eu acho que eles têm um empenho um pouco maior pra preservar e pra mostrar isso, porque pra eles o valor é muito maior, porque eles defender isso todos os dias. Então seria mais um instrumento de defesa da cultura deles. Então eu acho que sim.” (S4)

Com a implantação do museu étnico em Ponta Grossa a vida desses imigrantes será exposta sem recorte artificial, uma vez que eles próprios, ou seus descendentes, terão a oportunidade de contar sua história real de vida, e essa memória oral será visualizada por meio de seus objetos, onde um simples quadro de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, pode auxiliar a reviver todo o contexto histórico da Segunda Guerra Mundial, contada por quem realmente a vivenciou, ou mesmo um banquinho com fundo oco para guardar lenha, pode reviver momentos em família ao lado do fogão de lenha.

“Os *processos culturais* envolvem todos aqueles campos de práticas e significados que levam um povo a fazer sentido para si mesmo e para suas vidas, o que envolve comportamentos, tradições, a maneira de resolver os problemas do dia-a-dia e de expressar-se pessoal e artisticamente. Já a cultura como *produto* está presente naqueles objetos em que os *processos*

culturais ficam marcados: obras de arte, arquitetura, artesanato, gastronomia etc.” (GASTAL 2000, p. 38/39).

“A valorização das coisas locais, em contraposição à globalização da economia e da comunicação, reveste de importância a manutenção de identidades específicas, que garantam às pessoas a referência do seu lugar. O passado e suas referências marcadas no território, as manifestações culturais tradicionais, repassadas de geração em geração, as formas de fazer – objetos, alimentos, festas – voltam, [...], a ser valorizados.” (SIMÕES 2001, p.15)

Logicamente é preciso tomar certo cuidado na concepção deste espaço para que não aconteça o que Barreto relata quando discute a respeito de museu ao ar livre, exemplificando com o caos de Skansen na Suécia em 1891, quando Arthur Hazelius percebendo que costumes tradicionais estavam sendo subjugados pela modernidade, começou a comprar objetos de arte tradicionais para organizar exposições em Estocolmo. Hazelius introduziu uma inovação a qual seria vítima de muitas críticas. As pessoas encenavam o cotidiano da vida rural sueca, eram os chamados, na época, “quadros vivos”. Iniciativa a qual era questionada, pois reproduzia uma vida romantizada dos costumes do campo, deixando de expor, também, os problemas que os camponeses enfrentavam em seu dia-a-dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as análises feitas para a concepção deste trabalho observou-se que por consequência do contexto migratório do Brasil e mais particularmente de Ponta Grossa existem referenciais étnicos que precisam ser preservados como patrimônio cultural local. E para que esses bens sejam preservados e “apresentados” para a comunidade e para os turistas, faz-se relevante a construção de um espaço onde os próprios imigrantes e descendentes se identifiquem.

Por meio das entrevistas aplicadas constatou-se que a construção deste museu é relevante e viável desde que este espaço seja interativo, contando com a participação dos imigrantes, com a iniciativa privada e com a iniciativa pública, para que se torne um lugar de memória local.

Para tanto, para a efetiva implantação do museu étnico se faz necessária a colaboração dos imigrantes e descendentes, limitando por tanto a ânsia do investigador vinculado à disponibilidade e aceitação dos grupos étnicos, pois se trata de um ambiente não controlado.

E uma vez que questões relacionadas com preservação e tombamento são conflituosas o museu pode ser uma forma de cuidar desse patrimônio sem que cause constrangimento aos proprietários destes.

A identificação dos traços culturais dos grupos étnicos pode ser feita por meio da gastronomia, dos objetos, vestimentas, arquitetura, religião, danças, etc. Portanto, constatou-se que esses referenciais étnicos em questão têm uma significativa importância para a história da cidade integrando o patrimônio cultural local, podendo agregar valor no desenvolvimento da atividade turística no município.

Percebe-se, portanto, a importância desse espaço museológico para a manutenção dos padrões relevantes à cultura dos respectivos grupos, representando um elo significativo com seu país de origem e suas tradições, constatando-se, então, a necessidade da valorização dessas características culturais, que vem pouco-a-pouco sendo esquecido e destruído por diversos fatores, para a comunidade étnica e para o desenvolvimento da atividade turística na cidade de Ponta Grossa.

[...] esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. (CHOAY, 2001, p. 18).

Uma vez que a atividade turística, mais especificamente o turismo étnico exige relacionamento humano, e mesmo sendo esses imigrantes diferentes em suas respectivas culturas, eles demonstram um desejo em comum de “apresentarem” sua identidade de modo amável, evidenciado no orgulho quando contavam sua história de vida. Sendo, portanto relevante e possível a construção deste espaço de referência a cultura dos imigrantes e descendentes, tendo em vista que com o decorrer da história os museus reviram sua função social de acordo com a realidade que estavam inseridos.

Dessa forma, conclui-se que a utilização turística por meio do museu étnico tem potencial para se tornar um produto turístico no município de Ponta Grossa, mas para que, tanto haja uma valorização quanto tornar possível o desenvolvimento do turismo cultural no município se faz necessário um planejamento que envolva os setores público e privado e a população princesina.

Percebendo que os turistas se interessam por sua cultura étnica os imigrantes e principalmente os descendentes desses imigrantes também passarão a valorizar e orgulharem-se do seu patrimônio. Então, a população³⁷ é estimulada a buscar o sentido, os segredos e as lendas (que fascinam tanto visitante como visitado), a sua cultura, a sua história, para aí então transmitir o conhecimento para os visitantes. Assim, chamar a comunidade a planejar o que é dela própria, proporciona um sentimento de pertença a suas raízes, buscando dessa maneira um real entendimento do seu próprio patrimônio.

Em Ponta Grossa, bem como em outros lugares do Brasil, a comunidade de imigrantes preserva sua cultura de forma tão intensa que turistas que moram nos mesmos países de origem dos imigrantes que aqui se encontram, vem para cá a procura de vestígios que lembrem seu patrimônio cultural, pois em seus países de origem seus costumes e tradições já se modificaram, perdendo elementos importantes de sua cultura original. A recuperação desses referenciais culturais étnicos preservados e perceptíveis no cotidiano desses grupos possivelmente possibilitará a valorização da história da cidade, podendo agregar valor à atividade turística e atrair pessoas interessadas em troca de experiências, e não somente contemplar a região visitada. Partindo deste princípio o município de Ponta Grossa poderá por meio deste turismo étnico atrair turistas estrangeiros, diversificando sua demanda. Goodey (2002, p.53) afirma que “aquilo que a comunidade valoriza para si própria, o que ela deseja preservar, é possivelmente o que ela vai querer compartilhar com os outros”.

³⁷ População de imigrantes.

Simões (2001, p. 75) afirma que “[...]quando encarado como um possibilitador da preservação dos valores culturais e da qualidade de vida local, o turismo potencializa a (re)apropriação da cidade pelos cidadãos e renova o espírito cívico e o orgulho pelo lugar.”

Uma vez que esses traços culturais ainda se fazem preservados em Ponta Grossa não será necessário simular um lugar artificial, inventar um atrativo para o turista, como vem acontecendo em função das cidades quererem lucrar, a curto prazo, com a atividade turística de forma “superficial”, dando origem a não-lugares, lugares sem identidade, sem memória, e em muitos desses casos a atividade turística não se desenvolve como algo duradouro, desta maneira “decepcionando” as pessoas que acreditam num turismo mais voltado para o lado social. Segundo Gallero (2004, p. 38) “o lugar é uma construção histórica que integra tempos, ações e objetos, fruto de acontecimentos, amizades e vitórias, encontros e desencontros, entre os atores que nele viveram ou vivem” e o não-lugar é aquele “que não guarda referências de identidade, relações ou história”.

Este trabalho é fundamentado no Município de Ponta Grossa e propõe a construção de um museu étnico como lugar de memória e atrativo turístico. Mas não se encerra aqui, estando aberto a sugestões e complementações cabíveis, no sentido de auxiliar o desenvolvimento da atividade turística na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHL, Miguel. **Legados Étnicos & Oferta Turística**. Curitiba: Juruá, 2004.

BARRETO, Margarida. **Turismo e Legado Cultural: as possibilidades do planejamento**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 3ª Ed. rev. ampl. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2000.

BOCKOR, Scheila Karina. **Patrimônio Cultural Étnico de Canoinhas – SC: possibilidades de utilização turística**. Ponta Grossa, 2004.

BORGES, Lúcio. **A Imigração Italiana em Morretes**. Curitiba Pr: O Formigueiro, 1990.

CARDOSO, Jayme Antonio. **Atlas histórico do Paraná**. Curitiba: Indústria Graf. Projeto, 1981.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. (Org.). **Turismo Urbano**. São Paulo: Contexto, 2000.

CHAMMA, Guisela V. Frey. **Ponta Grossa: o povo, a cidade e o poder**. Ponta Grossa, 1988.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**; tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CURY, Isabelle. (Org.). **Cartas Patrimoniais**. 2ª Edição revista e aumentada. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse Seleções. 2 vol. 1. Léxico Comum. Editora Larousse do Brasil Ltda., Rio de Janeiro, 1978.

DIÈGUES JÚNIOR, Manuel. **Imigração, Urbanização e Industrialização**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Brasil – Ministério da Educação e Cultura, 1964.

FERNANDES, Josué Corrêa. **Das Colinas do Pitangui**. Ponta Grossa: Editora Gráfica Planeta Ltda, 2003.

FREIRE, Doía; PEREIRA, Lígia Leite. História Oral, Memória e Turismo Cultural. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. (Orgs). **Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasília, 2002.

GONÇALVES, Maria Aparecida Cezar; PINTO, Elisabete Alves. **Ponta Grossa Um Século de Vida (1823-1923)**. Ponta Grossa: Kugler Artes Gráficas Ltda, 1983.

GOODEY, Brian. A Interpretação e Comunidade Local. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. (Orgs). **Interpretar o Patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.

HOLZMANN, Epaminondas. **Cinco Histórias Convergentes**. Curitiba-Paraná-Brasil, 1966.

HORBATIUK, Paulo. **Imigração Ucraniana no Paraná: a colônia ucraniana de Mallet, núcleo de preservação e irradiação de padrões da cultura ucraniana** (estudo de caso). Porto Alegre, 1983.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Trad. Contexto Traduções. São Paulo: Aleph, 2000.

LANGE, Francisco Lothar Paulo. **Os Campos Gerais e sua Princesa**. Curitiba: COPEL: F. L. P. Lange, 1998.

LAVALLE, Aída Mansani. **Germânia – Guaíra: um século de sociedade na memória de Ponta Grossa**. Ponta Grossa: Centro de Publicações, 1996.

LAZZARI, Beatriz Maria. **Imigração e ideologia; reação do parlamento brasileiro à política de colonização e imigração (1850-1875)**. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, 1980.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

MARTINS, Wilson. **Um Brasil Diferente: ensaios sobre fenômenos de aculturação na Paraná**. 2ª edição. São Paulo: T. A. Queiroz, 1989.

MINAYO, M. C. De S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

MOESCH, Marutschka Martini. **A Produção do Saber Turístico**. São Paulo: Contexto, 2000.

NOVAIS, Fernando A. (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe. **História da Vida Privada. 2. Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

PARANÁ. Secretaria da Cultura e do Esporte. Coodenadoria do Patrimônio Cultural. **A Represa e os Colonos**. 18ª Edição. Curitiba, 1986.

PIRES, Mário Jorge. **Lazer e Turismo Cultural**. Barueri/SP: Editora Manole Ltda, 2001.

PIRES, Mário Jorge. **Lazer e Turismo Cultural**. São Paulo: Editora Manole Ltda, 2001.

RIZZINI, Irmã; CASTRO, Mônica Rabello de; SARTOR, Carla Daniel. **Pesquisando: guia de metodologias de pesquisa para programas sociais**. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 1999.

ROGENSKI, Maria Lucia Cordeiro. O Polonês e seu Cotidiano. In: **O Cotidiano do Imigrante Polonês na Sociedade Pontagrossense**. 1999.

ROLNIK, Raquel. **O Que é Cidade**. Coleção Primeiros 203 Passos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

SANTOS, Fausto Henrique dos. **Metodologia Aplicada em Museus**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2000.

SCHWAB, Carlos Alberto. **Resumo Histórico e Genealogia dos Alemães do Volga 1877-1997**. Ponta Grossa – Pr: Editora Paranaense, 1997.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e Cultura na Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SPONHOLZ, Newton. **A Terra e o Homem no Sul do Paraná: problemas e perspectivas**. Paraná: Editora Martins & Abib Ltda, 1971.

TELLES, Leandro Silva. **Manual do Patrimônio Histórico**. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brides, Caxias do Sul, Universidade de Caxias do Sul, Rio Pardo, Prefeitura Municipal, 1977.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALENTINI, Jussara. **A Arquitetura do Imigrante Polonês na Região de Curitiba**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1982.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. **Turismo e Museus**. São Paulo: Aleph, 2006.

WACHOWICZ, Rui Christovam. **História do Paraná**. 4ª Edição. Curitiba: Editora Valentina, 1977.

WACHOWICZ, Rui Christovam. **História do Paraná**. 6ª Edição ampliada. Curitiba: Editora Gráfica Valentina Ltda, 1988

WACHOWICZ, Rui Christovam. **O Camponês Polonês no Brasil**. Curitiba: Fundação Cultural – Casa Romário Martins, 1981.

YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. (Orgs.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

Gráfico Imigração no Brasil. Disponível em: <http://imigracao_parana_arquivos>. Acesso em 20 de julho de 2007.

Quadro Colônias no Paraná. Disponível em: <<http://www.ibgc.gov.br>>. Acesso em 22 de junho de 2007.

Mapa localização de Ponta Grossa. Disponível em: <<http://www.uepg.br>>, acesso em 10 de julho de 2007.

<<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em 27 de julho de 2007.

APÊNDICE A – ENTREVISTAS

SUJEITO 1 (S1)

GRADUADO EM HISTÓRIA E PEDAGOGIA PELA UEPG

MESTRE EM HISTÓRIA E SOCIEDADE PELA UNESP/ASSIS

CHEFE E PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO DA UEPG

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA,

COMÉRCIO E TURISMO DA PREFEITURA DE PONTA GROSSA

01) Você acredita que a implantação de um museu étnico no município de Ponta Grossa seja relevante?

Sim acredito porque a presença do imigrante na região dos Campos Gerais é muito forte, então seria interessante nós termos espaços relativos à presença cultural desses povos. E quem sabe, Dani, pela dificuldade de você fazer um museu você poderia fazer até um memorial, alguma coisa em uma praça. Mas preservar características desses povos é importante num processo de contextualização histórica do município e também como agregar valor pra atividade turística.

02) Na sua opinião, o desenvolvimento desse museu se faz pertinente ao contexto histórico de Ponta Grossa?

Sim porque nós não podemos negar que na cidade nós tivemos três momentos bastante fortes no processo de formação da cidade, que foi o tropeirismo, e depois como processo de urbanização nós vamos ter a ferrovia e junto com a ferrovia nós vamos ter a presença do imigrante, não só aquele imigrante que vai se localizar nas colônias próximas ao centro urbano, mas dentro da própria cidade ele se torna muito presente principalmente os alemães do volga, os russos-alemães que hoje a gente sabe da história deles na música, na imprensa, no comércio todas as lojas, todas não, mas a grande maioria das lojas comerciais de Ponta Grossa eram de famílias de imigrantes. Então, se o tropeirismo fundou, a ferrovia urbanizou o imigrante deu as características, as feições de uma cidade cosmopolita, de uma cidade mais moderna, com uma cultura completamente diferente daquela cultura portuguesa que a região tinha presente. Então, de repente, recuperar tudo isso através da memória que essas pessoas ainda tenham sobre esses aspectos, o jeito de ser, o jeito de viver, o jeito de se

alimentar, de ocupar determinados espaços seria muito importante num contexto museológico pra cidade.

03) Qual a importância você atribui para a implantação do museu étnico em Ponta Grossa com relação à preservação desse patrimônio cultural étnico?

Veja Dani, como eu te falei na pergunta anterior, muito do nosso jeito de ser, do nosso jeito de pensar, do nosso jeito de comer, do nosso jeito de vestir, das nossas tradições culturais voltadas a religiosidade, a comemoração de determinadas festas importantes no calendário oficial a gente tem do imigrante. Então preservar essas tradições é preservar o jeito de ser de Ponta Grossa num determinado período. Aliado a isso os imigrantes trazem um tipo de construir diferente, e, que de repente, esse tipo de construir como a questão dos poloneses que fazem o telhado em duas águas ... poloneses e ucranianos... vai modificar a feição arquitetônica da cidade, porque muitos vão copiar, sendo ou não sendo descendentes de imigrantes poloneses, muitos copiam determinadas características da arquitetura. Então preservar esses elementos, sejam eles intangíveis, que é a cultura, e sejam eles tangíveis, que é a arquitetura das suas casas, a utilização dos utensílios domésticos, os móveis com características étnicas, você tá preservando um rico e vasto patrimônio cultural da comunidade.

04) Qual a importância você atribui para a implantação do museu étnico em Ponta Grossa, com relação ao desenvolvimento da atividade turística na região?

Muita, desde que esse museu seja pensado... esse museu, esse memorial seja pensado com características que de repente contem a história da imigração ou dos grupos étnicos em Ponta Grossa. Não adianta você pegar uma construção bonitinha, tipo dos alemães, do enxaimel e simplesmente colocar ela como parte de um roteiro turístico étnico, mas se de repente o turista pudesse fazer um roteiro visitando os diferentes potenciais construtivos dos imigrantes e parar num determinado local pra saber o que era a cozinha desse imigrante, como que era o jeito de ocupar o espaço social, o que era a sala, o que era o quarto, o que é aquela varanda que os imigrantes chamavam de área. Isso vai fazer com que o turista chegue no local, entre nesse local, consuma esse local ... ou pagamento de ingresso, ou compra de determinados produtos que esses imigrantes, que esses grupos descendentes possam estar vendendo, agrega valor econômico pra cidade, pra própria manutenção dos grupos étnicos e o mais importante disso tudo o museu étnico vai ter a função que é dele em relação ao turismo,

mostrar rapidamente quem é a cidade que o turista vai visitar ou visitou. Eu sempre vejo, fugindo um pouco só da questão do museu étnico, eu sempre vejo o museu como o primeiro espaço que o turista tinha que chegar, aonde ele chegaria, ele tomaria conhecimento...quem é essa cidade que eu vou visitar, como que ela se formou, qual a sua história, qual a sua memória, quais as suas características, o que que ela tem que a diferencia de todas? E de repente voltado pra questão étnica, o museu étnico poderia ter esse papel, essa função, chegar ali o turista e perceber quais os diferentes grupos que fizeram parte da formação dessa cidade e o que que nós preservamos ou o que nós não preservamos.

05) De que maneira esse projeto se tornaria viável economicamente?

Eu acredito que teria que ter ajuda pública, num primeiro momento, e quando eu digo pública não é só da prefeitura, ele deveria ser um projeto que teria ajuda dos grupos étnicos não sei se ta certo falar, você que vai discutir isso na sua dissertação, na sua monografia se eles são grupos folclóricos, ou não, mas você teria aliado o poder público, essas Ongs, que são esses grupos folclóricos, e a iniciativa privada. De repente aquele espaço pode cobrar como eu já disse um determinado valor, ele pode vender determinados produtos característicos dos grupos étnicos ou do próprio artesanato local. Ele teria que ter dois, três, quatro funcionários trabalhando ali, então, gerava mais renda, e ele deveria também ter um papel de atender a própria comunidade. Ele tem viabilidade econômica? Ele tem. Desde de que ele seja pensado numa parceria pública e privada.

06) Em que medida os referenciais étnicos presentes em Ponta Grossa, podem contribuir para que o museu se torne um lugar de memória, auxiliando no desenvolvimento do turismo da região?

É... a partir do momento em que ele vai ser um núcleo, um centro de agregação daquilo que ta espalhado nos porões, nos sótãos, nas salas, escondido dentro de um guarda roupa que são as peças referentes a essa cultura étnica. Eu por exemplo ainda tenho lá em casa o baú, eu tenho lá em casa a chaleira, um tipo diferente de máquina de moer carne, utensílios domésticos. De repente ta fechado dentro da minha garagem, ou ta fechado dentro de um quartinho. Morrendo, Dani, as pessoas que tinham o costume de preservar isso, isso pode virar lixo pros outros, que de repente, o que que uma chaleira de ferro pode competir para um menino de 19, de 18 anos com um *lap top* um *MP4*, 5, essas coisas... Pra ele aquilo é inútil. E se todo esse referencial fosse recolhido, fosse feito uma grande campanha de sensibilização da comunidade pra que isso fosse colocado num local, você praticamente estaria tirando a

memória de dentro do guarda roupa, da garagem, do sótão, do porão, da gaveta, das casas, colocando essa memória no domínio público, todo mundo sabendo o que... como que se vivia em Ponta Grossa no início do século XX. Muitas vezes porque que não se dá a devida atenção? Porque uma peça isolada, vamos supor a chaleira que eu dei exemplo, a chaleira isolada, ela não tem função nenhuma, mas a chaleira dentro de um contexto harmônico da construção de um museu de época étnico, ela vai ta em cima de um fogão a lenha, ela vai compor, ela vai fazer parte, ou ela é um elemento importante na composição de um cenário, que faz com que as pessoas que cheguem agreguem aquele valor como um conjunto todo e não como uma peça isolada. Então eu acredito que isso vai fazer com que? Não com que o turista venha pra Ponta Grossa, Dani, pra visitar o museu étnico, ele pode fazer isso em Curitiba, ele pode fazer isso em Prudentópolis, mas é um referencial turístico, é um atrativo turístico a mais que pode agregar valor de permanência do turista na cidade. Vamos supor que chegue no Hotel Planalto, a pessoa ta indo embora, onze horas da manhã, e veja que tem próximo do hotel, do centro da cidade o museu étnico, e ela tem interesse em ir visitar. Então sempre vejo a questão econômica assim, ela vai visita, fica uma hora visitando, chegou meio dia ela vai ter que almoçar, então de repente o restaurante começou a lucrar com aquele turista. Então eu acho que muito mais do que ter esse museu étnico, é depois ter pesquisas de acompanhamento, que tipo de turista que visitou? O que ele consumiu dentro de Ponta Grossa? E como que ele agregou valor econômico pra cidade? Daí sim, a gente vai falar de um atrativo turístico economicamente viável. Não é ele que vai dar mais dinheiro pro município, mas é o número de pessoas que ele faz com que fique, um pouquinho, meia hora a mais na cidade, que de repente pode consumir algum outro equipamento nosso.

07) Você acredita que as famílias de imigrantes contribuiriam na construção, manutenção e desenvolvimento deste espaço?

Contribuiriam, veja se eu tenho essa... eu to dando exemplo de mim, se eu tenho essas peças em casa eu não quero me desfazer, Dani. Sei que o museu de Ponta Grossa, o Museu Campos Gerais, e to falando isso porque eu fui diretora lá, ele vai receber essas peças e essas peças vão ficar guardadas porque de repente não tem espaço. Então, pra ficar guardada na reserva técnica do museu, então que fique guardada na minha. Agora se eu soubesse que tem um espaço, Dani, que é só pra isso, que é só pra referenciar a cultura étnica, eu me dis...porque como descendente eu me colocaria a disposição de ajudar a montar, de ajudar a organizar. Isso sendo organizado dentro dos critérios museológicos, museográficos, eu mesma doaria essas peças, porque eu sei que elas não iriam pra um lugar qualquer. Então, muitas das

peças não doam, Dani, porque não sabem qual que vai ser a função utilitária dessa peça. Será que vai ser do museu mesmo? Será que não vai ser vendida para um antiquário? Será que não vai decorar a sala de uma outra pessoa?

Agora, se eu tenho uma instituição: Museu Étnico forte eu posso começar com cinco peças, mas a partir do momento que eu mostre, porque isso não é uma coisa que se monta de hoje pra amanhã, que eu mostre que de fato está sendo feito um trabalho sério ou que ta sendo divulgada a cultura, eu acredito que até as pessoas vão querer doar pra se desfazer e até pra tornar público a memória da família dela. De domínio público, né...uma memória que é individual. Aí é que você, não é o teu caso, que você poderia até entrar na discussão de uma memória individual que se torna uma memória coletiva, e a partir do momento que é consumida é a memória social da comunidade.

SUJEITO 2 (S2)

GRADUADO EM HISTÓRIA PELA UEPG

MESTRE EM HISTÓRIA E SOCIEDADE PELA UNESP

DOUTOR EM HISTÓRIA PELA UNESP

DIRETOR DA DIVISÃO DE ASSUNTOS CULTURAIS DA PRÓ-REITORIA DE
EXTENÇÃO DA UEPG

PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE TURISMO DA UEPG.

01) Você acredita que a implantação de um museu étnico no município de Ponta Grossa seja relevante?

Eu acredito que sim, mas aí entra uma outra questão, quer dizer qual é o conceito de museu? Que tipo de museu? Quer dizer se for um museu nesse conceito antigo que se tem que acaba sendo sinônimo de depósito de coisas eu acho que não é relevante. Agora se for um museu com uma mentalidade de museu interativo, que busque uma participação mais efetiva tanto desses descendentes de outras etnias mas que tenha uma interatividade com a comunidade, sem dúvida alguma ele é relevante.

02) Na sua opinião, o desenvolvimento desse museu se faz pertinente ao contexto histórico de Ponta Grossa?

Sem dúvida alguma, né? Porque a trajetória, a própria questão do desenvolvimento econômico, cultural de Ponta Grossa está relacionado com toda a atividade desenvolvida por grupos de imigrantes que vieram para toda essa região. Então seria interessante, importante não só para a cidade de Ponta Grossa, como também para regiões circunvizinhas, sem dúvida alguma. Um museu nesse estilo é pertinente sim, mas volto a dizer tudo depende do conceito de museu se quer trabalhar, e como efetivar esse museu dentro de uma perspectiva de interatividade com a comunidade. Que a comunidade realmente se sinta participante deste museu.

03) Qual a importância você atribui para a implantação do museu étnico em Ponta Grossa com relação à preservação desse patrimônio cultural étnico?

É aquilo que a gente tava comentando né? Quer dizer nós temos toda uma trajetória e agora estamos hoje em todo este contexto de globalização perdendo vários referenciais identitários. E veja aquilo que as pessoas sempre buscam, encontrar uma identidade. E toda a nossa região, o Paraná, o Brasil ele é multi-identitário, então o museu viria exatamente contribuir para trabalhar esses conceitos de qual é a identidade da nossa região? Quer dizer a valorização de toda essa contribuição, seja por exemplo, uma coisa que se fala muito em turismo hoje da gastronomia, a que todo mundo quer encontrar algum prato típico em algum lugar. Quer dizer nós temos n pratos em função dessa própria questão dessa riqueza étnica que nós temos, e essa riqueza ela aparece na literatura, ela aparece na música, ela aparece na arte em geral e ela está muito presente na gastronomia. As vezes eu brinco dizendo em cada casa que você vai, você encontra essa multiplicidade dessa contribuição digamos assim na culinária de todas as residências, isso é, essa culinária uma riqueza para a gastronomia de toda a nossa região.

04) Qual a importância você atribui para a implantação do museu étnico em Ponta Grossa, com relação ao desenvolvimento da atividade turística na região?

Essa é uma coisa bem mais complexa, eu acho, porque aí a gente teria que trabalhar também com o que que a gente está entendendo por atividade turística na nossa região. Será que a nossa região é uma região turística? É..., quer dizer qual o sentido que nós damos a essa expressão “turismo” para a nossa região. E será que um museu seria um ponto de referência, digamos assim, para atrair turistas nesse conceito que muitas pessoas utilizam? Pessoas de outras regiões, para ir visitar um museu em Ponta Grossa? Ou isso nós trabalharíamos com outro conceito de turismo, trabalhando esse turismo local para as pessoas da comunidade, para

as pessoas das regiões circunvizinhas, aonde tem, aí sim, uma ligação com esses grupos étnicos. E depende, aquilo que eu estava falando, do museu. Qual é o conceito de museu? Que tipo de museu? Como esse museu vai funcionar? Será que ele vai ser um banco de dados das famílias que para essa região vieram. Aí é uma coisa interessante tendo esse banco de dados, que poderia ser digital, e as pessoas podem localizar os seus ascendentes ou seus descendentes, por que não? E vão poder ter esse banco de dados atualizado? Porque muitas pessoas saíram dessa região e muitas famílias perderam o contato. Será que ele vai contar com esse banco de dados? Ele vai ser atraente para as pessoas? Ou vai ser mais um museu nesses conceitos antigos? Vamos colocar lá algumas vestimentas, algumas coisas e vai ficar lá para quem quiser entrar? Ou nós vamos ter aí todo um trabalho de um museu étnico, vamos ter todo um trabalho de visitação, digamos assim, a ponto desses grupos étnicos, é digamos, vai ao museu do museu sai vai visitar alguns, digamos, exemplos de arquitetura tombadas. Vai ter um roteiro étnico pela cidade ou não?

Então depende muito do conceito de museu, depende muito de como se entende o turismo, que tipo de turismo. Então, eu acho que é muito mais complexo do que dizer isso vai ser importante para a cidade, ter um museu, toda cidade tem um museu, em qualquer cidade hoje você encontra um museu. Será que um museu por si só é um atrativo? Eu acho que são coisas a se pensar.

05) De que maneira esse projeto se tornaria viável economicamente?

Economicamente viável. A partir de que momento um empreendimento, um museu se torna economicamente viável? Acho que a partir do momento que ele consegue ser um espaço de interação. Veja, um museu étnico, será que nós teremos um museu étnico apenas como a gente tava comentando, de um entre aspas depósito de referenciais congelados dos grupos étnicos? Ou seria um museu vivo com apresentações, por exemplo, de músicas, por exemplos grupos folclóricos vamos dizer esse grupos étnicos com apresentações mensais? Teria um espaço, por exemplo, de degustação, gastronômica, uma vez por mês, uma vez a cada dois meses? Teria ali a venda e a comercialização de produtos para a manutenção desse museu? Então aquilo que a gente tava comentando, lá na primeira pergunta que você fez, qual é o conceito de museu? Eu acho que o primeiro ponto é esse, que tipo de museu, quer dizer qual é o conceito que vai se utilizar para esse museu? Porque normalmente o que as pessoas e com a forma que as pessoas vêem o museu... é vamos percorrer os grupos étnicos e vamos ver se eles querem doar alguma coisa para o museu, aí eles doam para o museu a gente coloca num cantinho com uma plaquetinha, para as escolas e as crianças irem visitar... isso é um

conceito já ultrapassado de museu e acaba sendo visto como um depósito de objetos antigos ou de velharias, que estão lá para serem observados. Agora e se nós mudarmos e virmos o museu de outra forma? Aí existe uma possibilidade, na minha maneira de ver, de ser um museu dinâmico, de ser um museu interativo, de ser um museu vivo. Mas de novo teríamos que voltar para essa questão de como pensar esse museu.

06) Em que medida os referenciais étnicos presentes em Ponta Grossa, podem contribuir para que o museu se torne um lugar de memória, auxiliando no desenvolvimento do turismo da região?

Auxiliando, contribuindo para o desenvolvimento do turismo na região...Porque muitas pessoas discutem a própria questão do turismo na região, né? Lembrando aí a própria questão da rota dos tropeiros e de repente parece que fica nisso...a rota dos tropeiros e ninguém se identifica nem com a trajetória histórica do tropeirismo, porque é como a gente tava comentando, é tudo multi-étnico, né, na nossa região. E nós temos, aquilo que a gente tava comentando, inclusive de trabalhos que você mesma já fez, a própria questão da arquitetura, a própria questão presença muito marcante de todos esses grupos étnicos na cultura, na arte, no desenvolvimento econômico de toda a região, sem dúvida alguma nós temos esses referenciais, o que falta é exatamente colocar em prática projetos de tudo que já foi realizado, então falta essa provocação no sentido das coisas acontecerem. Aí falta vontade política que as coisas que não funcionam, quer dizer em Ponta Grossa qual é o projeto turístico que nós temos? Projeto forte, de investimento do poder público, parcerias com a iniciativa privada, eu não tenho visto esse desenvolvimento forte, essa atuação marcante. Temos, logicamente, iniciativas isoladas, mas a grande riqueza que nós temos, não só em Ponta Grossa, mas como toda região é a questão étnica. Agora como fazer com que saia essas idéias, essas idéias saiam do papel? Tem que ser investimento, tem que ser investimento. Este museu poderia contribuir nisso de repente tendo um conceito de museu forte, trabalhando com essa questão étnica não só em Ponta Grossa, mas na região dos campos gerais, esse museu poderia ser um ponto de referência da memória, aí se nós tivéssemos aí todo esse banco de dados de todo o processo migratório. Mas veja que isso é um projeto de quanto tempo, para se efetivar um banco de dados? Imagine ter toda essa memória em imagem de toda a região não só de Ponta Grossa, mas da região onde nós temos a presença [...] aí trabalhar com essa questão arquitetônica, trabalhar com essa questão cultural. Os primeiros veículos de comunicação da cidade também eram, pertenciam a descendentes de imigrantes, mas não só, você pega toda a questão da fotografia, a questão de jornais. Então nós temos uma riqueza

muito grande nesses referenciais étnicos, a grande questão é a implementação de projetos, de estudos que já foram feitos. Então eu acredito que o museu dependendo de todas essas questões que a gente tava conversando, do conceito de museu, de como se trabalhar turisticamente isso, é uma grande pedida. Mas quem vai efetivar isso? De onde saíram os recursos para efetivar um museu dentro desses critérios, digamos, de um museu interativo, com a comunidade, um museu participativo de estar oferecendo não apenas um local para o olhar, mas um local de interação, seja como um espaço inclusive dentro do museu ou que o museu promova essas questões gastronômicas, essas questões de apresentações culturais ligadas a esse desenvolvimento étnico de toda a região. Quer dizer, isso tem custos, qual é o espaço? Onde que vai ser esse espaço? Quem vai, digamos assim, bancar estes eventos?

07) Você acredita que as famílias de imigrantes contribuiriam na construção, manutenção e desenvolvimento deste espaço?

É muito difícil, hoje, você dizer que alguém vai ajudar, com ...digamos assim, tirando de si pra montar alguma coisa. Se veja um próprio espaço para você adquirir um espaço bem localizado, que ofereça acesso ao público. Quer dizer, quais são os custos disso? Quais são os custos? Aí teria que ser uma parceria da iniciativa pública e privada, seja por leis de incentivo, seja um projeto maior para se fazer. Porque as pessoas particulares, vocês vão ver, que muitos desses descendentes de imigrantes, são pessoas também que n...alguns tiveram uma projeção econômica forte, mas será que essas pessoas teriam recursos para montar e manter um espaço de memória, que interessa não apenas a eles, acredito eu, mas a toda uma coletividade, enquanto um espaço de identidade, de memória, de preservação cultural de toda uma região? Então eu acho muito difícil as pessoas terem recursos, hoje, quer dizer, a situação econômica, e que a gente percebe, das pessoas, eu acho que eles poderiam contribuir com trabalho. Tem muitas pessoas aí em que estão naquilo que chamam hoje, a terceira idade, ou na melhor idade, né e que querem dar o seu testemunho, querem trabalhar, são pessoas que se oferecem para desenvolver atividades. Tenho certeza que estas pessoas contribuiriam neste sentido, naquilo que eles podem dar, que é, na maioria das vezes, o seu tempo, a sua força de trabalho. Por quê? Porque essas pessoas preservam e gostam de relembrar, de contar as suas histórias, as suas memórias. Agora em aspectos financeiros eu acho muito complicado, eu acho muito difícil, eles podem dar o seu trabalho, podem dar a sua contribuição através por exemplo da promoção desses almoços, da promoção de atividades culturais, mas no fim tudo isso acaba tendo um custo. Quer dizer, como que...uma palavra que ta muito em voga hoje em turismo, como esse museu vai ser auto sustentável? Esse é um dos

desafios. Veja a própria questão do museu que a Universidade mantém, quais são os custos de manutenção desde a limpeza, desde limpeza, luz, água, vigilância, material de consumo, quer dizer é caro a manutenção desses espaços. Então teria que ter um projeto visando esse novo conceito de museu e buscando a sua sustentabilidade. De que forma isso? Através da parceria público-privada, leis de incentivo, e que é fácil de fazer, também é difícil, não é impossível, mas por exemplo tem projetos que param, nós temos projetos que estão parados aí na Funard, estão parados no Minc, porque ta em greve, são três, quatro meses que os projetos ficam engavetados e os custos diários disso vão se somando.

A idéia é boa? Claro que é boa. É importante? Sem dúvida nenhuma alguma que é importante, não só para Ponta Grossa, mas para toda a região dos Campos Gerais que é alicerçado em toda essa questão étnica. A grande questão é como viabilizar, esse é o grande desafio.

SUJEITO 3 (S3)

GRADUADO EM HISTÓRIA PELA UFPR

MESTRE EM HISTÓRIA PELA UFPR

DOUTOR EM HISTÓRIA PELA PUC/SP

DIRETOR DO MUSEU CAMPOS GERAIS EM PONTA GROSSA

PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UEPG

01) Você acredita que a implantação de um museu étnico no município de Ponta Grossa seja relevante?

Eu acho que sim. Eu acho que a gente pode considerar alguns aspectos. Por um lado os museus existentes, seja o Museu Campos Gerais, a própria Casa da Memória, os acervos de história eles dificilmente conseguem receber grandes acervos no espaço que eles dispõem. Então novos espaços sempre são bem vindos, novas iniciativas de busca de documentação, de pesquisa em história, em patrimônio cultural, patrimônio arquitetônico, em fim sempre essas pesquisas acabam sendo muito bem vindas porque elas se somam. Na verdade, assim, a memória da cidade, se ficar sob a responsabilidade apenas de alguma instituição ou um grupo, em fim, né, dificilmente as pessoas conseguem dar conta. Então nesse sentido eu acredito que é uma iniciativa, é válida, ela é interessante e às vezes o que talvez, se pudesse pensar é assim, cuidar para não...ao invés de... cuidar para não diluir esforços. Na verdade a gente tem que pensar sempre como uma nova iniciativa possa se somar as já existentes. Eu acho que

mesmo... não só aqui em Ponta Grossa mas mesmo em relação a região, eu acho que hoje, um diagnóstico que eu faço é falta um intercâmbio entre esses espaços de guarda de documentos, de preservação, de exposição da memória, de produção de pesquisa, falta um intercâmbio entre esses espaços da região, né? Porque com certeza eles poderiam de uma forma ou de outra uns contribuir e ajudar em fim ao trabalho dos outros.

02) Na sua opinião, o desenvolvimento desse museu se faz pertinente ao contexto histórico de Ponta Grossa?

Eu acredito que sim. A gente...eu acho que podemos considerar assim a história da cidade e mesmo a história da região ela comumente, ela é contada a partir das referências ao tropeirismo, o caminho das tropas, as grandes fazendas ou de criação de gado ou de invernagem, essa é uma referência constante, mas a gente não pode esquecer que essa região, mesmo no caso dos paulistas que formaram as primeiras sesmarias, as primeiras fazendas, e as populações que formaram as primeiras vilas da região são populações migrantes, já, esse é um aspecto a se considerar. E em segundo lugar ao longo desse processo de crescimento da sociedade dos Campos Gerais, das vilas e cidades dos Campos Gerais essa região recebeu uma população imigrante numericamente muito significativa. É claro que a gente não pode desconsiderar outros aspectos, que existe uma polêmica, sempre uma discussão, alguns historiadores mais tradicionais falavam por exemplo que não houve escravidão no Paraná, houve sim, houve escravidão nos Campos Gerais, isso não quer dizer que você não possa dar destaque em um espaço de pesquisa em uma instituição em fim, a determinados segmentos ou fragmentos da história. Assim como outros em determinados momentos faziam eventos, seja sobre escravidão, sobre tropeirismo, né? Eu acho que a temática imigração ela é uma temática que precisa ser privilegiada tanto quanto outras, que de uma forma ou de outra se somam na história dos Campos Gerais. E ainda mais considerando que os grupos de imigrantes que vieram pra essa região são diversos, como você mesmo já falou. Então eu acho que essa iniciativa ela é extremamente importante, mas eu também penso no seguinte alguns desses grupos começaram a vir já em meados do século XIX, então a gente, eu acho que a gente teria que trabalhar talvez...talvez to entrando aí numa discussão mais pra frente, mas trabalhar também um pouco essa perspectiva de que você vai ter pra pessoas que são imigrantes e que estão vivas um determinado tipo de registro possível, né? Ou para os descendentes. E pra aquelas primeiras levas, como a gente fala, de imigrantes como os alemães do Volga, os próprios poloneses que vieram das colônias da região em fim. A gente tem que buscar também alguns registros que já são...envolvem um certo distanciamento, né? Se trabalha com

pessoas que estão vivas, você trabalha com depoimentos, com a história oral, e tal e no outro campo tem que buscar outro tipo de registro e de documentação.

03) Qual a importância você atribui para a implantação do museu étnico em Ponta Grossa com relação à preservação desse patrimônio cultural étnico?

Bom, a importância eu acho que não se discute que nem eu falei assim eu acho que é mais uma iniciativa e como ela é específica pra questão da imigração ela com certeza ela...a perspectiva é que nessa temática ela se torne talvez a mais relevante e potencialmente um espaço, talvez o espaço mais significativo pra essa temática. Então em relação a isso, eu acho que também a gente pode considerar assim que é algo que vale pra algumas outras temáticas. Aqui na região fala-se muito, como eu falei antes, né, fala-se muito do tropeirismo, fala-se muito das fazendas e tal e mesmo a comunidade muitas vezes tem essa informação sobre a imigração muito diluída, muito fragmentada, as pessoas sabem “a o fulano é descendente de poloneses”, ou eu mesmo, né, as pessoas falam “a eu sou descendente de polonês”, mas as pessoas desconhecem um pouco a própria história das famílias e desses grupos que vieram aqui pra região, e que deram características específicas a história da cidade, características na arquitetura, nos costumes, na comida, no jeito de falar. Então, tudo isso, eu acho que trazendo principalmente como na medida em que você propõe algo que é bastante visual, interativo, em fim que, eu acho que isso estimula a essa recuperação e incorporação ao cotidiano das pessoas.

04) Qual a importância você atribui para a implantação do museu étnico em Ponta Grossa, com relação ao desenvolvimento da atividade turística na região?

Bom, eu acho que dois aspectos pra se considerar. Eu acho que...eu tenho conversado com o pessoal de turismo, especialmente o pessoal da universidade, e o olhar que eu faço do que eles comentam comigo é a dificuldade de trazer o turista pro museu. Quer dizer, em algumas cidades o museu é referência pra turista, em outras, por uma série de circunstâncias, não. Digamos assim, o foco de atenção do turista aqui nos Campos Gerais até hoje não dá, pelo menos assim, grande ou a devida importância pros espaços de memória, pra não falar só de museu, né? O que sem dúvida é uma pena, uma lástima. Eu acho assim, eu acho que nesse sentido, a iniciativa ela é válida sim, e eu acho que a gente tem que começar a pensar e de repente...tem gente...eu sei que tem gente trabalhando nisso, mas é difícil que você consiga dar uma dimensão pro movimento turístico que a cidade deve tar recebendo constantemente. Você conseguir chegar a todo esse público de turistas constantemente com informação sobre

esses espaços, isso é difícil, porque se envolve um conjunto de parcerias, a manutenção de canais informatizados permanente, não é a existência só do espaço. A gente pode pegar o exemplo do Museu Campos Gerais, o espaço existe, o espaço está aberto todos os dias, abre sábado e domingo, mas sábado e domingo tem um movimento pequeno. Então, eu acho que a gente vai ter que pensar não só em relação a questão de como estruturar o espaço, mas como estabelecer determinados canais e articulações com outros segmentos de forma a que isso passe a ser um referencial. Acho que é uma discussão de talvez de médio prazo, porque não é algo que em um mês ou numa conversa com a Associação Comercial e pronto, você descortina a possibilidade. Porque envolve um planejamento sim, mas depois vai envolver um trabalho cotidiano, quase aquele trabalho de formiguinha, que é ter a informação no hotel, ou ter a informação no centro de convenção, e nas agências de turismo, e aí pra diante. Não é a minha área o turismo, eu to meio que invadindo um campo, mas é a minha percepção, muito particular, a partir do que eu vejo aqui. Eu acho que é difícil você conseguir trazer o turista, mas o ponto de partida é...é algo que tem que ser tentado.

05) De que maneira esse projeto se tornaria viável economicamente?

Bom, eu não sei, talvez...talvez não sendo uma instituição pública você possa ou consiga trazer parceiros que dêem esse aporte financeiro, esse subsídio, e isso daí garanta uma viabilidade, mas falando...eu penso assim a viabilidade no sentido da existência e da manutenção do museu, né? Não vamos nem pensar em lucro com uma atividade dessa que eu acho que daí é um outro momento. Acho que sim, precisa uma estrutura e isso demanda recursos, sem a menor dúvida. Pra montar a estrutura e pra manter depois. Agora, eu acho que daí as parcerias, hoje em dia o que eu vejo, que é muito freqüente e os museus públicos dependem muito disso é a abertura de editais de financiamentos através de Lei Rouane, por exemplo, o próprio, no caso da universidade, o Fenata e o FUC sempre participam, digamos assim, a captação de recursos se dá nas empresas, mas a partir da aprovação do projeto inicialmente pela Lei Rouanne, pelo Ministério da Cultura. Então eu acho que pra casos, veja bem de ações particulares, de museus particulares, ou museus vinculados a outros órgãos do poder público como a prefeitura, em fim, eu acho que esse também é, talvez, hoje, o caminho mais significativo. Há editais que são muito restritos, assim, só pra órgãos públicos, mas há mecanismos de captação que atendem muito a iniciativa privada e que talvez não esteja tão engessada, digamos assim, ao que a legislação dos órgãos...a que se submetem nos órgãos públicos. Há determinados momentos que a gente tem, né, certos impedimentos. Nós por

exemplo não podemos vender um material cujo lucro reverta pro próprio museu, espera-se que isso de alguma forma mude, mas é complicado.

06) Em que medida os referenciais étnicos presentes em Ponta Grossa, podem contribuir para que o museu se torne um lugar de memória, auxiliando no desenvolvimento do turismo da região?

Vamos pensar assim, o que seriam referenciais étnicos? E aí eu vou falar do ponto de vista do historiador. Porque pro historiador hoje em dia tudo é documento, potencialmente você pode trabalhar com a cultura material, como o historiador fala, cultural material e cultura imaterial. Então, memória, são referenciais étnicos, imagens podem...são...produzidas em outros tempos, ou produzidas pelos próprios pesquisadores atualmente também constroem um conhecimento sobre a presença imigrante aqui na região. E daí, eu acho que, se você propõe um espaço que tenha uma interatividade, eu vejo assim, pra mim o museu ideal é o que trabalha com máximo de linguagem diferenciada. Então, a possibilidade, claro que envolve o tamanho da perna da gente, né, quanto recurso você tem, mas você ter a possibilidade de trabalhar no mesmo espaço simultaneamente e constantemente com a imagem, com o som, com os objetos, com a arquitetura, no sentido do material de grande porte mesmo. E dentro desses diferentes aspectos explorar o máximo, explorar como você mesma falou no início quando você tava me explicando, é desde a questão do cotidiano dentro da casa, a vida familiar, os valores familiares, a religiosidade, seja em termos dos objetos que são usados, dos ritos, e daí são os gestos, os costumes que as pessoas tem, isso também é parte do referencial étnico. Nós fomos buscar uma doação de livros de uma família de descendentes de imigrantes poloneses, a mãe do senhor que nos recebeu era imigrante, e ela, já falecida, ela lia muito os livros em polonês, e ele já o filho e a esposa do filho são brasileiros, mas você entra na casa, você claramente identifica que há uma tradição ali que não é tão usual, pelo menos assim, você entra na casa e a forma como as coisas estão dispostas, essa forma causa um certo estranhamento, o que é ótimo, né? Então, nós chegamos, foi uma época um pouco antes do Natal, 20 dias antes do Natal, então você já tinha a casa preparada de uma forma muito específica, e é preciso lembrar da religiosidade dos poloneses, os católicos poloneses, e já tinha todo o espaço, digamos assim, repensado em função daquele ritual, daquela circunstância, a motivação religiosa tava absolutamente visível. Então, eu acho que tudo isso é importante, e daí ali assim, você pensar que se você ta com um espaço montado como uma casa, além dos objetos, a presença, como você falou, ela é extremamente importante, só que eu acho que daí começa a ter que ter determinadas balizas de compreensão. Porque uma coisa

é você ter o imigrante, outra coisa é o descendente da primeira geração, da segunda geração, porque há tendências de recriação cultural, de aculturação, então, ou, pra usar outras expressões a processos de abasileiramento, de adaptação e isso tudo tem que ser pensado, né, porque é diferente, sem dúvida, você trabalhar como imigrante e você trabalhar com o descendente. Então tem muita coisa, eu acho que é assim, a idéia é fantástica, eu acho que essas particularidades precisam daí ser pontuadas e exploradas, elas não são restrições elas só são caminhos muito específicos.

07) Você acredita que as famílias de imigrantes contribuiriam na construção, manutenção e desenvolvimento deste espaço?

Eu acho que sim. Eu não sei em termos de doações de peças, porque às vezes você tá tratando de objetos, de materiais que muitas vezes são afetivos. Mas o envolvimento, em termos da participação no sentido da questão da informação, do resgate da memória familiar, eu acho que isso é plenamente viável, nesse aspecto. Quanto aos objetos eu acho que é muito assim, cada caso é um caso. Tem família que quer guardar e hoje com os recursos que a gente tem de informatização alguns materiais você consegue reproduzir com a altíssima qualidade, mantendo ainda a posse junto das famílias, né. Então, fotografias você pode scanear ou você pode fazer uma fotografia da fotografia, trazendo o material pro espaço do museu com a altíssima qualidade mesmo. Então isso é possível, aliás é uma campanha que a gente tá começando a fazer aqui, as pessoas que não querem doar que elas tragam pra gente digitalizar as fotografias. É uma forma, você constroe um banco de dados digital e quando você quer mostrar, fazer uma exposição, em fim, fazer uma leitura específica, aí você disponibiliza, ou imagens através de um vídeo, um *DVD*, ou através do *data show*, ou se não pela reprodução física em papel das fotografias.

SUJEITO 4 (S4)

GRADUADO EM SERVIÇO SOCIAL PELA UEPG

MESTRE EM CIÊNCIAS SOCIAIS PELA UEPG

01) Você acredita que a implantação de um museu étnico no município de Ponta Grossa seja relevante?

Eu acho que ele é fundamental, até porque, nós temos características na cidade de grupos étnicos muito forte. Então, esses grupos eles acabam se fechando, se fechando mesmo nas

comunidades, os valores, as crenças, as atividades culturais acabam ficando nos grupos e pouco ele é divulgado, então o museu é uma forma de estar divulgando esses valores, essas crenças, essas atividades pra população de uma forma geral. Porque se diretamente a população não tem contato, muito contato, ou as vezes nem sabe que aquilo, que aquele evento tem as vezes origem...uma origem de uma população que veio, né, de um outro país indiretamente, muitas vezes eles não tem essa visão, mas mesmo a comunidade esta envolvida, a comunidade de imigrante está envolvida. Então, a partir do momento que se tem um museu, que se abre pra população e que essa população tem acesso a informação ela vai se identificar, eu acho que isso é importante na cidade, a cidade, ela não consegue se identificar ainda a maioria da população ela se fecha muito nos seus valores culturais, nas suas descendências e proporcionar, abrir um espaço de troca de informações dos imigrantes é um momento de identificação da população, do povo de Ponta Grossa.

02) Na sua opinião, o desenvolvimento desse museu se faz pertinente ao contexto histórico de Ponta Grossa?

Sim, porque é o que eu falei pra você, então a história de Ponta Grossa não ta separada da história dos imigrantes, né? A cidade foi construída com eles, também, tudo bem que tem a questão dos tropeiros, tudo isso, mas os imigrantes que dão a “cara” pra cidade. Então, a gente tem festas típicas que vem desses valores deles, então, faz parte da história da cidade, tirar isso da cidade é tirar a cultura, é tirar, na verdade, os aspectos culturais da cidade, do município e da população.

03) Qual a importância você atribui para a implantação do museu étnico em Ponta Grossa com relação à preservação desse patrimônio cultural étnico?

Então, é como eu falei, é aquela forma de você estar preservando, além de estar preservado, estar apresentando, estar ampliando esses valores culturais, em fim, pra toda a população. Então, isso vai estar, essa ampliação, vai fazer com que acho com que a própria população pontagrossense se identifique. Então, eu acho que falta um pouco isso.

04)Qual a importância você atribui para a implantação do museu étnico em Ponta Grossa, com relação ao desenvolvimento da atividade turística na região?

Então eu acho que a cidade é tão rica de pontos turísticos, de história mesmo, mas ela é pouco explorada. Então volto a falar da questão do fechar, as comunidades estão muito fechadas, os imigrantes estão muito fechados nas suas comunidades. Então, a partir do

momento que você abre, você tem a possibilidade de ampliar festas típicas, que são comum em outras regiões do estado do Paraná, mas aqui não tem, né. Então, isso traz o turista pra cá, a divulgação de festas, de locais históricos, os próprios imigrantes, o que eles construíram, que tem a identificação com o imigrante, isso proporciona acho que uma abertura, desde que devidamente divulgado e estruturado ele proporciona sim uma abertura para que o turismo aumente na cidade e isso é bom pra todos, né? Pros imigrantes, pros seus descendentes e pra cidade de uma forma geral.

06) Em que medida os referenciais étnicos presentes em Ponta Grossa, podem contribuir para que o museu se torne um lugar de memória, auxiliando no desenvolvimento do turismo da região?

Então, isso eu tava comentando com você, que eu tava falando que ...essa é uma questão que não é criar por criar, eu acho que o grande diferencial dos grupos étnicos é porque eles defendem os seus valores, as suas culturas a partir do momento que eles são convidados a participar, a mostrar, né, que eles gostam muito de mostrar, eles tem prazer em mostrar a cultura deles, todos os valores. Então, a partir desse momento, a partir do momento que eles tem essa proposta, eu acredito que eles possam estar se mobilizando, se articulando pra que o museu possa funcionar. Não só como um lugar de visita, não só a de repente a escola tem que ir fazer uma pesquisa mas ir além, um local de referência mesmo, que não seja de repente uma coisa imposta por uma escola... que tem que fazer uma visita porque tem que conhecer o que que é um museu, mas não entende qual o valor daquela visita. Que a população possa se identificar, ver, se identificar com aquilo que esta vendo, conversar com as pessoas, trocar informações. Então a partir desse momento, eu acho que quando você tem, quando você cria um museu aonde ele deixa de ser só mais um lugar que pode ser visitado, pra ser um lugar de referencia, a cidade crescesse, os valores vão sendo ampliados, esses valores culturais, pode existir mais essa interação entre os próprios imigrantes, e isso tudo auxilia claro, com certeza no turismo, na questão turística da cidade.

07) Você acredita que as famílias de imigrantes contribuiriam na construção, manutenção e desenvolvimento deste espaço?

Eu acredito que sim, eu não tenho muito contato assim com os grupos em si, mas o que a gente percebe, mesmo vendo notícias, mesmo vendo...se a gente tem algum evento que eles fazem, eles gostam muito de preservar esses valores, essas características da sua cultura. Então eu acho que a partir do momento que abre-se um espaço pra que eles possam fazer isso,

o maior interessado, na verdade, disso tudo, primeiro interessado, são eles, né. Então eu acho que há um empenho muito maior dos imigrantes em preservar a sua cultura do que da população em geral em preservar a cultura da cidade em si. Então eu acho que eles têm um empenho um pouco maior pra preservar e pra mostrar isso, porque pra eles o valor é muito maior, porque eles defender isso todos os dias. Então seria mais um instrumento de defesa da cultura deles. Então eu acho que sim.

ANEXO A – FOTOS



Casa de Stanislava Handruk, na Rua Campos Vergueiro, 201. Referencial construtivo eslavo aproximadamente do ano de 1960.
Fonte: Arquivo pessoal.



Casa de Sofia Breus Adamowicz, na Rua Ernesto Reusing, esquina com a Visconde de Taunay, 1196. Referencial construtivo eslavo aproximadamente do ano de 1920.
Fonte: Arquivo pessoal.



Ambiente interno de uma casa eslava.
Fonte: Acervo pessoal.

IMIGRANTE ESLAVA FAZENDO UM PRATO TÍPICO (PIEROGUI)



Fonte: Acervo Pessoal.

BANCO ESLAVO PARA GUARDAR LENHA.



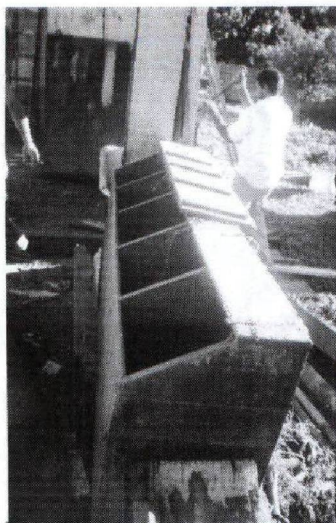
Fonte: Acervo Pessoal.

CASA DA FAMÍLIA NADAL NA RUA XV DE SETEMBRO, 931



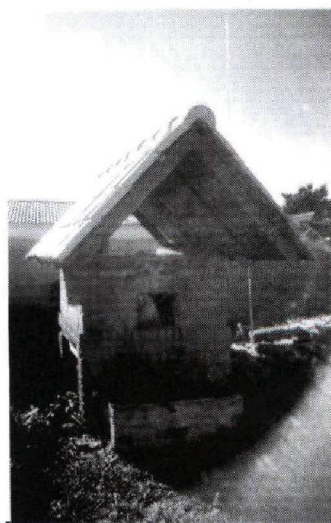
Fonte: Arquivo pessoal.

CAIXOTE DE MADEIRA USADO PARA
GUARDAR SEMENTES



Fonte: Arquivo pessoal.

FORNO (OU FORNALHA), DA
FAMÍLIA NADAL (ITALIANO)



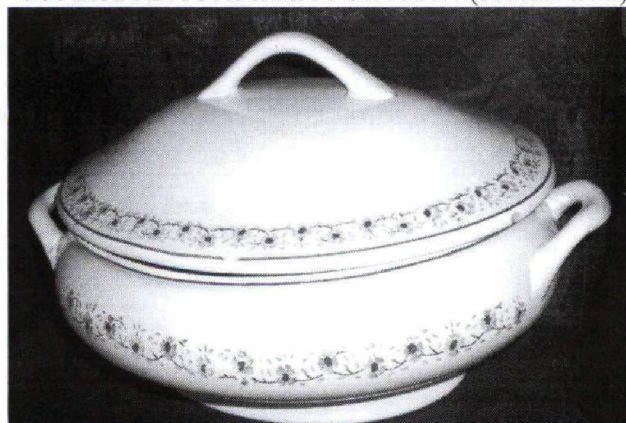
Fonte: Arquivo pessoal.

FOGÃO A LENHA, DA FAMÍLIA BORSATO (ITALIANO)



Fonte: Acervo Pessoal.

SOPEIRA DA FAMÍLIA FOLTRAN (ITALIANO)



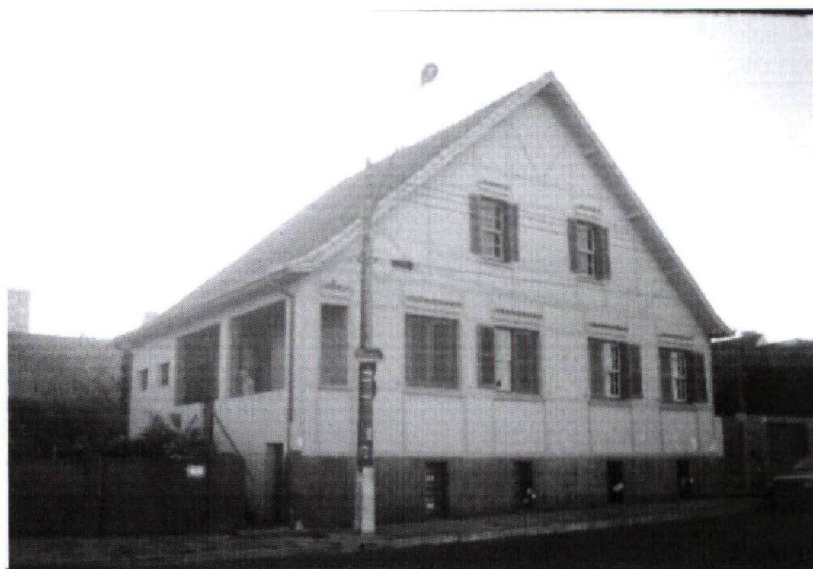
Fonte: Acervo Pessoal.

CASA NA RUA CORONEL DULCÍDIO, 1363.



Fonte: Arquivo pessoal.

CASA DE JULIETA KÜPPEL, NA RUA BENJAMIN CONSTANT, 89.



Fonte: Arquivo pessoal.

FOGÃO A LENHA, DA FAMÍLIA ANSBACH (ALEMÃO)



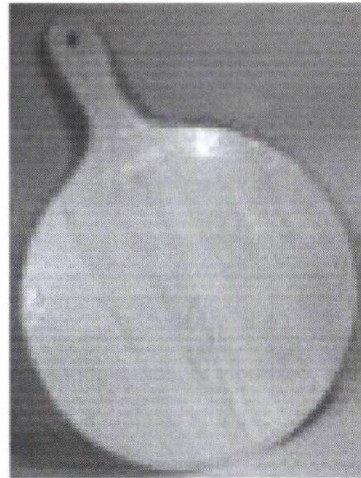
Fonte: Acervo Pessoal.

MESCOLA



Fonte: Acervo Pessoal.

TOLÉR



Fonte: Acervo Pessoal.